

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

DIRETORES: Castro e Silva (PRESIDENTE), Paes de Andrade, Leitão de Carvalho e J. B. Magalhães — SECRETARIO: A. Carnaúba
GERENTE: — Renato B. Nunes

ANO XIX

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1932

NUM. 221

EDITORIAL

A politica e a Defesa Nacional

E' curioso constatar em nossa história do segundo Imperio e da República principalmente, como a *politica* tem sido hostil ás instituições que visam assegurar a *defesa nacional* contra as agressões estrangeiras.

De fato, é que nunca, talvez muito raramente, tivemos uma verdadeira *Politica*. Vimos crescendo e nos desenvolvendo a mercê das forças evolutivas naturais e apesar da insuficiencia dos nossos homens que, em quasi sua totalidade, excetuando-se apenas honrosissimas exceções, têm-se mostrado aquém das circunstancias. E aqueles que de intelligencia, carater e sentimentos civicos superiores, os que constituem as honrosissimas exceções, têm procurado atuar no sentido das conveniencias, têm apenas conseguido predominar em parte.

Dêsse modo, suas atividades politicas ficaram sempre limitadas aos aspetos principais num dado momento, a que se consagraram denodada e inteligente-mente. Mas talvez pela raridade com que têm apparecido e pela distância que separa uns de outros, suas ações não têm carater de continuidade manifestada, já pela observancia e o desenrolar de um *plano proprio*, já se consagrando

a desenvolver uma *idéa* implantada por outro. E' que, apparecidos a largos espaços no cenario pilitico, as suas trajetorias são apenas suficientes para atenderem certas necessidades prementes da politica nacional. Muitas vezes, combatidos tenazmente pelos agitados ou pelos incapazes de compreenderem suas superioridades, eles duram pouco no poder ou ficam em grande parte neutralizados. Assim foi, por exemplo, com um José Bonifacio, um Demetrio Ribeiro, etc.

Apesar de havermos tido na Monarquia dois partidos politicos e na República varios, jámais houve nos governos a continuidade necessaria, e, salvo a grande exceção que é o Rio Grande do Sul, nenhum govêrno local ou geral, levou jámais a cabo um *programa*, bem estabelecido, bem meditado e abrangendo em seu conjunto os interesses nacionais em suas mutuas dependencias e em suas relações comuns.

Os *partidos* e seus homens têm se esgotado em lutas pela disputa do poder, seja por combates sistematicos e improdutivos, levados ás vezes até á mão armada, seja pelas manobras das falsificações eleitorais e os abusos e sofismas do poder.

Em regra, os *governos produtivos* que temos tido têm se consagrado apenas a *um aspecto das questões*, sem levar em consideração as outras necessidades. Daí resulta um certo progresso, na realidade mais aparente do que real, e fatalmente anarquico, pois os problemas desprezados agravam-se consideravelmente cada vez mais. Foi assim com os *governos* que só cuidaram de finanças, os que só cuidaram de portos e de embelezar cidades, os que se decidiram a fazer estradas, os que só pensaram no café, etc., etc.

E é, assim, que nossa rêde de comunicações não apresenta logica nem coherencia; nossa imigração se distribue sem escolha que vise melhorar cõservando as raças implantadas no Brasil; que nossas riquezas jazem inaproveitadas como o poderiam ser, que o Brasil é “um imenso hospital” de “proporção exagerada de analfabetos”, etc., etc.

E como assim tem sido, não é de estranhar o que ocorre com as questões da *defesa nacional*, em que as premissas da politica não fazem pensar, senão para aproveitá-las como pretexto ou como arma a favor de interesses pessoais ou de pontos de vista particulares e discutíveis.

Não surpreende, portanto, o que ocorre com o complexo *problema da defesa nacional*, cujo conjunto só pode ser abrangido por quem tenha bastante intelligencia, desenvolvida e disciplinada cultura, um sentimento civico incapaz de se perturbar com as *questões pessoais* de qualquer natureza.

E, hoje mais do que nunca, as *questões da defesa nacional*, não podem ser tratadas isoladamente e requerem, *para serem economicamente resolvidas*, aspecto importantissimo dos problemas moder-

nos, um patriotismo bem esclarecido; nitida compreensão das necessidades, dos recursos e dos processos; mas, sobretudo, uma *vontade calma, firme e tenaz*, de resolvê-las. Essas condições satisfeitas pelos que *governam*, tudo se processaria pela *ação do tempo*, porque os *homens*, cultura, educação, habitos, — e o material, caro, numeroso e em constante evolução, não se podem modificar ou adquirir de chofre.

Daí surge, desde logo, a grande e imprescindivel necessidade do *estabelecimento*, e da *aceitação por todos*, de um — PLANO, para ser executado segundo um *metodo*, inteligente e apropriado às circunstancias. *Plano* e *metodo* naturalmente modificaveis, conforme previsões largas préviamente estabelecidas, á proporção que os resultados previstos forem sendo obtidos; e subordinados às condições nacionais de toda ordem. Quer isto dizer que tal *Plano* e, principalmente, tal *metodo*, não devem considerar só as questões da tecnica militar, mas levar em conta, a partir das razões historicas, as influências economicas, financeiras, politico-internacionais, etc.

Num país moderno, e joven, não se deve dispensar ainda o papel que suas classes armadas podem representar como instrumento poderoso de seu *progresso em geral*, notadamente para desenvolver e difundir um sentimento civico acentuado e definido, para corrigir em parte a tendencia dissociativa das correntes imigratorias, para manter os laços de cohesão das diversas unidades nacionais, para facilitar (serviço militar obrigatorio e geral) a aproximação das classes sociais; para difundir os habitos, e metodizá-los, de cultura fisica, etc., etc.

Não são Exército e Marinha escolas em que a nação se prepara para a guerra? E qual é o carater da guerra moderna?

E' sufficiente meditar sôbre estas questões e procurar respondê-las conscienciosamente, para se ter, desde logo, a conduta que uma *Politica* inteligente deve ter em relação às classes armadas e à *defesa nacional*, e também o partido que pode delas tirar para realizar seus altos desígnios de manter a ordem e fazer o progresso, unica coisa que de fato querem todos os homens da politica.

Soube até aqui nossa *Politica* compreender e sentir tais necessidades e utilidades ?

Nem mesmo se tem cogitado destas questões com a necessaria *sisudez*, *madureza* de espirito e *vontade sincera de realizar*.

Ao contrário, quasi sempre que ela tem cogitado ou se interessado pelas classes armadas ou pelas questões da

defesa nacional, o tem feito movida por motivos de ordem secundária, por interesses pessoais, ou, no minimo, *amarada* às considerações de tal natureza. Os resultados são fatalmente negativos e a confusão, a complexidade dos problemas, as dificuldades crecem cada vez mais.

Ela não soube, até agora, dizer ao certo o *que quer* das classes armadas e como pensa defender a honra e a integridade do territorio nacional. E, por isso, tem sido incapaz de conceber um *plano*... e de realizar qualquer coisa de solido, util e definitivo... Por isso, certos esforços despendidas nas melhores intenções não logram qualquer exito...

Seremos doravante capazes de tão simples empresa ?

Vontade, querer...

PREPARAÇÃO MORAL E INTELECTUAL PARA A GUERRA

..... Que disposições de espirito consagrar ao trabalho, ao estudo ?

Primeiro *liberdade de espirito* porque se trata de compreender verdades; na da de preconceitos, de prevenções, de idéas preconcebidas, de opiniões admitidas sem exame pelo simples motivo de que se as ouviu dizer ou por que se viu fazer dêste ou daquele modo.

Só deve haver um criterio: a *razão*.

Em seguida trata-se de aplicar *as verdades* adquiridas a casos particulares: na carta pri-

meiro, no terreno em seguida, no campo de batalha mais tarde.

Não façamos apêlo á memoria, nada de procurar casos analogos: tudo isso se esvairia ao primeiro tiro de canhão. Do mesmo modo, na da de esquema, de épura, de formulas tendo valor intrinseco por si mesmas. Nós queremos chegar ao campo de ação com uma *capacidade de julgar exercitada*, para o que satisfaz ter feito esse exercicio desde já, portanto, *exercitemo-nos*.

(Foch — Principios da Guerra).

O EXERCICIO DO COMANDO

"O exercicio do comando é certamente o maior prazer da vida militar, mas sobretudo no posto de capitão pêla influência que se exerce, de todos os modos, sôbre o soldado inteligente, devotado, alívio, como é o francês; e no posto de coronel, chefe de corpo, pêla que se exerce

sôbre um corpo de officiais cheios dos mais nobres sentimentos, de um grande saber e de um devotamento a qualquer prova, e, por meio dêses officiais, sôbre todo regimento que se faz rapidamente a imagem de seu chefe."

Foch — *Memorias*.

O APARELHAMENTO DO MATERIAL DO EXÉRCITO

Pêlo Gen. ref. Castro e Silva

Os raciocínios expendidos no meu artigo anterior levaram-me ás seguintes conclusões:

1) o exército só é compreensível, só tem razão de ser, quando capaz de fazer a guerra com fortes probabilidades de exito, pois essa é a sua missão primordial;

2) a conceção dêsse gráu de eficiencia não pôde ser alheia a consciencia nacional da necessidade do organismo militar como elemento da segurança contra os perigos exteriores;

3) como bases do aparelhamento militar devem ser contados dois elementos capitais: homens e materiais;

4) ao exército de cobertura devem ser assegurados em quantidades suficientes esses dois elementos sob a forma de homens mobilizáveis e de materiais de mobilização e de reabastecimento para a duração das operações preliminares;

5) os materiais da alinea anterior devem existir stokados desde o tempo de paz, unica maneira de assegurar a rapidez da mobilização e a capacidade de resistencia do exército de cobertura.

Referi-me ligeiramente ao nosso precario aparelhamento material, sem decer a detalhes por diversas razões, entre outras porque isso é coisa sabida por todos que acompanham de perto a vida do exército.

Pretendo hoje mostrar porque tem sido descurado esse aspecto da preparação do exército e, em seguida, expôr minhas ideias de como esse problema poderá ser atacado e resolvido.

Antes, porém, quero mais uma vez, e explicitamente, afastar de mim a pecha de partidario da guerra que poderiam lançar-me leitores menos avisados. Sou contra a guerra, mas apenas contra a guerra desejada, provocada, agressiva, aquela para a qual se apela antes de esgotar todos os recursos pacificos para resolver o conflito que pôde ser a sua causa, e não contra a guerra de defesa, aquela que pôde nos ser imposta pôr um adversario intratável. Sem desejar a guerra, qualquer que seja a sua forma, por isso sei avaliar os seus horrores e funestas consequencias, admito todavia a possibilidade de vê-la um dia instalar-se em nossa terra como hospede altamente indesejável. E só essa possibilidade, que para muitos povos tem-se tornado cruel realidade, é bastante para justificar a preparação militar, pois á guerra só se pôde opôr a guerra.

Por outro lado, apesar de todas as mais fogosas e vibrantes campanhas contra a preparação militar como causa da guerra, ainda acredito na sabedoria do velho adagio "*si vis pacem para bellum*". Reconheço que uma forte organização militar poderá servir de apoio a um máo governo para fazer a guerra sem razão; a culpa será dêsse máo governo, do povo que o tolerou ou apoiou, mas não da instituição, da qual um dos objetivos é, a meu vêr, precisamente a segurança contra a guerra.

Isso se a culpa estiver do nosso lado; mas se estiver do lado oposto? Sem preparação militar, como poderemos opôr-nos á vontade do adversario? Enquanto a guerra fôr contingencia fatal da vida dos povos, enquanto não se realizar o sonho do desarmamento universal, material e moral, temos o dever de encarar a possibilidade de conflito armado e para resolve-lo a nosso favôr precisamos estar aparelhados.

As causas principais do estado precario do aparelhamento material do nosso exército (e também da nossa marinha de guerra) tem sido a incompreensão, e consequentemente a indiferença, por parte do povo e dos governos da missão das forças armadas, a insuficiencia dos ministros da guerra (ou da marinha) para fazer ressaltar a importancia dessa missão no seio do governo e arrancar os recursos necessarios ao organismo que tem de desempenhá-la, e a pequena ingerencia nas decisões governamentais dos órgãos diretamente responsaveis pêlo preparo do exército — Estado Maior do Exército e Diretorias de Serviços.

Examinemos cada uma dessas causas.

E' inegavel a indiferença do povo, em geral, e dos nossos governantes, em particular, pelas coisas militares, o que só pôde ser atribuido á incompreensão do papel das forças armadas no cenario internacional. Provas, temo-las no afan com que as familias brasileiras procuram furtar os seus filhos á prestação do serviço militar, na ausencia quasi completa de discussões sôbre téses militares interessantes pêla imprensa, na desoladora raridade com que nas duas casas do Congresso Nacional tem vindo á discussão tais assuntos e na absurda desconexidade dos atos governamentais referentes ao exército e á marinha.

Parece-me totalmente inutil expender considerações tendentes a demonstrar a absoluta necessidade de despertar o interesse do povo pelas coisas militares e tornar compreendido o verdadeiro papel das forças armadas. De modo nenhum é suficiente que a imprensa vulgarize, ao ponto do ridiculo, os adjetivos *heroico*, *glorioso*, *brioso* e outros igualmente retumbantes quando se refere ao exército ou á marinha. Muito mais interessante será poder saber-se um dia que o povo acredita com razão e conscientemente em que realmente essas forças armadas são capazes de assegurar a vida, a honra e a integridade da Patria. Estamos muito longe disso e, parece-me, cada vês mais nos afastamos dêsse ideal!

Importa sobremodo reabrir a campanha que Olavo Bilac iniciou com tão auspiciosos resultados; se eles mostraram-se, em seguida, fugazes, isso deve-se tão somente á falta de continuadores de sua importante obra social. E' doloroso verificar que daquele esforço colossal resta apenas, como lembrança de máo gosto, os uniformes de brim caqui de quasi todos os collegios civis! Se fossemos julgar do amor do povo pelo exército tomando por

médica a quantidade de jovens que diariamente envergavam uniformes semelhantes aos militares, então o Brasil seria o mais militarizado de todos os países. Infelizmente esse amor não vai além dos galões, dos laços mais ou menos húngaros e mesmo das fitinhas á guiza de condecorações.

Se é lastimável a indiferença do povo, tem sido inqualificável a dos governos, porque, compostos de homens que se dizem políticos, isto é, versados na mais elevada das ciências, não devem ignorar qual seja a missão primordial das forças armadas. Que temos visto em muitos dos governos republicanos senão desamor, descaso e até mesmo antipatia pelo exército? Não que nenhum dêles negligenciasse a fraseologia pomposa quando se referiram ás forças armadas, nem mesmo a douragem externa do arcabouço militar; mas deixaram o organismo se depauperar continuamente com a negação dos recursos necessários á vida e ao desenvolvimento. Em geral, os nossos governos só têm considerado a fachada do exército, mesmo quando aparentemente pareceram se interessar pelo amago da questão; a prova mais eloquente disso reside no fato já citado do Conselho da Defesa Nacional que o governo passado creou por um pomposo e bombástico decreto e nem sequer reuniu para a sessão inaugural!

As promoções por filhotismo político, algumas das quais levaram aos altos postos de comando verdadeiras nulidades profissionais, são outra prova da indiferença dos governos pela eficiência do exército.

A negação de recursos apara o aparelhamento material do exército, sempre sob o estafado pretexto da má situação financeira, que para outras despesas suntuosas e perfeitamente dispensáveis nunca constituiu óbice, mostra á evidencia o descaso pela Defesa Nacional.

A maior parte de nossos ministros da guerra têm-se mostrado insuficientes para fazer ressaltar no seio do governo a importância do problema militar e impotentes, consequentemente, para arrancar dêse meio indiferente, senão hostil, os recursos financeiros necessários ao aparelhamento do exército.

De 25 anos a esta data só dois Ministros da Guerra realizaram obras verdadeiramente notáveis no aparelhamento material do exército: Hermes e Calogeras. O Marechal Hermes, cuja ação fecunda se iniciou ao tempo de comandante do 4º Distrito Militar, pôde desenvolvê-la como ministro e continuá-la depois, quasi sem interrupção, como Presidente da Republica. Calogeras, em sua rapida passagem pelo Ministerio da Guerra, produziu enormemente e teria certamente dotado o exército de muito maior quantidade de materiais se não fosse obrigado a despendar vultosas quantias na construção de quartéis e depósitos. Do tempo do Marechal Hermes são as grandes encomendas de fusis Mauser 1908, a artilharia de tiro rapido Krupp (canhões e obúses), os materiais de Copacabana, Vigia e S. Luiz e os vultuosos stoks de munição de infantaria que chegaram até o presente. Calogeras deu-nos os mosquetões Mauser 1922, as armas automaticas atuais da infantaria, a artilharia de dorso Schneider e os primeiros aparelhos da aviação.

Nenhum outro ministro passado poderá alinhar resultados comparaveis a esses.

E' muito cêdo ainda para fazer o processo da atual administração da Guerra; o pouco tempo que tem de duração e a excepcional situação politico-economica que atravessamos não permitiram ainda que se fizesse sentir o poder de ação construtora do Ministro. Dele muito devemos esperar, pois conhece perfeitamente o problema militar que se lhe antolha, é dotado de grande espirito combativo e goza de indiscutivel influência no seio do governo.

Aos raros periodos de atividade acumuladôra de materiais têm-se seguido outros de verdadeira estagnação e avaresa. Ministros têm havido cujo escôpo administrativo parece ter sido o de fazer economias sobre o seu orçamento, sem se aperceberem de que elas eram pouco depois esbanjadas em outros ministerios.

Uma das causas da insuficiencia da ação Estado Maior do Exército e das Diretorias dos grama para a execução do aparelhamento do exército. Entre nós tal programa é exclusivamente da cabeça do ministro: nasce e morre com ele. A influência e atuação do Estado Maior do Exército e das Diretorias dos Serviços, que deveriam ser preponderantes e decisivas na confecção desse programa, são, em geral, sistematicamente afastadas e impedidas desde que não se casem ás ideias pessoais do ministro. Nada pôde haver de mais falso e absurdo, pois o Ministro não é pessoalmente responsavel pela preparação do exército, no que diz respeito ao aparelhamento material, e sim o Estado Maior do ponto de vista geral e as Diretorias dos Serviços no tocante aos detalhes; ao Ministro incumbe principalmente a tarefa de conseguir do governo os recursos necessários á satisfação dos pedidos daqueles órgãos. Se o Ministro é pessoalmente um tecnico, tanto melhor; estará em condições de discutir as proposições daqueles órgãos; será mais um elemento de colaboração para a confecção de um programa otimo. De modo nenhum, porém, tem o direito de substituir o programa organizado pelos órgãos competentes por um outro de sua lavra ou estabelecido no seu gabinete.

Compreende-se facilmente como deve ser grande a força moral de um Ministro que defende no seio do governo um programa estabelecido pelos verdadeiros responsaveis pela Defesa Nacional, feito muitas vezes antes de sua entrada para o governo. As ideias pessoais do ministro estão muito longe do mesmo valor, dadas a transitoriedade do cargo e a sua irresponsabilidade politica e profissional.

Temos visto frequentemente, quasi como regra geral, cada Ministro repudiar, senão procurar destruir, a obra começada pelo seu antecessor. Um exemplo tipico dessa inconstancia de ação tivemos mui recentemente na questão do serviço de subsistencia, cuja organização racional iniciada por Calogeras foi abandonada pelo seu sucessor e agora retomada.

Para organizar e manter a Defesa Nacional em condições de plena eficiencia é absolutamente indispensavel que se estabeleça um plano abrangendo todos os dominios sobre que ela se estende e encarando todos os elementos que lhe são necessários. Uma parte desse

plano tem de ocupar-se do aparelhamento material do exército.

E' ao E. M. E. que incumbe estabelecer esse plano. Conhecedor da diretriz da politica exterior da Nação, dos recursos ativos e passivos que oferece o país, das ideias politicas e da capacidade militar dos povos vizinhos, póde daí deduzir o gráu mínimo do poder militar capaz de assegurar a Defesa Nacional nas diversas hipoteses de conflito armado.

Resultam dêsse estudo determinadas necessidades em materiais de diversas especies.

As Diretorias dos Serviços são chamadas a dizer sobre as possibilidades de realização dos materiais cujas características aproximadas o E. M. E. fixou no plano de aparelhamento. Postos de acôrdo o E. M. E. e essas Diretorias, é o programa submetido ao Ministro, que o examina e discute com o Chefe do E. M. E. e eventualmente, os Diretores de Serviço. Aceito integralmente ou modificado em consequencia dessa discussão, é o programa levado ao Chefe do governo.

E' nesse momento que se faz sentir em toda a plenitude a necessidade do Conselho de Defesa Nacional. Tão vastos e emaranhados são os problemas que se apresentam subsidiariamente á organização da Defesa Nacional, que não bastam para resolvê-los o Chefe do governo e os seus ministros militares, nem mesmo todo o seu ministerio. E' indispensavel que um órgão especial disso se encarregue e esse órgão é precisamente o Conselho da Defesa Nacional. Dele devem fazer parte todos os ministros, porque o problema geral estende suas ramificações nos dominios de todos eles, mas as figuras obrigatorias dos Chefes de Estado Maior do Exército e da Marinha e dos indigitados comandantes em chefe das forças de terra e das de mar asseguram-lhe o carater essencialmente militar que ele deve ter; o seu presidente natural será o Chefe do governo.

O Conselho da Defesa Nacional não vai discutir os planos dos E. E. M. M. do Exército e da Marinha, pois para isso falta-lhe a competencia profissional; sua missão é antes a de estudar e resolver de como será possível dar satisfação ás exigencias dêsse planos. Certamente, como consequencia dos estudos e do computo das possibilidades momentaneas do país, chegar-se-á á conclusão de não ser possível realizar *d'emblée* esses planos. Mas, nem por isso deverão ser despresados ou refeitos, pois representam, não o esqueçamos, as exigencias minimas da Defesa Nacional determinadas pelos unicos órgãos competentes. O que o Conselho vai fazer é seriar os esforços no tempo, de modo que os planos apresentados sejam realizados pouco a pouco, por degraus, até que num prazo mais ou menos longo atinjam á realização integral, o tópo da escada.

E' claro que as resoluções do C. D. N. não poderão de modo algum ser modificadas por atos posteriores do Ministro, nem mesmo do Chefe do governo; dêsse modo asseguram-se a intangibilidade do plano assentado e a continuidade dos esforços sempre no mesmo sentido, até que novas circunstancias venham exigir ou justificar a remodelação daquele e consequente alteração no emprêgo dêsse.

Digamos de passagem que a função do C. D. N. não se reduz ao que acabamos de vêr; entre outras, toca-lhe a preparação da mobilização industrial do país, sem a qual não ha guerra que possa durar. Como a guerra moderna é total, a mobilização correspondente tem de ser também integral, abrangendo todas as fontes de produção do país.

Resultam das resoluções tomadas pelo C. D. N. que o Ministerio da Guerra vai dispôr anualmente de uma certa soma de recursos (financeiros, estatísticos, etc.) que será aplicada de maneira que o plano aprovado alcance o degráu previsto na seriação dos esforços.

Esboçada assim a marcha geral da preparação militar, como a entendo, volto ao meu objeto particular — o aparelhamento do exército em materiais.

Do plano geral aprovado consta o programa de aparelhamento material, não só para o exército de cobertura como para o grosso das forças nacionais; ali computam-se também os materiais de reserva.

Resolvido pelo C. D. N. não ser possível a realização imediata do programa integral, o E. M. E. deve estabelecer uma ordem de urgência para a satisfação das necessidades, ordem que, depois de discutida e aprovada pelo Ministro da Guerra, precisa também ser aprovada pelo C. D. N. para evitar-se seja mais tarde alterada pelo criterio unico do Ministro que vai ser o seu executor.

No estabelecimento dessa ordem de urgência terá o E. M. E. de considerar o pró e o contra das duas soluções extremas: o aparelhamento completo de unidades (Divisões) sucessivas ou o aparelhamento progressivo de todas as unidades da ordem de batalha; provavelmente resolver-se-á por uma combinação adequada dos dois processos. Não cuidarei agora dessa questão. Quero apenas firmar dois pontos capitais da solução do problema do aparelhamento material do exército: *um programa a executar, uma ordem de urgência a observar nessa execução.* Sem esses dois marcos de orientação, o problema caminhará, como tem feito até agora por sendas tortuosas e escuras que difficilmente conduzi-lo-ão ao termo da solução desejada.

O Brasil não é modelo de organização, qualquer que seja o ramo da atividade social que se encare; não obstante, tudo funciona de modo quasi aceitavel e não se póde mesmo occultar que haja progresso nesse funcionamento. No tocante á organização e apostamento das forças armadas, porém, o nosso atrazo é patente; sob alguns aspectos tem havido mesmo retrocesso (porque parar corresponde a retroceder), ao passo que em varios ramos da atividade militar nota-se adeantamento que está em desacordo com o estado geral. Naturalmente o organismo militar ressentem-se dessa falta de equilibrio funcional. A nossa capacidade para organizar militarmente a nação tem-se revelado insufficiente, forçoso é reconhecer. Exército e Marinha têm seguido caminhos que muito de assemelham a montanhas russas; no ponto de vista do aparelhamento material, ambos se encontram presentemente no fundo de um vale,

ao passo que a instrução profissional *teórica* se nivela quasi pelos cumes dessas montanhas. Mas, sem material adequado a essa instrução *teórica* ótima, que valor prático poder-se-á atribuir á preparação guerreira? Por outro lado, sem material não ha exército nem marinha; logo...

A inexistencia de programa e de ordem de urgência de aparelhamento material do exército, programa e ordem intangíveis, têm sido a causa da negação de recurso ao Ministro da Guerra e não raro, quando concedido, da sua má aplicação. Poderia citar exemplos frisantes de má aplicação, mas prefiro calar-me.

Recusa ou má aplicação de recursos são coisas intoleráveis e que devem cessar definitivamente, se se quer realmente ter um exército capaz de fazer a guerra.

Não ha considerações de ordem economica ou financeira que justifiquem a manutenção de apenas um simulacro de Defesa Nacional. Ou a nação póde e então *deve* organizá-la e mantê-la em constante estado de eficiencia, ou não póde e então ainda *deve* suprimi-la totalmente.

Mas o Brasil póde e precisa manter bem organizada e eficiente a sua Defesa Nacional. Não é possível que a um país tão vasto, tão rico de recursos naturais, dispondo já de formidável massa de riqueza realizada, habitado por mais de 40 milhões de almas, falem os meios de garantir segurança dêsse colossal patrimonio que, mal defendido, despertará fatalmente a cobiça de povos mais fortes, visinhos ou longinquos.

Acorde-se e mantenha-se viva na massa do povo a conciencia da indeclinavel necessidade, e conseqüente dever, da Defesa Nacional e os meios de aparelhá-la surgirão como que espontaneamente.

Na desoladora crise por que passa presentemente a economia nacional, não se póde pensar em fortes saldos orçamentarios dos quais possam ser tirados os vultosos recursos reclamados pelo exército e marinha, a ninguem é dado prevêr quando terão eles existencia real. Mas, as forças armadas não podem se aparelhar com os simples recursos dos orçamentos normais que contém apenas os meios de viver. Mas, viver dêsse modo importa em não poder cumprir a missão que é o fim essencial de sua existencia; não é, pois, viver honestamente. E' a tal absurdo que estão condenados exército e marinha desaparelhados para fazer a guerra!

Importa, pois, estudar de como será possível, *apesar de tudo*, obter os recursos em questão.

Para uma grande parte do povo ignorante em assuntos economicos, o govêrno é uma entidade que dispõe de recursos inexgotáveis, mas muito avaro; daí a noção corrente nesse meio de serem os impostos verdadeiras extorsões, perfeitamente dispensáveis. Evidentemente, um tal erro de apreciação precisa ser combtido energica e continuamente, porque é naturalissimo que, incompreendida a necessidade de um novo imposto, o contribuinte procure por todos os meios a ele furtar-se,

coisa que, infelizmente, não é muito difficil num país tão vasto e tão mal servido de comunicações como o nosso. Ora, o govêrno não tem outras fontes de renda senão os impostos; e é justamente uma parte dessas rendas que tem de ser aplicada no aparelhamento da Defesa Nacional.

Dois caminhos se apresentam, ambos conduzindo á méta desejada, consecução de recursos para a Defesa Nacional:

1) fomentar a arrecadação dos impostos atuais, de modo a reduzir a massa dos que fogem á sua prestação, destinando o acrecimo de renda daí resultante ás rôças armadas;

2) crear um imposto especial para esse fim.

O primeiro processo é certamente o mais justo e, se poder ser executado, produzirá somas formidáveis. Quero crêr, porém, que todos os govêrnos, e especialmente o atual, que vive em apertura financeira sem igual, já tenham tentado nesse sentido. E, a menos que se ponham em execução medidas drásticas, instituindo-se um verdadeiro regime de terror para os refratarios, processo de efficacia indiscutível mas de emprêgo pouco provável nesta terra de bons moços, muito sensíveis e piedosos... á custa alheia, não acredito num rapido e importante *crecendo* das rendas atuais.

A Defesa Nacional, porém, não póde esperar.

O segundo processo é capaz de rendimento muito mais seguro e, nas condições momentaneas, não vejo outra coisa a fazer senão empregá-lo. Não se póde negar que, instituir uma nova taxa para contribuintes que já se desobrigam dos impostos vigentes, antes de serem constrangidos os relapsos ao pagamento dêstes, é realmente uma injustiça, que só será tolerada se as vítimas forem bem convencidas da impossibilidade de proceder de outro modo e compenetradas da necessidade e urgência de recursos para organizar a Defesa Nacional. E' por isso que me parece ser indispensavel uma energica campanha de propaganda antecedendo o lançamento dêsse imposto especial que, aliás, não precisará ser incorporado definitivamente ao sistema tributario; desaparecidas as causas momentaneas que o justificam, deve ele desaparecer também.

Quanto deverá produzir anualmente esse imposto da Defesa Nacional? Avalio, *grossomodo*, em cerca de 1,5 milhões de contos de réis as necessidades inadiáveis do exército e da marinha; admitindo-se que, tendo em vista as condições atuais, tenha sido previsto um prazo de 15 anos para a completa realização do programa de aparelhamento material, serão precisos 100.000 contos anuais de verbas extraordinarias aos ministerios da Guerra e da Marinha. E' intuitivo que, se as condições economicas melhorarem, como é presumível e desejavel, o prazo de 15 anos será encurtado em consequencia.

Suponhamos que dos 40 milhões de brasileiros, apenas quatro milhões contribuam com 20\$000, em média, anualmente *per capita*, e aí teremos já 80.000 contos. Os restantes 20.000 contos serão facilmente obtidos por economias a realizar nos proprios orçamentos

normais da guerra e da marinha, desde que haja coragem e bom senso para não mais custear velharias e inutilidades.

Ora, não ha um só contribuinte brasileiro que não gaste em coisas superfluas e muitas vezes futeis mais de 20\$000 por ano; nenhum sacrificio intoleravel representará, pois, um imposto dessa importancia. Se, por acaso, fôr exagerada a percentagem que tomei para os verdadeiros contribuintes, a modicidade da taxa e a relevancia do fim a que se destina permitirão certamente elevar o valor do imposto, sobretudo tornando-o proporcional de algum modo aos bens dêsses e interesses dêstes contribuintes.

Indispensavel será, porém, que o novo imposto não venha ser pretexto ou motivo de criação de novos órgãos arrecadadores, porque, se assim fôr, uma boa parte, senão a maior parte, da renda será absorvida pelos funcionarios da nova repartição. O imposto da Defesa Nacional deverá ser lançado como adicional de outros impostos cuja percepção já esteja bem assegurada, dêsse modo nenhum acrescimo de serviço dele provirá.

Deixando de lado a marinha, procurarei mostrar como será possível economizar pelo menos 10.000 contos no orçamento da guerra, apesar mesmo da redução que já sofreu e cujo produto, infelizmente, não reverteu em beneficio do proprio exército.

A medida que se me afigura de maior capacidade de rendimento é a de redução dos efetivos. Para mim, que só encaro a prestabilidade do exército para a guerra, nenhuma significação tem manter um efetivo de paz de 30 a 40 mil homens, quando as precarias condições de aparelhamento material não permitem mobilizar o efetivo de guerra que êle autoriza supôr. Aliás, 40.000 homens são de todo insuficientes para manter todas as unidades da nossa organização atual apenas com efetivos de instrução. Que importa formar anualmente uma classe de cerca de 15.000 reservistas instruidos se não se pôde armar e equipar convenientemente todas as unidades que essas 10 classes constituiriam na mobilização? Muito se falou na mobilização de 100.000 homens no Rio Grande do Sul por ocasião da revolução de Outubro de 1930. E' preciso desfazer essa balela extremamente perigosa, pôde dar nascimento no meio civil a uma falsa noção do que seja mobilização militar. Os tais 100.000 homens podem ter sido arrolados, mas positivamente não foram mobilizados, na aceção tecnica do termo, pois para isso faltavam-lhe a instrução profissional, armamento, equipamento e demais materiais. Não se deve confundir mobilização com arrolamento ou mesmo ajuntamento de homens.

Por diversas vezes tenho dito, não é o elemento homem que nos faltará em caso de guerra e sim o outro elemento fundamental — o material. No meu entender, é perfeitamente logico e acertado economizar brutalmente no pessoal do exército de paz para crear recursos necessarios á obtenção do material.

O exército de paz está presentemente reduzido a cerca de 30.000 homens de tropa. E' bem de vêr que com tal efetivo é impossivel

manter organizadas todas as unidades que existem atualmente, muitas das quais em estado de esqueleto. Apesar disso, não hesito em aconselhar a redução de mais 5.000 homens nesse já tão diminuto efetivo. Certamente antevejo como consequencia a desaparição provisoria de algumas unidades. Na região do Norte, do Espirito Santo ao Amazonas, ficariam sem efetivo os batalhões de Vitoria, Aracajú, Alagôas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Terezina, S. Luiz e Manáos; os quadros dêsses corpos passariam a ficar adidos aos batalhões de S. Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, aos quais se recolheriam tambem o armamento e as munições. As casernas seriam entregues ao serviço de recrutamento ao qual dar-se-iam os meios necessarios para conservá-las. Nas regiões do Sul e do Centro seriam igualmente suprimidos provisoriamente alguns batalhões de infantaria. Todos os R. I. passariam a dois batalhões. No Rio Grande do Sul ficariam sem efetivo quatro R. C. I. Na artilharia e na engenharia só seriam mantidas as unidades para as quais ha material adequado. A artilharia de costa concorreria com o desarmamento de alguns fortes que são verdadeiras inutilidades militares.

Uma das consequencias dessa supressão provisoria de corpos seria a cessação da crise de officiais, cujos quadros não estão mais em relação com o desenvolvimento que foi dado ao arcabouço militar; e não me parece possível pensar-se presentemente em aumentar esses quadros.

Presumo que poder-se-ia dêsse modo fazer uma redução de cerca de 5.000 homens no efetivo atual. E o exército nada perderia em valor, desde que ás unidades organizadas fossem dados efetivos de instrução completos e se tomassem providências adequadas a uma rapida incorporação de reservistas, de maneira a atingir o efetivo de guerra em caso de necessidade.

A supressão simples de 5.000 homens produziria pelos menos 7.500 contos por ano, cada soldado devendo custar, em média, 1:500\$ (soldo, etapa, fardamento, etc.). As economias feitas nos serviços gerais com a supressão temporaria de unidades dariam certamente para perfazer os 2.500 contos que faltam.

Uma serie de medidas complementares se impunham, mas deixo-as de lado para não alongar demais este artigo.

E' claro que não imagino esse regime senão a título provisorio, por espaço de 3 a 4 anos, no maximo, tempo que, espero, não ultrapassará a duração da crise economica atual.

Por isso, que a medida proposta tem o carater de provisoria, não aconselho a redução proporcional dos quadros que são muito mais dificeis de formar do que soldados. Penso, todavia, que serias economias poderiam aí ser feitas:

1º) instituindo desde já apenas duas datas para as promoções, por exemplo, 24 de maio e 15 de novembro;

2º) acabando com o pagamento da gratificação de função no caso de substituição interina ou ocasional, de maneira a evitar-se o absurdo de dois individuos receberem-na ao mesmo

OS POMBOS CORREIOS E A DEFESA NACIONAL

Pelo Dr. Roberto de Freitas Lima

(Presidente do Club Colombófilo Carioca. Da Sociedade Brasileira de Avicultura)

N. R. — O Dr. Roberto de Freitas Lima, jovem e ilustre cirurgião patricio, reservista de primeira categoria da arma de artilharia, inicia hoje uma série de estudos relativos aos pombos correios, os mensageiros alados, das nossas transmissões.

A "Defesa Nacional" agradece o haver lhe dado a honra de iniciar em suas paginas o belo movimento em prol da dotação de nosso país com tal meio de guerra.

Oxalá de seu estudo todos tirem a maior utilidade.

Chamamos a especial atenção dos nossos chefes, notadamente os da arma de cavalaria e das praças fortes para este trabalho.

"L'étude sur le Pigeon Voyageur en contribuant à vulgariser l'élevage et l'emploi du pigeon, apporte sa pierre à l'edifice de notre defense nationale, qui ne sera jamais trop solide."

GENERAL GOURAUD.

(Membro do Conselho Superior de Guerra, Governador militar de Paris)

I

INTRODUÇÃO

IDÉIA GERAL SOBRE A UTILIDADE MILITAR DOS POMBOS

Muito se tem falado e mesmo escrito, entre nós, sobre o incontestável valor dos pombos correios como agentes de transmissão na guerra, como na paz, mas infelizmente pouco ou quase nada se tem feito neste particular, excetuando certos núcleos de amadores existentes principalmente no Rio e em S. Paulo, que se reuniram formando clubs e sociedades colombófilas, e criam essas preciosas aves unicamente com um fim desportivo. O pouco caso, que ligamos a estes elementos, provém talvez de ter sido o valor dos mesmos esquecido, e até

certo ponto anulado por muitos credulos em demasia na ciência geradora, na época do telegrafo, telefone, sinais opticos, T. S. F., radio telefonia, aviação, etc.

Na imaginação dos profanos da guerra, os pombos correios teriam seu valor sim, mas historico, e seriam apenas apontados ás gerações futuras, como reliquia para alguns povos, agradável recordação para certa familia, ou como um dos primitivos agentes de transmissão empregados antes de J. C., ora na paz, como por exemplo, por Salomão no seu imperio, ora no caso de guerra como no caso da derrota de Antonio no sitio de Modena. Esquecem-se no entanto, que como em 1879 e a experiência dura e longa de 1914 a 1918 novamente constatou, e cada vez mais se constatará com o decorrer do tempo, que a ciencia de destruição evolue a passos de gigante sobre a ciencia geradora. Enquanto que esta última creava os órgãos de transmissão os mais aperfeiçoados, a ciencia oposta conseguia immediatamente não só perturbar como destruir todos os órgãos de transmissão os mais engenhosamente mascarados. Por muitas vezes os exercitos aliados, nos sombrios dias e noites tragicas da Guerra Mundial, contaram apenas com o homem e o pombo correio, como unicos e seguros agentes de transmissão: — o homem vencera graças ao patriotismo que o animava; o pombo graças a inteligencia e a orientação, que lhe permitiam desafiar todos os obstaculos opostos pelo inimigo. Mais uma vez verificou-se triunfar principalmente o *valor natural*. Ainda estão bem vivas em nossa memoria as memoraveis batalhas de Yser, Verdun e Somme, nas quais essas estupendas aves escreveram com seu sangue, o capítulo de ouro de sua historia. Efetivamente em muitos combates, foi a unica transmissão que resistiu a todos os meios de destruição do inimigo, conseguindo funcionar regularmente apesar dos bombardeios os mais violentos e as massas de gazes asfixiantes as mais densas.

tempo, por exemplo, o coronel X que está no Rio e o Capitão Y que comanda interinamente o seu batalhão em A.;

3º) reduzindo-se o número de alunos da Escola Militar durante o tempo da crise;

4º) suspendendo-se a reforma compulsoria e a voluntaria durante o prazo acima, salvo por incapacidade fisica, profissional ou moral;

5º) finalmente, reduzindo-se o quadro dos officiais generais, evidentemente excessivo para as necessidades presentes.

Eis aqui esboçado um plano que, parece-me, permitiria atacar o problema do aparelhamento material do exército. Póde não prestar, posso ter-me estribado em dados erroneos, póde a minha logica ser falha; que outros o demonstrem; mas que não destruam sem construir, que não me refutem sem apresentar substitutivo a este plano; terei imenso prazer em aplaudir melhor trabalho. O que não é possível é deixar o exército nesse bêco sem saída onde o meteram.

Os preciosos serviços prestados durante este triste período, provaram de modo incontestado o valor dos pombos correios como auxiliares da defesa nacional; inúmeros são os soldados que lhes devem a vida, inúmeras foram as posições que puderam ser conservadas ou retomadas, graças unicamente as informações trazidas por eles ao supremo comando, demonstrando de modo indiscutível ser ainda o agente de transmissão o mais perfeito e seguro para os exercitos, apesar de todas as invenções hodiernas. O general Mazel, comandante do 38° C. A. (5° exército) concluiu no seu relatório oficial apresentado em 31 de julho de 1915, o seguinte: "Le mode de transmission par pigeon était suffisamment régulier pour qu'il soit possible d'avoir en lui toute confiance".

A nossa admiração por essas admiráveis aves é sobejamente justificada, pela citação do relatório de 13 de agosto de 1916, sob o n. 743 S. R. do exército de Verdun, que assim conclue: "A pesar de todas as precauções tomadas, devido a atividade formidável da artilharia inimiga ou a má visibilidade, a maioria dos meios empregados afim de conservar ligação estreita com as unidades combatentes, são insuficientes, falhando muitas vezes nos momentos os mais criticos."

"A experiencia demonstra que:

1º, as ligações telefônicas são sempre interrompidas nas zonas de combate;

2º, as noticias transmitidas pelos *corredores* chegam com grandes atrasos, devido ao pessimo estado do terreno e a violencia das barragens;

3º, os sinais oticos, pouco visiveis devido á fumaça e á poeira, são ineficazes na maioria das vezes;

4º, as observações aéreas feitas pela aviação são desfavoráveis em grande número de circunstancias, ora devido ao mau tempo reinante, ora ao afastamento dos objetivos, não conseguindo fornecer ao comando dados suficientemente precisos sobre o desenrolar do combate.

"Os pombos correios são os unicos que funcionam regularmente em todas as circunstancias, e apesar dos bombardeios, poeira, fumaça, neblina, trazem num espaço de tempo relativamente pequeno, noticias sobre a situação das tropas." (*)

Bem comprehendemos, agora, como se manifestaram de modo sincero e expressivo varios chefes aliados: "*Nos agents ailés n'ont jamais échus*". Inumeros foram os pombos que obtiveram citação no decorrer das hostilidades, e muitos foram condecorados com a cruz de guerra, graças aos feitos praticados, como o heróe do Yser, o pombo soldado "Jacques", a quem se dedicam as linhas que se seguem,

e que bem frisam o que acabamos de escrever:

C'était le long du front un spectacle infernal:
Le "Boche" avait juré de prendre nos tranchées;
Il avait agencé grande assaut, *Kolossal*,
Lancé des obus lourds aux forces endiablées.

Le poilu, dans son coin, se retirait sans cesse,
Il ne comprenait rien au "feu roulant" brutal
Qui venait démolir ses obus... sa détresse
Augmentant, l'étreignait sous un froid glacial!

Cependant, en ces lieux, subsistait un espoir;
Le telephone avait annoncé la venue
De troupes qui devaient glisser avant le soir
Et prendre position... quelle déconvenue!

Tout à coup, les appels étaient demeurés vains;
Les fils étaient brisés sous l'horrible mitraille,
Le poilu flechissait... ses esprits incertains
Voulaient abandonner le sort de la bataille!

Soudain, un caporal, brandissant un panier
Leur dit: "Voilà celui qui va nous délivrer!!"
"Il ira demander le renfort et réel doute,
Que des troupes fraîches n'occupent la redoute!"

Il s'envole!...

Dans une pluie de feu, serti par les obus,
Tombant asphyxié par les gaz délétères,
L'oiseau veut annoncer aux postes militaires,
Que l'on doit, sans répit, relever les poilus!
Mais hélas! un éclat meurtrier lui fracassa:

[une patte
L'écoule goutte à goutte... un caillot écarlate
Grossit... en empressante ses plumes... son
orgueil]

Lui fait lever la tête... il tourne puis s'abat
Aux pieds de son dresseur qui l'attendait là-bas.

.....
L'Héroisme animal ajença la Victoire,
Le Pigeon partagea les lauriers et la gloire
Qui auréolent les têtes des soldats;
Qui ont crié: "Sol... tu ne passeras pas!"
C'est pourquoi vous voyez pour eux la "croix
[de guerra]"

Qu'on n'accorde jamais qu'aux heros militaires,
Saluons donc bien bas ces vaillants messagers
Qui honorent leur chef et tous leurs colombiers.

Em 11 de novembro de 1918, data do armistício, os exercitos aliados contavam, além dos pombais fixos, com 373 pombais moveis, representando um total de 30.000 pombos, sendo esses animais considerados como auxiliares indispensaveis aos chefes e aos combatentes.

Facil, pois, é de se compreender, como após a grande guerra, todas as potencias ao envez de acabar ou diminuir a criação dessas preciosas auxiliares da defesa nacional, pelo contrário, a intensificaram e organizaram, aperfeiçoando os treinamentos, e cuidando com especial carinho a questão do acasalamento.

Principalmente nós outros, possuidores de um vastissimo territorio, que carecemos de vias de comunicação rapidas e seguras, deveríamos, mais de que qualquer outro povo, cuidar com todo interesse destes agentes de transmissão os mais seguros e economicos. Contribuir para isso é nosso escopo.

O presente estudo compreenderá além desta introdução, nos seguintes pontos: Historico.

(*) O grifo é nosso.

Origem, Conformação, Orientação, Organização de pombais, Treinamento, Conclusões.

Nota: As informações aqui transcritas, foram fornecidas pelo 3º Bureau do Estado Maior Francês.

II

HISTORICO

O historico sobre os pombos empregados como agentes de transmissão pôde ser perfeitamente dividido em tres fases: — a da antiguidade até 1870; depois, fase de desenvolvimento, de 1870 até 1914, e fase de sistematização, de 1914 até 1918.

Limitar-nos-emos a fazer um ligeiro resumo sobre essas tres fases, citando apenas os fatos mais importantes que as enriquecem.

O pombo foi empregado como mensageiro antes de J. C.; já na mitologia temos Venus e Marte se correspondendo por meio deles. A genese nos ensina ter Noé durante o diluvio recorrido igualmente ao pombo. Herodoto e Plutarco dizem ter os gregos empregado os pombos nos exercitos. Plinio cita a derrota de Antonio no sitio de Modena, graças aos mesmos, 43 anos antes de J. C., sendo essa, para alguns autores, a primeira vez que foram eles empregados pela arte militar. Em 1098, os cruzados conseguiram capturar um pombo, no qual encontraram sob a aza uma mensagem enviada pelos musulmanos sitiados no forte Harzar. O sultão Nour-Eddin organizou em 1146 um serviço postal entre Bagdad e todas as cidades de seu imperio, utilizando-os. Abhasi Ahned igualmente constituiu um serviço de correspondencia constante com as cidades mais afastadas do seu dominio, em 1179, custando nesta época um pombo bem treinado 500 moedas de ouro. Novamente em 1572 e 1574 nós os vemos salvar as cidades de Harlem e Lyde, anunciando aos ocupantes, na iminencia de capitulação, estarem as tropas de socorro distantes apenas duas horas das mesmas.

Consta que Maria Antonietta, encarcerada na torre do Templo, se comunicava com seus conselheiros graças aos pombos. Entretanto, cumpre notar, segundo o acôrdo da maioria dos autores, que foi devido a um sirio chamado Michel Sabbach, vindo para Paris em 1801, e tendo publicado um livro intitulado "La colombe, messagère plus prompt que l'éclair!" que tiveram inicio as criações, formação de clubs e sociedades colombofilas na Europa, principalmente na Belgica, cujos primeiros clubs se formaram de 1820 a 1825, em Liège. Atribue-se ainda a fortuna acumulada a partir de 1815 pelos Rotschild ao fato dos pombos terem anunciado em Londres a derrota de Napoleão em Waterloo, tres dias antes de ter sido conhecida nas bolsas das demais capitais, o que lhes permitiu realizar no jôgo de valores famosos golpes.

Em 1830 os pombos tornam-se auxiliares regulares para a transmissão de noticias financeiras entre Paris e Bruxelas. No sitio de Veneza, em 1849, os conhecidos pombos de São Marcos foram empregados com sucesso como mensageiros.

Na guerra franco-alemã de 1870, foi devido aos pombos que Paris não conheceu o isola-

mento completo. M. Van Rosebeke, vice-presidente da Sociedade Colombofila "L'Esperance", propoz aproveitar balões afim de transportar os pombos correios de Paris para a provincia, e em 25 de setembro, ás 11 horas da manhã, o balão denominado "Ville de Florence", pilotado por Mangin, deixou a capital conduzindo as preciosas aves, que levavam em suas azas as esperanças da capital do mundo. Muito não se fizeram esperar, pois, ás 5 horas da tarde do mesmo dia, voltaram, sob admiração geral, trazendo a seguinte comunicação: "Sommes descendus près de Triel, à Vernouillet. Allons porter les dépêches officielles à Tours. Ballots de lettres vont être distribués". Foi o unico agente de transmissão que demonstrou ser insufficiente o círculo de ferro estabelecido ao redor de Paris pelo inimigo, pois não impediu que desta data em diante se efetuasse a troca de correspondencia entre o país e a capital!...

Desta época até 1914, em toda a Europa, sem falarmos nos pombais militares, inumeros foram as sociedades e clubs creados, visando sempre pela organização de treinos metódicos, obter maior resistencia e velocidade desses animais. Por todos esses fatos historicos, bem pôde o leitor imaginar os grandes serviços prestados por estas aves. Entretanto, todos se tornam insignificantes, em comparação aos praticados por estes agentes alados, durante a Guerra mundial, cujas passagens mais importantes citamos em nossa introdução.

No início das hostilidades, em 1914, na fase propriamente dita de guerra de movimento, não houve oportunidade de serem eles utilizados com real vantagem, mas, desde que em 1915 a estabilização das frentes parecia se prolongar, M. Leroy-Béague, presidente da Federação Colombofila de Lille, incluído no 2º Bureau do G. Q. G., fez uma organização racional do serviço dos pombais e, assim, em curto lapso de tempo, foi o centro de Bruay ligado diretamente a Armentières, Poperinghe, Cassel e Saint-Omer. Depois, progressivamente os diversos exercitos se muniram de pombais chamados de vanguarda e de retaguarda, não se fazendo esperar os resultados mais edificantes.

Os pombais instalados nos fortes de Este eram destinados a assegurar a ligação dessas praças de guerra com o exterior, em caso de sitio, o que se verificou sobretudo na memoravel batalha de Verdun. Mais uma vez não falharam os pombos correios, nos episodios heroicos. O do Forte de Vaux é conhecido. O comandante Raynal, um dos bravos destes tragicos dias, o lendario comandante daquele forte, sempre confiou nesses fieis mensageiros. Eis aqui sua última mensagem, levada pelo derradeiro pombo: "Tenons, toujours, nous subissons attaques par les gaz et les fumées très dangereuses. Il y a urgence à nous dégager. Faites-nous donner de suite communication par Souvielle. C'est mon dernier pigeon." (1)

(Continúa no proximo número.)

(1) O grifo é nosso.

SOBRE OS CURSOS DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

Pêlo Cap. Alves Bastos

Investindo contra fatos e cousas a que a apreciação superficial falsêa o verdadeiro aspecto, a crítica inadvertida e apressada, pelos foros de boas intenções com que às vezes se reveste, torna-se digna de resposta ou contradita que restabeleça o exato julgamento das questões controvertidas.

O austero carater de eficiencia e respeito com que na sucessão dos anos letivos se processam os cursos da Escola de Estado-Maior, nem sempre a tem pôsto a coberto dessas investidas que, conquanto no seu proprio seio não encontrem ambiente para medrar, fóra dela bem podem ganhar corpo de opinião.

Uma tecla existe que vem sempre sendo batida: é a que consiste em se dizer que nesses cursos ha uma pronunciada obsessão pelo trato das questões peculiares á tática propriamente dita, isto é, diretamente concernentes ao funcionamento em campanha da 3ª secção dos estados-maiores, com desprêso parcial ou total do mais, que diz respeito á atividade das outras secções, discriminadamente — questões de organização, de estudos sôbre os inimigos provaveis e suas operações possíveis, questões de estatísticas, de transportes, etc., todas, na verdade, da mais alta relevancia.

Nos limites em que se possam tratar de público cousas tão intrinsecamente inherentes á defesa nacional, e por isso mesmo, em grande parte confinadas no segrêdo dos *bureaux*, vejamos até que ponto tal crítica procede e quais as contingencias que ainda a deixam respirar.

Funcionando os estados-maiores durante os largos anos de paz no preparo das operações de guerra e, durante esta, preparando para o chefe, nos diferentes escalões, os elementos de suas decisões com que possa ele enfrentar as pungentes realidades do campo de batalha, devem naturalmente ser servidos por um pessoal que lhes conheça o funcionamento em um e outro caso, evidentemente assás diversos.

Esse o aspecto prático e muito geral sob o qual a questão se apresenta e que vai condicionar a maneira de proceder quando se trata do preparo dos oficiais de estado-maior, do qual, sem ser a unica, é contudo a principal etapa o tempo que o oficial passa na escola correspondente.

Decomponhamos a questão:

Qualquer estado-maior constitue um conjunto destinado a trabalhar na paz e na guerra;

Pelas diferentes secções de um estado-maior se acham distribuidos os diversos assuntos, cujo estudo lhe possa ser afeto.

Os oficiais considerados de estado-maior devem ser capazes de trabalhar indiferentemente em qualquer dessas secções.

Essas tres circunstancias indicam de modo simples e elementar as necessidades a que deverão corresponder os cursos da Escola, e que, partindo das mais simples e particulares para as mais gerais, poderão se traduzir no seguinte:

a) os cursos da Escola deverão fornecer a todos os que os sigam conhecimentos respeitaveis relativos a todos os assuntos que interessem a um estado-maior, e para os quais a atribuição de materias feita pelo regulamento a cada uma das secções pode mesmo constituir verdadeiro *vade-mecum*.

Sôbre essa base, solida e geral, poder-se-á admitir posteriormente certa especialização pessoal, que se comece a processar ainda no correr do curso e que venha corresponder a pronunciadas inclinações pessoais.

Efetivamente não haverá inconveniente algum em que certo official se empenhe particularmente no estudo e na prática de tal ou qual assunto, sob condição, porém, que essa predileção seja somente atendida após a aquisição da base comum indispensavel. A existencia de especializados em determinados assuntos assegurará, sem dúvida, para êstes, um particular carinho no ambito das secções; mas, tendo em conta, primeiro que estas não deverão viver estanques no conjunto, e, depois, que o official, subindo na hierarquia, poderá ser chamado á chefia de estados-maiores, função em que os conhecimentos especializados cederão o passo ás generalidades efficientes constituídas pela distribuição e contrôle do serviço, tato, firmeza e energia, caraterísticas inherentes a um chefe de estado-maior, tendo em conta, uma e outras dessas circunstancias, ressalta á evidência a necessidade imperiosa da referida base geral;

b) Indicada, pois, a contingencia de possuir qualquer official de estado-maior certo

cabedal comum aos da categoria, vista a conveniência em que desde a Escola, e em certa medida, sejam obedecidas as tendências individuais a especializações, não se deverá admitir, porém, que os cursos tratem certos assuntos com excessos de carinho prejudiciais aos outros.

Tal, efetivamente, não se dá na nossa Escola. Certos assuntos, por sua extensão, pela influência que indiretamente exercem sobre o conhecimento de outros, exigem para seu razoável estado maior número de sessões, maior número de exercícios do que outros a que baste um menor número de horas.

Certamente, para o caso, os cursos de Tática (Geral e das Armas) têm que constituir o arcabouço que sustente e valorize os demais conhecimentos de que se arme um oficial de estado-maior. Tais cursos, para comportarem desenvolvimento e eficiência são inevitavelmente longos e demorados, pelo que se lhes consagra o maior número de horas possível. Disso, porém, não se conclua que os estudos relativos às informações sobre o inimigo, relativos aos transportes, etc., sejam esquecidos.

Anualmente de tais cursos tem redundado, às vezes, por louvável esforço dos oficiais alunos, copiosa documentação do mais alto valor e á qual lamentável humorismo temporão atribuiu impropria denominação pejorativa.

No conjunto, o tempo disponível é, todavia, escasso e daí algumas insuficiências que mal podem ser sanadas por ocasião das manobras de fim de ano em que o caso concreto considerado é habitualmente tratado de modo a trazer luz sobre todas as questões suscetíveis de se apresentarem na prática;

c) Si um estado-maior existe para trabalhar na paz e na guerra, haveria talvez conveniência em que se frisassem as diferenças substanciais ao funcionamento num e noutro caso, e se enfrentasse também o estudo de

certos casos inherentes aos periodos de paz e que se não apresentam em campanha.

Sem dúvida, poderá o observador assegurar que não são assás especificadas as características de trabalho em cada caso, — e não estaria mentindo. Razões mui ponderáveis, porém, assim o impõem.

De um lado, a premência do tempo mal permite o conveniente preparo dos oficiais na parte de Tática e do funcionamento dos estados-maiores em campanha, o que na Escola tem de ser levado a fundo; de outro, a questão é de importancia aparente, podendo ser raciocinada pelo proprio official que, após o curso, terá de fazer o seu estagio regulamentar, na paz, de dous anos num estado-maior.

No que concerne ao estudo de certos assuntos militares, peculiares ao periodo preparatorio do tempo de paz e de que são exemplos classicos as questões de organização e de mobilização, podemos dizer que, em relação áquella, a serie de conferências com que foi iniciado o presente ano letivo constitue justamente um curso magnifico; raciocinando a questão, comentando-a, fazendo comparações, os professores adjuntos brasileiros mostraram a quantos os ouviram como deve ella ser tratada; relativamente á mobilização, pelo seu carater mais objetivo e também eminentemente secreto em seu aspecto pratico, nem sempre tem sido desprezada, mas preferencialmente tem sido deixada para os estudos e cogitações pessoais.

Essas considerações, modestamente articuladas, poderiam se estender muito mais, focalizando certos aspectos relativos aos cursos do nosso principal instituto de ensino militar que, em verdade, através de aperfeiçoamentos successivos, atinge nesse momento notavel grau de regularidade e de eficiencia.

Si as circumstancias o permitirem, voltaremos a ellas.

LIVRARIA, PAPELARIA, LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA — Fundada em 1845

Endereço teleg. — PIMENTAMELO — Rio. Teleph. 4-5325

Livros, revistas e quaisquer trabalhos de artes graficas

PIMENTA DE MELO & C.^a

Rua Nova do Ouvidor n. 34

(Proximo á rua do Ouvidor)

Caixa Postal 860

Officinas — Rua Visconde de Itaúna n. 419

== (Edificio proprio)

== Telefone 8-5996

Sobre a nova organização da Arma de Engenharia

Pelo Cap. Luiz Felipe de Albuquerque

Não cora o livro em hombrear com o sabre, nem cora o sabre de chamá-lo irmão. (Castro Alves). Mais adiante, Senhores, explicarei a razão de ser desta simples frase.

Antes, porém, de iniciar a nossa conferência, peço venia para solicitar do seletor auditorio, a necessaria benevolencia no julgamento deste modesto trabalho, pôsto que, no caso vertente, trata-se de um militar no cumprimento do seu dever, ou melhor, no desempenho do serviço para o qual fôra escalado.

Portanto, senhores, estamos bem afastados dos casos em que os conferencistas, ou são espontaneos por estudiosos, ou são solicitados pelos seus reconhecidos meritos no assunto em questão.

Voltando á frase que acabamos de citar, temos a dizer que é ela um dos exemplos classicos de Maximino de Araujo Maciel, porém aqui não nos interessa o caso linguistico, para tão somente interpretarmos a intenção do autor.

O livro representa, em síntese, a ciencia, as letras e as artes, ou, em resumo, a cultura geral.

O sabre, na sua simplicidade, representa o soldado.

Ha um certo encanto na singeleza desta frase onde em tão poucas palavras se encontra um mundo de argumentações que respondem áqueles que combatem a incompatibilidade entre o sabre e o soldado.

Na escolha do assunto, quando a isto me facultou o Sr. Tenente-Coronel Comandante, preferi o tema "A ciencia ao serviço da guerra", por dois motivos: primeiro, para que o assunto suprisse, por si só, as insufficiencias do insignificante conferencista; segundo, por ter uma oportunidade de combater a idéa, que sinto já vem predominando, de cercear-se, dentro de estreitos limites, os conhecimentos gerais e até mesmo especiais dos officiais do nosso Exército.

Encurtou-se o curso da Escola Militar, mutilaram seus programas de ensino, modificaram o corpo docente daquele estabelecimento, dificultam-se as matrículas em certos estabelecimentos de ensino, e tudo isto, infelizmente, apesar de obedecer a uma orientação bem intencionada, vem em grave detrimento da cultura geral, que deve repousar nas bases das ciencias exatas, conhecimentos necessarios e indispensaveis ao official de hoje, em presença da expectativa e da fórmula por que se nos apresentam os negros horizontes da guerra científica, que, sem dúvida nenhuma, constituirá o fator preponderante e decisivo das lutas internacionais. A difusão desta campanha tem se feito, não só entre officiais,

como atualmente se propaga, como recurso mais eficiente, no seio dos cadetes da nossa Escola Militar.

Quanto a nós, julgamos de maneira diametralmente oposto e somos francamente partidarios de que faça parte do cabedal intelectual do official do Exército a maior soma de conhecimentos, não só gerais, como também acentuadamente os da sua especialidade profissional, não limitando adstritamente a uma meia duzia de conhecimentos rigidamente ligados a disposições regulamentares, cuja duração efemera decorre do progresso científico dos processos de combate.

Só com uma solida cultura geral sobre os alicerces das ciencias exatas poderá o official de hoje preencher o seu principal papel, como passamos a ver.

Duas são as missões principais dos quadros permanentes em tempo de paz.

Uma, que é a primordial, consiste nos meios pelos quais deva o Exército, pelos seus órgãos competentes, acompanhar e assimilar todos os progressos da arte da guerra moderna, á medida que forem surgindo.

Outra, não menos importante, que consiste na formação de maior número possível de reservistas.

Vamos, portanto, provar com a exposição abaixo que os officiais modernos precisam ter esclarecimentos exatos sobre a fisica, a quimica, a fisiologia, e outros assuntos correlatos ás necessidades da guerra hodierna.

Sabemos todos que a ciencia, desde que a história tem notícia de sua existencia, vem prestando todo o serviço possível á guerra.

A historia militar de todos os paizes constata fatos como o de Archimedes, no cerco de Siracusa, onde ele empregou, além de muitos artificios científicos, os celebres espelhos ardentes.

A balística, sobre o ponto de vista científico, é baseada nos estudos experimentais e de gabinete, da fisica, da quimica e da metalurgia, que, com auxilio dos recursos matematicos, atingiu á perfeição de hoje, por nós tão bem conhecida.

Os binoculos, os telemetros, a telegrafia, a telefonia, o radio, a sinalização optica, são tudo aparelhos fundamentados em principios e leis científicas.

Os vasos de guerra e tantos outros recursos belicos, não são senão calcados nas descobertas científicas.

Excusado seria continuar a citar outros exemplos. O interessante de tudo é que todos os processos de combate adotados até aqui têm sido inferiores á guerra de projéteis, sobretudo depois do grande desenvolvimento da balística. Agora, porém, os papeis se invertem. Parece que a guerra balística iniciará o seu franco declínio para ceder lugar á então chamada guerra científica.

E porque científica?

Veremos um pouco mais adiante.

NOTA — A presente palestra, feita no 1º B E, constitue a primeira parte do estudo da nova organização da arma de engenharia, em face do aspecto moderno da guerra científica, assunto que deverá ser tratado na proxima oportunidade.

Os recursos da guerra balística, ou pelo pouco progresso atual da metalurgia, ou pelo pouco avanço da química dos explosivos ou por qualquer outro motivo, como que cessaram bruscamente. Parece que pouco se poderia explorar neste campo e a cada invento agressivo, surgia a defesa eficiente e contrária. Como que já se equilibravam ataque e defesa, neste ramo da guerra de hoje.

Com isto esbarraram-se na última guerra os "fronts" inimigos. Surge então a necessidade de vencer este obstáculo. Era preciso vencer a luta e dominar o adversário.

Do equilíbrio das forças inimigas, na guerra de 1914, onde a prática demonstrou ser impossível a vitória pelas armas, nasceu a idéia de lançar mão de outros recursos, criando-se novos processos, revivendo-se processos antigos.

Muito embora não se tenha desenvolvido durante a última guerra o emprêgo da guerra científica, a ponto de decidir da partida, deu, entretanto, nascimento a grandes estudos que, com os recursos da ciência atual, tomou vasto desenvolvimento, progrediu assustadoramente, desenvolveu-se interessante e rapidamente. Não obstante o sigilo guardado pelos países interessados, muita coisa tem transpirado como que para advertir os países incautos. A guerra moderna será o que podemos chamar a guerra científica.

Científica sim, porque ela nacerá nos laboratórios científicos, estará nos campos magneto-elétricos, nas correntes de alta frequência, nas ondas hertzianas. Nacerá nas manipulações dos grãos, refundida nos cadinhos, precipitada nos balões químicos. Nacerá nos campos de culturas bacteriológicas, no *caldo de carne* dos provetes de vidro. Será conduzida pelos observatórios astronômicos e meteorológicos. Será encaminhada pela mecânica aplicada, pela aero-dinâmica, pela aerostática, e a parte principal da guerra girará em torno do mundo científico, sobre a direção dos cientistas e o duelo se estabelecerá entre núcleos científicos dos países beligerantes.

Horível paradoxo!

A guerra científica, segundo o que já está consagrado, divide-se em tres ramos: física, química bacteriológica.

A não ser por uma questão didática, não vejo razões para esta divisão. Como vamos ver, os tres aspectos se confundem e se completam.

Nós seguiremos orientação diferente, analisaremos os fatos segundo a sequencia tática.

A primeira causa que nos surge é o veículo ou o meio pelo qual nós poderemos levar os nossos elementos agressivos aos pontos desejados.

São dois capitais e varios secundarios, além dos desconhecidos.

Primeiro, o avião.

Calcado no princípio da aero-dinâmica. A sua eficiencia decorre da relatividade entre o peso e a força dos motores de propulsão. O seu raio de ação, a capacidade de transporte, a resistencia ás intemperies, a velocidade, o conforto da guarnição têm progredido vertiginosamente. E' de todos nós conhecido o *raid*

realizado por Saccadura Cabral e Gago Coutinho, na travessia do Atlantico, em 1922, em condições precárias, apesar de ter sido empregado o que havia de mais moderno na época.

Pois bem, comparativamente ao *raid* realizado no corrente ano, pela Aviação Militar Italiana, conhecida pelo nome de esquadilha Balbo, que constituiu uma alta demonstração da eficiencia da aviação moderna, dadas as condições de êxito do *raid*, é assombrosa a rapidez do progresso aviatorio no curto espaço de nove anos.

Esteve ultimamente em nosso porto o *Doz*, e, segundo as últimas informações obtidas, este colossal avião não constitue mais a última palavra, visto como os americanos já possuem em construção modelos muito mais possantes.

Segundo, o dirigível, cujo processo de acensão é baseado no princípio de aerostática combinado com aero-dinamico.

Segundo os dados mais modernos, os tipos militares estão ao abrigo do ataque dos aviões. (Tipos ainda em estudo).

Em relação ao avião, o dirigível tem menor resistencia á intemperie, menor velocidade, menor mobilidade, maior vulto e maior visibilidade; é mais caro em preço, de difícil manobra, de difícil construção e conservação e exige dispendiosos portos de amarração e grande guarnição especializada.

Em compensação, tem maior raio de ação, maior capacidade de transporte, maior estabilidade, maior conforto aos tripulantes e, sobretudo, o tipo militar, ultimamente estudado, empresta-lhe uma eficiencia que, segundo se nos afigura, o dominio de poderio militar está na divisão aerea que maior número de dirigíveis possuir.

O principal melhoramento consiste na adoção de cabines hermeticamente fechadas, no genero dos submarinos, levados em consideração os calculos de resistencia para o fenomeno inverso, isto é, pressão externa inferior á pressão interna (*). São feitas de duro aluminio, com compartimentos estanques.

Os comandos se fazem por meio de um aparelhamento elettrico complexo. São munidos de aparelhagem optica para observações, além das janellas e vigias de vidro. Contém, aparelhos de escuta (sismografos), aparelhos de sinalização, estações radio-emissoras e receptoras, etc., etc.

Interiormente a cabine tem condições de vida absolutamente independentes do meio exterior, com recursos para muitas horas. Para o gaz de acensão é adotado de preferencia o "hellium", por não ser nem combustivel, nem comburente, apesar de ter menor rendimento que o hidrogenio.

São dotados de motores silenciosos ultramodernos e a America do Norte já conseguiu um dirigível que transporta um avião, com

(*) Aí o autor faz uma ligeira descrição dos principios científicos e principais aparelhos do torpedo e do submarino.

dispositivos tais que, saindo este do bojo da-quele, passa a desempenhar determinada missão e recolher-se novamente á sua base.

Podendo os balões atingir a altura em que o ar é muito rarefeito, tendo eles processos de controle, afim de que não atinjam altura de rutura causada pela grande diferença de pressões (fenomeno inverso ao esmagamento do submarino), ficarão eles ao abrigo dos ataques dos aviões, visto como estes só sobem pelo princípio da aero-dinamica, cujo rendimento diminua á medida que o meio se torna menos denso. (Estudo moderno da estratosfera). (**)

Escapam-nos outras informações, que não pudemos obter. Obtivemos a promessa de descrição das cabines dos dirigiveis modernos que acabamos de citar, o que constituirá assunto para uma nova conferencia.

Como elemento secundario, temos os balonêes, que serão também empregados neste serviço. São de dois tipos, os livres, que se orientam em direção segundo os ventos, em distância segundo estopim ou espolêta de tempo, em altura pelo princípio de Archimedes. Os do tipo torpedeo aereo, que contém maquinas e aparelhos de propulsão e direção. Navegam no ar como verdadeiros torpedos nagua. E' um material caro e muito perigoso.

Finalmente, ha uma muito breve noticia dos estudiosos destes assuntos, que acreditam haver íntima ligação entre a última experiencia feita, em que um automovel funcionou pelo comando de vozes; e o comando dos engenhos aereos pela radio-telo-mecanica. Contudo, esta noticia carece de confirmação.

Maurice Laporte, em sua obra, refere-se também aos engenhos aereos em que os alemães conseguiram comandar e dirigir á distância pela radio-tele-mecanica.

Os canhões do tipo do que bombardeou Paris, *Gross Bertal*, são hoje estudados com esmero, em cujas granadas se fazem o estudo dos carregamentos de gazes.

Como vemos, acabamos de tomar contato com os principais meios e processos necessarios á primeira fase do ataque.

Passaremos então á segunda fase, que é constituida pelo uso dos meios agressivos, que se dividem em dous grandes grupos: grupos dos raios e grupo dos gazes. Está consagrado que raio são todos os processos fisicos que projetam á distância regular energia sob qualquer fórma, em determinada direção e que produzam efeitos destrutivos, como incendios, mortes, paralisias, panes nas maquinas e motores e varios outros. Assim é que na America do Norte, estudando-se os raios infravermelhos, na maior intensidade que os recursos industriais modernos permitiram, foram conseguidos efeitos calorificos mais ou menos eficientes, porém o seu principal emprego, cujo rendimento foi muito mais util e interessante pela sua invisibilidade, depois de

passar por certos filtros, foi terem conseguido fotografias detalhadas de uma certa região tiradas á noite, sem que o avião fosse visto. E hoje, com o recurso do avião silencioso, este processo constitue um dos graves perigos da guerra moderna.

Gazes — Está consagrado que são gazes todos os corpos gazosos ou não, que por processos quimicos ou biologicos tornem o meio ambiente pernicioso á vida animal, ocasionando asfixia, queimaduras, infecções, gangrenas e outros males.

Quanto aos raios, a ciencia está em relação aos gazes um pouco atrasada. Assim é que ha noticias de varios tipos de raios, que, segundo se afirma, constituem segredo de estado dos países seus detentores.

Os seus efeitos, ora são calorificos, ora electricos, ora magneticos, produzindo pane nos motores e explosão á grande distância.

Finalmente estudam-se os raios vibratorios capazes de provocar a deflagração de qualquer explosivo. Não se tem bem conhecimento do que haja a respeito disso e quais as surpresas que eles possam nos fazer na guerra. Si eles existem estão em muito sigilo e as noticias são muito vagas.

Maria Lacerda de Moura em seu livro *Civilização Tronco de Escravos*, refere-se aos raios da morte, descobertos por M. Grindell Matheus, cujas experiencias em Maio de 1924 produziram tal resultado que uma firma francesa comprou o privilegio. Refere-se ainda aos raios invisiveis cujas experiencias foram feitas num porto do Mediterraneo, como arma de guerra.

Na America do Norte o dr. E. F. Nothrup transformou 6.6000 volts em raios de calor que fundiram a platina e o iridium.

Marconi, na Italia, transformou correntes de alta frequencia em raios calorificos.

Ha várias outras noticias de menor importancia. Não sabemos porque ha maior sigilo sobre as raios, atribuidos talvez aos complicados esquemas que coordenam os diversos órgãos do aparelho.

O mesmo já não acontece com os gazes, que tomaram proporções gigantescas verdadeiramente assombrosas. Causa profunda impressão aos que entram em contato de como eles progridem. A sua superioridade economica sobre a guerra balistica, a facilidade de sua produção, a sua concentração para o transporte e a formidavel eficiencia do seu emprego, e segundo se acredita hoje a precariedade, ou mesmo ausencia completa dos metodos e processos de defesa, levaram os responsaveis pela eficiencia dos exercitos dos principais países do mundo, a dedicarem-se com afino por todos os meios e modos para que o assunto tomasse o maior desenvolvimento possivel. E isto vem assim se processando com denodado ardor em certos países, enquanto que em outros (permitindo a parodia do pathé-jornal) nada se vê, nada se sabe, nada se informa. Dorme-se o tranquilo sono da inocencia. Não é pes-

(**) Estes dirigiveis são destinados a agir das camadas mais elevadas da estratosfera.

simismo nosso a forma de aparente exagero que imprimimos a esta nossa dissertação como vemos em seguida:

Principais gases e seus efeitos fisiologicos

Antes de citarmos os principais gases vamos atender á sua classificação segundo os efeitos fisiologicos, pois que eles se podem classificar, segundo sua densidade, cheiro, visibilidade, violencia de aggressão, meios taticos de seus empregos, bases de sua composição quimica, processos biologicos e varios outros aspectos.

No caso presente e segundo os efeitos fisiologicos, eles podem ser: asfixiantes, lacrimogenios, corrosivos, causticos ou vesicantes toxicos, sternutatorios, infeciosos, explosivos ou incendiarios, etc.

A classificação acima não pôde ser levada a rigor, visto como os gases têm simultaneamente 2, 3 e mais efeitos, ou são mesmo applicados misturados para o concurso dos efeitos diferentes simultaneos ou sucessivos.

Assim por exemplo, os sternutatorios são applicados sempre com outros gases, porque provocam espirros e vomitos intensivos, obrigando o paciente a retirar a mascara envenenando-se em seguida pelos gases concurrentes.

Asfixiantes — São os que atuam diminuindo a presença do oxigenio do meio ambiente, necessario á combustão imprecindível á vida; ou pela ação de processos corrosivos ou inflamatórios que inibem o funcionamento do aparelho respiratorio.

Exemplos: o gaz carbonico, mais pesado que o ar, incolor, inodoro e sem sabor, asfixia pela ausencia do oxigenio, enquanto que o cloro, tambem mais pesado que o ar, visivel de cor amarelo esverdeada, de cheiro caracteristico e sabor desagradavel, tendo sido applicado no inicio de guerra quimica de 1915 em Ypré, contra uma divisão francesa produziu efeitos mortiferos numa média de 30 %, pela asfixia decorrente da inibição do funcionamento do aparelho respiratorio.

Lacrimogenios — Que têm predileção particular pelo aparelho visual. São em geral corrosivos e irritantes e têm eficiencia sobre as mucosas em geral. Dissolvidos na saliva quando respirados pela boca, atacam a mucosa do aparelho digestivo, produzindo sofrimentos atrozes.

Um dos principais desses gases já descobertos, além de muitos outros, é o "bromabenzil", do qual tres decimiligramas por metro cubico de ar na pressão normal são o suficiente para produzir lesões e irritações insuportaveis no aparelho ocular.

O emprêgo desses gases em maior densidade, causa a cegueira em suas vítimas.

Corrosivos — São aqueles que têm ação destruidora sobre determinado tecido destruindo-o. Fazem parte deles, em geral, os compostos de cloro e enxofre. A ação do cloro, provocando a necrose dos tecidos, decorre da desidratação das celulas, formando o acido cloridrico que é corrosivo.

Causticos ou vesicantes — São os que em contato com a pele, produzem queimaduras

do 1º, 2º e até mesmo do 3º grau, semelhantes a ação da agua fervendo. A Yperite (sulfureto de etila diclorado), um dos mais terriveis gases, entrando em contato com a pele provoca graves queimaduras que se notam muito posteriormente.

"Segundo o dr. Dopfer, as lesões produzidas pelos gases de combate são as mesmas, não importando o estado fisico, solido, liquido ou gazoso.

Assim uma gota do aggressivo Yperite, produz a necrose da epiderme dos tecidos subcutaneos e dos musculos.

Na maioria dos casos, os liquidos empregados como aggressivos quimicos, se apresentam sob a forma de vapor dagua, ou gotas pequenissimas o que torna os seus efeitos semelhantes aos produzidos pelos gases" (*sic*).

A Yperite, portanto, depois de produzir um efeito semelhante ao carro do combate, isto é, abrir uma brecha na epiderme, insinua-se depois de necrosados os tecidos, e vai produzir no organismo as mais graves intoxicações com predileção pelo sistema nervoso.

Maurice Laporte em seu livro *Sous le casque d'acier* refere-se a um gaz que provoca um estado de decomposição dos tecidos, semelhante a uma lepra galopante.

Toxicos — São todos aqueles que sendo extranhos á nossa metabolize produzem perturbações internas, fisico ou quimico biologicas.

Identificam-se pelos sintomas que a vítima apresenta de intoxicação.

São em geral os compostos de arsenico e cloro.

Sternutatorios — São todos os aggressivos que em contato com a mucosa do aparelho digestivo ou respiratorio, provocam espirros, vomitos, emfim contrações espasmodicas em alto grau e observa-se uma particularidade de submeter a vítima a perturbações cerebrais.

Estas perturbações têm sido atribuidas á estreita e direta ligação nervosa entre os cartuchos do nariz e o cerebro.

Chamamos aggressivos aos sternutatorios, porque em geral são solidos reduzidos a pó impalpavel cuja forma facilita a travessia dos tecidos das mascaras, produzindo os efeitos acima estudados que tornam insuportavel a mascara.

Estudam-se hoje os gases toxicos entorpecentes ou inibitorios, que produzem o effeito de imobilizar o paciente no lugar onde estiver.

A proposito citaremos que no Brasil ha um veneno dos indios, chamado curara, que tem a particular propriedade de permitir ao paciente depois de intoxicado, a circulação do fluxo nervoso centripeto, o que quer dizer que o paciente pôde receber todas as impressões do mundo exterior para o mundo interior; e inibe a circulação do fluxo nervoso centrifugo, ou melhor, isola a comunicação do interior para o mundo exterior, fazendo o papel de verdadeiro retificador de corrente alternativa. E' um veneno insidiosos que produz os seus efeitos uma vez lançado na circulação por ferimento, quasi instantaneamente,

e é absolutamente inocente quando ingerido por via gastrica.

Impeciosos — São gases bacteriologicos, applicados por 2 formas: ou são lançados contra o inimigo os caldos da cultura microbiana da epidemia considerada na sua maior virulencia e que se quer propagar, cujos perigos podem se refletir contra as proprias tropas amigas, pelo contato direto ou qualquer outro meio de contaminação; ou se empregam sómente as toxinas, que, produzindo os mesmos efeitos ás vítimas por elas atingidas, afastam entretanto o perigo da propagação pelo contagio. E' de menor efficacia, de mais difficil preparo e limita-se a um número restrito de culturas.

Incendiarios ou explosivos — São gases que, como o seu proprio nome indica, produzem o incendio ou a destruição onde chegam, ou pela ação de contato, ou pelo tempo, findo o qual ele entra em combustão ou explosão espontaneamente. Em uma conferencia feita por um official argentino foi referida uma descoberta de um gaz que é lançado de certa altura em estado liquido tomando a fórma de chuva e depois de garça. Chega ao solo em estado de pulverisação muito tenue, onde em contato com as substancias organizadas entra em combustão, produzindo elevada temperatura com formidavel poder destrutivo.

A Aviação americana tem atualmente bombas com capacidade de carregamento de 996 ks. e 600 grs. Já conseguiram os americanos um tipo de granada carregada com um explosivo cuja base é o fosforo branco, que, pela explosão, além da formidavel força expansiva e consequencias decorrentes do sopro, produz uma temperatura de 3.000 grãos, dentro de um raio de ação relativamente grande, apresentando mais o perigo de que á noite a intensidade luminosa provoca perturbações visuais e até mesmo a cegueira. Como vimos dizendo, estes gases podem ser, ou só explosivos ou só incendiarios, ou simultaneamente uma e outra coisa.

Passaremos agora uma ligeira vista em outras classificações.

Classificação do Dr. Hanslian, adotada pelos americanos:

- 1ª) Irritantes ou lacrimogenios
- 2ª) Asfixiantes.
- 3ª) Cianidricos.
- 4ª) Causticos.
- 5ª) Arsenicais.
- 6ª) Explosivos ou incendiarios.

Como se vê, a presente classificação obedece a um carater tatico, segundo a applicação ténica.

Alguns são classificados pelos seus efeitos e outros pelas suas bases, como os de acido cianidrico e os de arsenico.

O primeiro com ação fulminante atuando sobre o sistema nervoso; o segundo, que tem a especialidade de atravessar as mascaras vulgares e atuar sobre o aparelho respiratorio. (Cianidrico e arsenicais.)

O tenente-coronel Bloch classifica os gases no grupo dos toxicos e no grupo dos que atacam os tecidos.

Acho que nelas proprias indicações da terapeutica esta divisão devia de preferencia classificar em gases de ação interna e gases de ação externa.

Quanto aos fins, o mesmo official classifica ainda em fugazes ou persistentes ou tambem chamados permanentes.

Os *fugazes* applicam-se nas zonas que vão ser occupadas posteriormente. Os persistentes no caso contrario.

Quanto ao ponto de vista fisiologico, ainda o mesmo coronel classifica em immediatos e mediatos.

Os primeiros são os que manifestam os seus efeitos immediatamente. Os segundos são aqueles cujos efeitos manifestam-se depois de passado algum tempo.

Em seguida, passaremos em revista os principais gases cujas consequencias são as mais eficientes.

Yperite — O gaz caustico padrão, mais pesado que o ar, toxico, corrosivo, asfixiante, persistente e que além das consequencias immediatas, acarreta terriveis consequencias mediatas.

Atravessa os tecidos em geral, desaloja o ar dos torrões da terra, fixa-se nos intersticios dos tecidos, insinua-se nas partes baixas do terreno, produzindo mais tarde os efeitos com a mesma intensidade nas vítimas que com ele entram em contato. Tem preferencia pelos tecidos vivos, quentes e humidos, notadamente pelos testiculos.

As mulheres e as crianças são as suas maiores vítimas, dado o aspecto tenro da pele.

Irrita a cornea da vista, produzindo fotofobia. Ataca horivelmente o aparelho respiratorio, destróe a membrana dos alveolos, produzindo hemoptises.

Seis mmgrs. por litro de ar bastam para que seus efeitos sejam mortais.

As roupas embebidas em oleo, ou impermeabilizadas pela cêra de carnaúba, protegem eficientemente.

Lewisite — Segundo as palavras do notavel americano Irwin, bastariam 12 grandes bombas de Lewisite, lançadas por avião, para destruir em alguns instantes todos os seres com vida, numa cidade que ocupe uma área igual a de Chicago ou Berlim. E' insidioso, infiltra-se pelo terreno, mata toda a vegetação, envenena todas as aguas potaveis, penetra nos subterraneos, fossas, grutas de galerias.

Ataca os olhos e o aparelho respiratorio. E' caustico e toxico, fazendo paralisar os rins e depois o coração.

Ao terminar a guerra de 1914, supõe-se que os americanos tenham lançado fóra, no Oceano, 150 toneladas.

Fogênio — Que tem a particular propriedade de asfixiar, desoxidando os globulos vermelhos. E' humanitario, porque tira logo o estado de consciencia da vítima, pela anemia cerebral. Tem por base um tratamento especial, sob alta intensidade luminosa do tétro-cloreto de carbono.

Poderíamos continuar a citação de outros gases, não fosse alongar muito a nossa conferência.

Meios de defesa — Segundo afirmam unanimemente todos os interessados no assunto, não haverá defesa eficiente contra a guerra científica moderna. A vitória será daquele que tiver mais violência e eficiência no ataque. É quasi ridícula e obsoleta toda essa organização belica e dos exercitos, com fundamento na potencia de fogo da guerra balística. No pé em que se encontram os países mais adiantados e previdentes, no caso da declaração de guerra, entre dois deles, não haverá tempo para que os grandes exercitos se mobilizem. O ataque será immediato, violento e impiedoso, contra as populações civis, incendiando as capitais, destruindo os campos de cultura, inutilizando as grandes gares de estrada de ferro, aniquilando os centros industriaes e produtores, desarticulando desta forma toda a organização social, lançando a fome e o panico. A mortandade com todo o cortejo decorrente da desgraça; a infancia será atrozmente sacrificada; morrerão moços e velhos, homens e mulheres.

Aqui temos uma observação interessante a fazer. Como acabamos de vêr, na guerra actual, não ha garantias de vida para ninguém. Todos os habitantes do territorio em luta, sem distincção de sexo, idade, posição ou nacionalidade, ficarão sujeitos aos perigos inflingidos pelos atuais processos de ataque, que atuam sobre as victimas indistintamente. Hoje, destroem-se fauna e flora, além dos objetivos materiais. Parece-nos que esse aspecto constitue o primeiro passo para a construção dos alicerces onde irá repousar o edificio da pacificação universal. Os chefes de Estado, parlamentares e congressistas, administradores e plenipotenciarios, industriaes e comerciantes, armamentistas e pacifistas, banqueiros e agricultores e, enfim, toda a massa que constitue a cabeça dirigente de um povo, estará, tanto ou mais exposta aos perigos da guerra que hoje se apresenta, do que talvez mesmo os soldados que constituam a vanguarda dos campos de batalha. E ainda mais, não só eles, como também as suas respectivas familias, constituídas pelos entes mais queridos, não se poderão abrigar da furia dos processos modernos da guerra científica.

Julgamos que estamos no prologo da pacificação universal.

A principal defesa adotada foi a mascara, porém, surgiu ela primeiro na protecção do aparelho respiratorio. Como resposta, vem o gaz lacrimogenio, cuja defesa foram os olhos especiais ligados ás mascaras anteriores, constituindo um só todo. Para combater, inventaram-se os gazes sternutatorios, cujos efeitos já são nossos conhecidos. Cada combinação ou qualidade de gazes exige um tipo de mascara. Daí as mascaras polivalentes.

Outros autores aduziram ás mascaras corpos ora absorventes, ora reagentes e ora analiticos pela acção catalitica. As ultimas mascaras são constituídas no genero das do escafandro, cujo reabastecimento de oxigenio é feito ou por empolas do gaz comprimido, ou por geradores. Estas têm o inconveniente de ter uma duração limitada, cujas mais perfeitas

têm provisão para duas horas. Contra os gazes de efeito externo têm sido estudadas as roupas impermeaveis, que são inconvenientes por dificultarem a respiração cutanea.

Isto quanto ao soldado em campanha. Nos abrigos e trincheiras e mesmo no campo, a defesa é muito precaria e é constituída pelos processos já acima expostos e mais a ventilação forçada.

A contraposição de outros gazes quimicos não tem dado resultados praticos.

Quanto ás populações civis, o caso é muito mais complexo, pelas razões economicas. Seria impossivel distribuir mascaras e roupas para toda a população. A construção de grandes abrigos não resolve o problema por immobilizar a população durante o tempo que permanecessem os efeitos dos gazes, complicado com as difficuldades das condições fisiologicas da vida.

O general inglês Chetwood propôz a evacuação da cidade de Londres logo que os sinais de alarme profusamente distribuidos pela cidade fossem ouvidos, espalhando-se a população pelos campos. Esse sistema, porém, não pôde dar resultado na prática, não só pelo atropelo causado pelo panico do exodo em massa, como também pela impossibilidade da subsistencia desse pessoal no campo pelo prazo de oito dias, no caso da Yperite. E hoje os gazes incendiarios são concurrentes e devastarão os campos inclusive.

Só ha um meio de defesa, que é destruir o inimigo antes da sua aproximação. No fim da última grande guerra chegou a haver regulamentação das medidas de protecção contra os gazes. O canhão inventado por M. A. Christensen, de grande alcance vertical, e destinado a lançar massas de gazes contra as esquadrilhas aereas, e combinado com um gaz, atribuido aos laboratorios alemães, o qual em contato com o ar se eleva á temperatura de 200 gráus, constituirão a principal defesa das cidades. E antes de concluir este modesto trabalho, peço venia para dizer que o nosso exercito precisa quanto antes voltar um pouco mais da sua atenção para este novo aspecto da guerra moderna, a exemplo do que fazem os nossos países visinhos, no que concerne á evolução dos progressos contemporaneos que, como acabamos de vêr, si não trouxeram uma transformação radical nas organizações dos exercitos, deverão pelo menos trazer uma profunda remodelação, mui principalmente nas armas de Engenharia e Aviação.

Perante a perspectiva da guerra moderna, inconcebidos e desconhecidos os efeitos e consequências dos novos aparelhamentos da fisica e das novas fórmulas quimicas, diante dos surpreendentes efeitos eficazes e ineficazes dos processos impiedosos e mortiferos da agressão inopinada a todos os pontos do país atacado e em horas surpreendentes, diante de tudo isso, e mais, da intranquilidade a que todos ficarão sujeitos pela insegurança decorrente da declaração do estado de guerra, julgamos que estes fatos levarão o mundo ou ao exterminio ("DILUVIO DO FOGO") ou á paz universal, com profunda repercussão na organização social.

O CHEFE

Palestra feita pelo aluno do C. P. O. R. da 2ª Região Militar
THIAGO MAZAÇÃO FILHO

Meus camaradas:

A historia é, com justiça, considerada a mestra da vida.

Nela, em suas páginas sombrias ou heroicas, vamos buscar sempre, nos momentos precisos, os ensinamentos que, emanados das grandes ações, revelam, a nós outros, qualidades precisas para o desenvolvimento das mais robustas faculdades do nosso espirito, em diversos campos de todas as atividades humanas. Nela eu fui buscar, para abrir com chave de ouro esta preleção, cujo tema escolhido, *o chefe*, exige um exemplo vivo, claro, luminoso, incisivo, onde se espelhem todas as virtudes necessárias ao homem que recebe a suprema investidura de guiar outros homens.

Seria ocioso dizer-se aqui, meus camaradas, das responsabilidades que tais encargos significam para aqueles que, a despeito de todas as vicissitudes imagináveis, precisam, todavia, cumprir esse dever sagrado. E', com efeito, das mais arduas tarefas militares a missão do que comanda, do que manda e conduz, e isto porque mais facil é obedecer do que mandar.

Dai — meus camaradas, — se evidencia, em toda a plenitude de sua significação moral, a figura incontestavel do chefe, daquele que defini investido da missão de guiar outros homens.

Para isso, deve ser ele o primeiro em valor, em coragem, em abnegação, em heroismo — e se alguma vez lhe cabe o último lugar, é quando as circunstâncias foram tais que só lhe restava o ficar como o último, no posto de sacrificio e de honra que é, dentro da farda, o fogo vivo e ardente, que faz pulsar o coração de todo soldado.

No mais, ao chefe, fica-lhe sempre o primeiro lugar e, de sua constancia, ardor e patriotismo, dependem a vida, mais que a vida, o nome, mais que o nome, a honra de seus subordinados.

Eu não preciso, meus camaradas, abrir página por página toda a Historia do Brasil, em que cada página é uma epopéia de glórias á coragem e ao valor do soldado brasileiro, para descobrir a figura varonil de um chefe valeroso, com que realçar todas as virtudes grandiosas que tanto enobreceram os fastos brilhantes do nosso passado.

Um apenas, me basta citar — OSORIO — o grande chefe da passagem de Ipororó.

Quem diz Osorio, meus camaradas, e pronuncia este nome diante de soldados, quer dizer heroismo, valor, audacia, coragem, abnegação — virtudes que, se não devem faltar ao soldado quando recebe ordens e obedece, ao chefe, que as transmite, devem ser a inspiração suprema de toda a autoridade que possui.

Quanto aquela onda de soldados estropiados, famintos, vencidos pela sede, queimados pelo sol, mortos pelo cansaço — verdadeiros espectros de homens — se arrojou como uma avalanche ao fogo, através da memoravel passagem de Ipororó, ao grito de "QUEM FOR BRASILEIRO, SIGA-ME", escrevendo a maravilhosa epopéia que tantas glórias cobriu a memoria do grande general, foi porque naquele instante supremo, de que dependia a honra do nosso pavilhão ultrajado, se resumiram, miraculosamente, naquela voz de comando do grande guerreiro, todas as virtudes que o tornaram o maior chefe dos nossos exércitos em luta.

Eis o exemplo vivo do famoso condutor de soldados, cujo perfil sintetisa, com admiravel perfeição, a figura imponente do verdadeiro chefe militar — ao qual nunca faltaram dignidade do cargo, verdadeiro culto do dever, nobreza nos gestos e nas atitudes, firmeza de caráter, pureza de sentimentos, energia, coragem e, acima de tudo, grandeza de coração.

Essas são, em verdade, meus camaradas, as grandes virtudes, de que dimanam, toda a força de sua autoridade de um verdadeiro chefe.

Ha ainda os que acreditam piamente que a energia, e esta é para mim a primeira qualidade de quem comanda e dirige, é a gritaria da voz traduzida no comando, a gesticulação desordenada, o berreiro do que ordena... Não: e por isso, nem sempre é obedecido, com segurança e firmeza, o que mais grita. A energia, sem serenidade, deixa de ser virtude, para ser um fator de indisciplina. A energia é serena, sem um barulho e muitas vezes basta um pequenino gesto, um olhar, para que seja incontinenti compreendida a intenção do chefe.

Exemplo vivo diante dos seus subordinados, pela perfeita compreensão da dignidade do cargo que exerce, sempre imperturbavel na atitude do cumprimento exato dos deveres que militam o cargo e enobrecem o nome — e não se pode admitir um chefe que não pratique, ele proprio, diante de seus camaradas, todas aquelas virtudes que formam a nobreza do verdadeiro militar, dos quais é mistério seja ele o primeiro a executar — ordenando sempre com brandura, mas sobretudo com firmeza e justiça, respeitando para ser respeitado, corajoso, constante, assim creio haver resumido, em breves palavras, o que eu entendo deva ser um verdadeiro chefe, diante dos seus subordinados.

Alma, cabeça e exemplo dos seus comandados, tal devem meus camaradas, áqueles a quem é confiada a nobre missão de dirigir soldados, na qualidade de official.

A importancia dessa investidura não vem, como é claro, da farda com que o official se

apresenta aos seus soldados, nem dos vistosos galões que o adornam, sinão da rígida responsabilidade com que ele se torna digno e merecedor dessas insignias, com que, na carreira militar, são distinguidos os primeiros soldados. E esse merecimento só conseguem os oficiais quando, pelas suas qualidades de caráter e de nobreza dos sentimentos, se tornam o exemplo vivo e sempre imitado pelos seus comandados.

Na paz, como na guerra, deve o oficial demonstrar que conhece perfeitamente todas as missões que, por ventura, lhe sejam confiadas. A calma, a iniciativa, o sangue frio, o perfeito manejo de todas as armas, são as virtudes e perdedores que só se transmitem pelo exemplo e por isso é necessário que seja, ele próprio, um exímio conhecedor do serviço de armas como um perfeito possuidor de todas aquelas virtudes para que, ensinando-as aos seus comandados, na convivência de todos os dias e de todas as horas, seja como que um livro aberto ao aprendizado militar dos seus soldados, *primus inter pares* e, deve o oficial, como chefe, pela acendência moral sobre seus subordinados, o que ele só conseguirá pela lição proveitosa do seu exemplo, por isso ele deve ser o *primeiro e o melhor*, diante da sua tropa, conduzi-la, guiá-la e instruí-la mais pela brandura e pelos bons exemplos de calma e serenidade, evitando, assim que se forme em torno dele, não o espetáculo degradante de uma multidão de autômatos que lhe obedecem pela necessidade imperativa de obedecer, mas de uma pleiade de soldados alegres, fortes, disciplinados, valentes e corajosos, que obedecem pelo prazer de obedecer, pela consciência de obedecer.

A dignidade de um oficial não desaparece, é evidente, diante da camaradagem que ele deve manter com os seus subordinados.

Toda a disciplina conseguida à força de violência e de castigos injustos — e a injustiça tem sido, meus camaradas; a causa de todas as desordens sociais — toda a disciplina conseguida à custa de violências e de castigos injustos, desaparece muitas vezes, nos momentos mais críticos, principalmente quando, em frente de tropas inimigas, o oficial precisa, mais do que nunca, da coragem, do valor, do sangue frio e de todas as forças físicas e morais dos seus soldados.

A disciplina, porém, essa que é feita pela confiança que o chefe inspira aos seus subordinados e que, para ser inspirada, precisa ser transmitida mais pela bondade, pela brandura e pela serena e provietosa lição do cumprimento dos deveres militares, do que pela ferrea imposição de obrigações, que, por serem impostas, nem sempre são aceitas e nem praticadas, essa não desaparece diante dos maiores combates e das mais arduas pelejas, antes aí se revela em toda a plenitude de suas forças, como ainda ha pouco vos mostrei, naquele episodio brilhantíssimo da memorável passagem de Iitororó...

Não se pense, porém, que com tais qualidades, completo está o que se pode desejar de um verdadeiro oficial. Si além de chefe precisa o oficial reunir as qualidades de instru-

tor e, o que é mais importante, de educador dos seus soldados, claro está que, dele se exigem predicados e qualidades maiores ainda, para o perfeito exercício da missão que lhe é confiada. Como instrutor, claro é que deva ser ele o melhor cavaleiro, o melhor atirador, o melhor artilheiro e o mais habil no emprêgo das armas, pois não se compreende que todas essas disciplinas sejam ensinadas de outra forma que não seja pela execução delas, diante dos soldados. Para instruir com proveito, claro está que, deve o oficial conhecer, antes de tudo, o grão de aptidão dos soldados que vai instruir, como o lavrador deve, antes de deitar a semente, conhecer a qualidade e a fertilidade da terra que vai plantar. Será nesta emergência que ele deixa de ser o soldado severo para ser o mestre paciente e amigo, sempre pronto a perdoar uma falta cometida, às mais das vezes, pela natural ignorância dos seus alunos, do que pelo propósito de errar. Qualquer precipitação neste ponto será de grandes prejuízos para a missão instrutiva do oficial. Qualquer um que aprende e que recebe lições de qualquer natureza, é por indole e pela razão natural das cousas, tímido, desconfiado e muitas vezes uma palavra mais aspera, um ensinamento ministrado em linguagem impaciente, provoca o retraimento do aluno, o mau humor do educando e daí, muitas vezes, o inevitável fracasso de todo o trabalho instrutivo do oficial. A bondade do instrutor vencerá facilmente toda a timidez do aluno que, muitas vezes, pelo peso das humilhações sofridas diante dos seus camaradas, torna-se um dos piores elementos da escola de soldados.

Neste ponto, é bom insistir: ensina melhor o professor que sabe guardar em todas as circunstâncias o bom humor necessário à obra do instrutor, do que aquele que grita, que esbraveja, que blasfema, gritos, esbravejamentos e blasfemias, essas que só servem para assustar os alunos e provocar o natural retraimento de todos que aprendem.

Não esqueçamos, também, o importantíssimo papel do oficial como educador dos seus soldados. A melhor lição que ele poderá ministrar aos seus subordinados, já o dissemos, será a grande e proveitosa lição do exemplo de si próprio. Ninguém duvida da grande força e dos inestimáveis ensinamentos de um bom exemplo.

Todas as suas falhas, todos os seus defeitos, se refletirão, insensivelmente nos seus subordinados, ao passo que os bons exemplos que der calarão profundamente no ânimo dos seus soldados.

Para isso, insistamos mais uma vez: a maior de todas as suas obrigações e o mais sagrado de todos os seus deveres será este: o primeiro em tudo e por tudo; o padrão coragem, de sangue frio, de compostura, de honradês, de heroísmo, na tropa inteira. Sómente o seu exemplo fará dos seus soldados outros exemplos de coragem, de atividade, de trabalho, e de atitudes cívicas e morais, que são o apanágio dos grandes soldados colocados como sentinelas avançadas de toda a grandeza da nossa Pátria.

VIRTUDES MILITARES

Pelo aluno do C. P. O. R. da 2ª R. M. Carlos Albuquerque Vasques

Meus camaradas:

A minha deficiência cultural, em berrante contraste com a pujança de vossa formação espiritual, acrece ainda, a aumentar-me a tarefa, a plenitude do assunto, tão ricos de fatos e circunstâncias, que me obriga a adotar um método com que pôr ordem às minhas idéas.

Seja esse método lançado sobre o critério da Escola Positivista, que abraço, embora com restrições. Partir da generalidade decrescente para a complexidade crescente.

Assim, devo, ao discorrer pelo tema, começar pela mais singela virtude para terminar pela Honra, que é como a cupula de todas as virtudes que possam enfeixar um cidadão, maximé quando esse cidadão seja um soldado.

Enunciarei pois o esquema do assunto: vontade de agir, solidariedade, disciplina, devotamento, coragem, audácia e Honra.

Nesse enunciado se encerra todo o evangelho do militar.

Bem certo, Srs., que não vindes aqui á semelhança dos crentes que "ad maiorem gloriam Dei" acodem a ouvir a prégação das escrituras para beber na palavra do pregador novas inspirações com que espalhar pela terra a doutrina do Christo Salvador.

Ao vosso evangelho, que também é o nosso, ó insignes representantes do glorioso Exército Brasileiro, as minhas palavras, por mais cintilantes que fossem, nada acrescentariam.

A vossa fé neste evangelho, vós, queridos e valorosos chefes, pregais a nós outros, catecúmenos de vosso credo, só com expôr aos nossos olhos a vossa fé de ofício, que é toda feita: vontade de agir — que tem sido o traço de valor do soldado brasileiro; de solidariedade — que tem mantido a coesão das classes armadas; de disciplina — fator de nossas vitórias; de devotamento — que tem crea-

do ídolos; de coragem — que tem feito Caxias; de audácia — que imortalizou Osório e de Honra — que é o apanágio do Exército Brasileiro.

E' oportuno, meus caros ouvintes, que, em vos falando das virtudes militares, que veis encarnadas em todos vós, eu abra a minha alma de moço, nesta fase de renovação por que passamos, para fazer a minha profissão de fé. De fé na grandeza, no futuro, na prosperidade de nossa Patria, porque creio nas virtudes e na Honra do nosso Exército, que, como no passado, ha de saber ampará-la e conduzi-la pelo futuro, una, coesa e resplandecente de glorias. Esta profissão de fé que ora faço, cheia de inabalável confiança, é um hino que levanto ao nosso Exército, que presto a minha reverente homenagem.

Esta, com permissão de todos vós, quero depositá-la neste momento nas mãos dum insigne soldado, que tanto destaque alcançou nestes ultimos anos, que tem a sua vida pautada da forma seguinte: dedicação de corpo e alma ao Exército e bem estar da Nação. Este é o General Izidoro Dias Lopes.

Meus caros ouvintes: o tema é vasto e ainda não comecei a versá-lo.

Não viesseis ouvir novidades e nem esperáveis por certo encontrar na minha palavra humilde, as delicias de uma oratoria cativante. O que vos moveu, tenho certeza, galardoando-me com a benevolencia de vossa atenção, foi sondar nos candidatos do Centro de Preparação, através do moço que vos fala, o grau de aproveitamento de vossos ensinamentos, o espirito reinante dos iniciados; si os germens de civismo, que as vossas práticas semeiam, frutificam; afinal, si o Centro forma de fato, reservas militares á altura das necessidades eventuais de nossas tropas.

De minha parte, dado o meu pendor pela carreira, que não pude abraçar na juvenili-

O soldado, mais do que ninguém, precisa, em alto grau, dos ensinamentos de uma educação moral, para que, pelo exemplo dos seus oficiais e pela prática constante e diuturna de todas as virtudes cívicas, se tornem, quando preciso, os heróis da patria, por ela dando toda a grandeza do seu sacrificio. E esses ensinamentos compete ao official transmitir aos seus subordinados, certo de só pela educação moral — pregada mais pelo exemplo do que pelas palavras — se tornarão eles os verdadeiros soldados de que o Brasil precisa, para a defesa da integridade do seu territorio, para guarda inviolavel da sua autonomia, das suas gloriosas tradições.

E para que desta escola possam sair soldados dessa envergadura — grandes e fortes, valentes e corajosos, destemidos, audazes,

cheios de fé e de esperança nos grandes e gloriosos destinos da nossa Patria estremecida, como chefes e amigos, como mestres e camaradas, como irmãos e companheiros, façamos tudo para que possamos, pelo nosso trabalho, pelo nosso sacrificio, pelas nossas lições de justiça e, principalmente, pela honra da farda que com tanto orgulho ostentamos, ser dignos do exemplo daquele grande chefe que foi Latour d'Auvergne, o primeiro granadeiro da República que, ferido de morte diante da 46ª brigada, os soldados chorando sobre o seu corpo pediram em altas vozes que lhes fosse concedido o coração daquele que sempre os levára á victoria. Obtendo-o, encerraram a adorada reliquia em uma caixa de prata, que era postada á frente do regimento, tal como a arca, nas grandes marchas, precedia o povo israelita!

dade, posso assgurar-vos que tenho posto todo o empenho em assimilar vossos ensinamentos e seguir as vossas práticas e, cheio de ardor patriótico e absolvido pelos deveres militares, estou pronto a dar o que de mim possa exigir a Patria, quando mistér. O mesmo poderão dizer os meus colegas.

Dito isto, entrarei no tema. Pudesse eu desenrolar, celeremente, ante vós, os fatos militares brasileiros e teria eu versado, da maneira a mais brilhante, todas as virtudes militares de que devo falar, com ilustrações as mais edificantes, a começar pela primeira — A vontade de agir.

VONTADE DE AGIR — Os homens definem-se por suas ações: todo aquele que tem um *desideratum*, se não agir decididamente, nem sempre o atingirá, pois a sorte, que aliás é um momento decisivo na vida de cada um, nem sempre procura o individuo, e sou daqueles que acham, que a sorte é cada um de nós que a cria, mas tão sómente com o nosso esforço e trabalho, emfim, **VONTADE DE AGIR**.

Temos entre nós, paulistas, exemplos magníficos. Rememorando os feitos gloriosos dos nossos indeleveis e intemeratos Bandeirantes, que a procura de um mundo desconhecido e animados pela vontade de agir, pode dizer-se sem receios, que foram os creadores de nossas fronteiras no Sul do Continente, pois plantaram as suas bandeiras e as levaram até onde sómente alguns elementos da natureza penetraram. O feito desses homens não é apenas o orgulho de uma raça, mas, quiçá, um exemplo á humanidade.

SOLIDARIEDADE — Em todas as reuniões de homens esta deve imperar, mas parece-nos que entre nenhuma, sinão entre os militares, esta deve ser mais praticada, aliás da passagem do evangelho, vemos as lindas palavras de Christo, onde em tão pequena frase disse, e através dos seculos ouve a humanidade: "Amai-vos uns aos outros". O militar, qualquer que seja o seu posto dentro da hierarquia, não tem o mais leve direito de diminuir seu camarada, pois todos vivem para o mesmo fim. Enquanto a Nação, num ambiente de paz e tranquilidade se desenvolve, na caserna, os homens, officiais e soldados, absorvidos pelo dever, garantem essa paz produtiva.

Se as dissensões se verificam na classe armada, eis imediatamente a Nação sofrendo estas consequencias, quasi sempre fatais e irreparáveis.

Na Guerra, formada esta solidariedade desde a menor celula da força armada, torna-se o Exército um conjunto tão perfeito e harmonioso que, positivamente, levará, de batalha em batalha, sobre o inimigo, uma victoria, e que no fundo a grande significação não se encontrará sinão pelo avivamento do **ESPIRITO DE SOLIDARIEDADE**.

O Exército ha de ser e tem de ser um só bloco, pois o fragor com que será arremessado em qualquer direção, o successo será sempre positivo, mas esta virtude não deve ser mais exercitada na Guerra que na Paz.

ESPIRITO DE DICIPLINA — Esta virtude é verdadeiramente a pedra angular das forças armadas, é a sua razão de ser; um militar poderá não ser vivo e culto, mas deixará de subsistir, mas se ao contrário, não tiver bem acentuado o espirito de disciplina, não subsistirá.

A disciplina enfeixa a obediencia e a submissão.

Para intellectos incultos póde parecer até que a obediencia e a submissão constitua uma subserviencia.

Toco neste ponto, pois é comum entre o elemento civil, ouvir-se tão grande accusação, entretanto, assim pensam os individuos que, sendo desprovidos de educação, não estão á altura de se ambientarem entre os militares.

Aquele que se veste com um uniforme do Exército precisa de compreender bem o que sea ja diciplina, pois, ao contrario, os seus atos, especialmente os praticados externamente, repercutirão desfavoravelmente em nosso meio. Comò poderá alguém encarar o Exército sem a diciplina que é o seu elemento caracterisante?

Sem esta não ha aproveitamento em materia de instrução; a má instrução acarretará má preparação e, consequentemente, insuccesso para o momento crítico da Guerra.

Com a diciplina, entretanto, levaremos as nossas armas gloriosas em qualquer terreno e contra qualquer nação. Sem esta nada valerão a coragem, a audacia, o devotamento que os nossos homens tiverem.

Muito interesse deve despertar esta maxima: "Só exercerá bem um comando quem tiver bem nitida a noção de obediencia".

DEVOTAMENTO — O devotamento é um dos sentimentos mais belos que possui o militar; existem centenas destes exemplos, mas milhares deles são absolutamente anônimos, pois muito difficil é constatar tais fatos nos momentos terríveis e cruentos de uma guerra. Assim, pois, lembremo-nos de uma das mais extraordinarias e dignas missões da cavalaria. Uma patrulha de ponta de Rtg. (a ação retardadora) é designada para fazer uma cobertura de emergencia; os seus homens são divididos em diversas direções, escalados em pequenos nucleos, em terrenos variaveis, dos quais alguns inacessíveis.

O Comt. da Rg. determina que só ás tantas horas poderão abandonar as suas posições, pois só então estarão com as suas posições consolidadas muito á retaguarda. Esta força, conforme o efetivo da coluna que se retira, será variavel.

O inimigo se aproxima e é embargado em sua marcha pelos fogos inquietantes desta Cavalaria, que a detem, custe o que custar; e na maioria das vezes, chegada a hora de abandonarem as posições, já havendo muitas infiltrações do inimigo, estes heróis quasi sempre são esmagados, pela impossibilidade de atingirem ao itinerario de retirada. Na Guerra, este episodio é comum, mas os seus heróis são anônimos; só Deus póde apreciar o sacrificio destes homens. Vejamos rapidamente um exemplo. Na nossa historia, encontraríamos,

com facilidade centenas, mas devidamente autorizado pelo nosso diretor, julgo de justiça, ao exemplificar, como uma sincera homenagem aos Dirigentes do Mackensie College, que ha muitos anos, facultam com todos os meios para o que diz respeito á Defesa Nacional, traçando rapidamente e podendo exaltar os bravos marinheiros da República Norte Americana.

"Durante o grande drama da conflagração, seguia um comboio naval, conduzindo o sangue joven da America para as terras ensanguentadas da Europa.

Guardava este comboio, composto de numerosos navios mercantes, uma patrulha de *destroyers* Norte Americanos.

Em certa altura do oceano, eis que um submarino germanico aparece, naturalmente com a missão de torpedear os navios que pudesse.

O Comandante de um *destroyer*, anteendo o risco que atravessava o comboio, a toda pressão das maquinas, tomou a boreste da embarcação que ia ser alvejada pelo torpedo, e recebeu de cheio o choque, ficando imediatamente avariado; o prejuizo foi menor, do que o que seria causado no simples transporte".

Que belo exemplo este, de devotamento!

Durante o grande drama da conflagração, seguia um comboio naval.

AUDACIA — O momento faz a audacia. A audacia a meu ver é uma modalidade da coragem; assim nem todos aqueles que são corajosos, são audaciosos, mas tão verdade tambem é que o militar deve ser audacioso e, virtude esta muito exigivel á Cavalaria, pois a mesma é cognominada como A ARMA DA AUDACIA.

Antes de concretizarmos com exemplo, vejamos na Cavalaria um dos seus momentos mais emocionantes — o que se poderá verificar na missão de uma patrulha de reconhecimento.

Esta Cavalaria tem por escopo descobrir o inimigo.

Para tal fim ella se caracteriza pela não obrigatoriedade de itinerario. O combate para esta patrulha constitue exceção, porém uma Cavalaria em reconhecimento pode defrontar-se com uma força inimiga com missão igual. O momento é insignificante para deliberações. O comandante, tendo reconhecido á distância a força adversaria, lembra-se antes de tudo de sua missão que deve ser cumprida a todo o transe. Eis um dilema que terá de ser resolvido em alguns segundos.

Combater ou não combater? O insucesso impedirá o termino da missão, missão tão delicada, pois eles têm de ser OS OLHOS daquela coluna que espera pelo reconhecimento para poder tomar deliberações no espaço e no tempo.

Se o Com. desta encarnar em si a audacia, nada mais terá a refletir. O sabre em punho arremessar-se-á com sua força, contra o inimigo, tomando a primasia da ofensiva, não restará mais dúvida sobre o successo: será matematico e decisivo.

Eis aí o que pode ser a audacia.

Vejamos na nossa historia alguns exemplos.

Dizia-vos eu, atrás, que para definir e realçar as virtudes militares, mais não tinha que rememorar os fatos de nossa história militar.

Realmente, basta lembrar os feitos dos nossos heróis dos campos do Paraguai que ali está, naquelas páginas homéricas, toda a glorificação das virtudes militares.

Só a "Retirada da Laguna", da lavra de Taunay, que mereceu ser traduzida em várias linguas estrangeiras e lida nas escolas públicas, é uma catalogação de todas as virtudes militares.

Basta lembrar que destemerosa coluna do Cel. Camisão teve que lutar, em sua famosissima retirada, com tres inimigos poderosissimos e implacaveis: peste, fome e fogo e... fogo duplo — fogo de fuzilaria inimiga e fogo que se ateava á macega e que ameaçava tragá-la a cada instante e em cada pouso.

De coragem servem como exemplos edificantes, os feitos de Barroso, Caxias, Osorio, Mairity, Mariz e Barros e tantos outros.

Do primeiro canta a coragem anonimo poeta patricio em versos, si não lapidares, cheios de vigor e quente patriotismo. Era o onze de Junho, em que se travou a memoravel batalha naval de Riachuelo.

Vacilava a sorte de nossas armas quando imortal soldado, dominado de indomavel ardor guerreiro, desembainha a sua espada, eletrisa a maruja e transfunde-lhe toda a sua coragem que decide da vitoria.

Eis o soneto cantando a gloria imarcessivel:

"Quando ele viu, impavido guerreiro,
Quasi vencido o patrio pavilhão,
Rugiu raivoso e bravo como um leão,
Surgiu na frente. No valor primeiro!

Ergueu seu porte augusto e altaneiro,
Sentindo palpar-lhe o coração,
C'o glaudio a cintilar na destra mão.
Venceu enfim o bravo marinheiro.

Desta luta gigante, em que a vitoria
Vacilou algum tempo, excelsa gloria
Ao nome invicto, cae, de Barroso!

Pois c'o a espada imortal, o prelio findo,
Mostrar pôde aos heróis, altivo, rindo,
O pendão auriverde vitorioso."

Da audacia contém-se este feito de Mairity.

Comandava ele o Alagôas, fragil naviosinho que compunha a esquadra que forçava a passagem do Humaitá.

Nas barrancas paraguaias 120 peças assestadas vomitavam fogo sobre a esquadra.

A capitanea seguida de outras unidades forçou a passagem.

O Alagôas que, por deficiência das máquinas, ia rebocado, teve o cabo partido e ordem de retroceder. Não cumpriu o comandante as ordens de Tamandaré. Queria comparitilhar da glória, mas da temeridade não queria participar a maruja, a pique de revoltar-se. O bravo tenente, como exemplo de audácia, expõe-se ao fogo na torre de comando, acende um charuto e manda avançar, respondendo ao fogo inimigo.

Vence a passagem. Defronta logo Timbó. O inimigo tenta a abordagem a machadinha. Maurity varrê-o á metralha. Chega ao fim de sua temeridade e junta-se á esquadra.

Tinha cometido falta gravíssima — desobediência. Mas a sua bravura cobre-lhe generosamente a falta que estava resgatada. O conselho de guerra absolve-o e a promoção galardoa-lhe a bravura.

De audácia, raiando já pela temeridade conta-se um feito de Dyonisio Cerqueira que, em suas memórias, dizia orgulhar-se mais de haver sido soldado do 12 — o "Treme terra" — do que dos próprios galões que ostentava.

Entrincheirada, certa ocasião, á pequena distância dos paraguaios, a nossa tropa conservava-se por longos dias em uma impaciente e dolorosa expectativa. Como fêras que se respeitam reciprocamente, as colunas adversas se farejavam, faziam-se arregalhas mas quedavam-se mais ou menos inertes, como que temerosas do desfecho.

Sentinelas avançadas montavam guarda e muitas delas não voltavam.

Certo dia um camarada era encontrado baleado e morto atrás de um talúde.

Dionysio prometera que, na primeira vez que lhe coubesse dar sentinela, iria ás trincheiras inimigas. Queria examinar tudo de perto, conhecer os perigos que correriam. E cumpriu. Quando o primeiro soldado paraguaio deu com Dionysio, rente á trincheira, não teve animo de lhe fazer fogo. Rendeu homenagem á sua temeridade: deu-lhe de presente uma faca paraguaia, e um lenço, e Dionysio teve de privar-se de um cachimbo de estima, bem quilotado, para corresponder á gentileza.

Na primeira formatura, interpelado sobre a procedencia da faca que ostentava, Dionysio contou aos circunstantes boquiabertos, aos quais riscou tudo quanto vira no campo inimigo.

Osorio fornece exemplos de coragem indomita e de audácia temeraria, mas um dos traços que o sublimavam era o devotamento aos seus soldados, que o adoravam como a um idolo.

Certa vez, palestravamos, á hora do rancho, em uma caçada e resvalando o assunto sobre as nossas glórias militares dissemos de Osorio: era um temerario.

Uma voz energica protestou, por traz de nós — Não senhor. Osorio era o pai da soldadesca.

Era um pobre velhinho, nosso cachorroiro, cujos antecedentes militares desconheciamos, que, ignorante da significação do adjetivo, protestava, como a que repelir uma ofensa asacada contra seu idolo.

Então, o veterano do Paraguai contou os desvelos do Cabo de Guerra pela sua tropa, a estreita solidariedade em que ele se entrelaçava com a soldadesca. E contou que em Curupaití os nossos soldados passavam longos dias angustiosos, batidos pela fome e inquietados pelas pipocas do inimigo. Chega Osorio, toma conhecimento da situação e diz: "Os meus soldados não podem continuar com estes padecimentos. Arriscaremos a sorte mas os meus soldados deixam seus padecimentos". E fomos felizes.

HONRA — Chegamos finalmente, bondosos ouvintes, á corôa de todas as virtudes militares que é a HONRA.

Ela está sublimada na limpidez de vossas consciências, de imperterritos servidores da Patria e de bons brasileiros, dignos desse nome. Demais, entretanto, não é que se a exalte sempre, afim de que os moços, que entram a perlustrar a carreira que já palmilhastes, alimentem por ela o mais acendrado e ininterrupto culto, a modo das vestais romanas no alimentar do fogo sagrado.

Moços que me ouvis! Filhos da terra de promessa dos nossos sonhos, desse Brasil encantado que adoramos, que os nossos maiores extremeceram e pelo qual deram o seu sangue generoso. Façamos nossa oração civica no culto da Honra, como promessa formal para que saibam todos quantos nos ouvem, os nossos superiores e a Nação toda, que envergando a farda de soldado, não a deslustraremos, pois, senhores, a Honra é a consciencia serena, inflexivel e intransigente do dever cumprido. E' o altar sagrado de todas as nossas preces. E' a ara sacrossanta onde depositaremos todas as nossas oferendas, todos os sacrificios. E' a razão de sêr da nossa vida, é a nossa vida mesma, porque á síntese de todos os nossos deveres, sem cujo adimplemento pontual e intransigente a vida mesma não vale ser vivida, E' a vida, é a Patria, é a dignidade humana, é centelha de divindade que Deus, fazendo-nas á sua imagem e semelhança, pôs em nós.

Vivamos com ela, se possamos cantar sempre com a alma na boca e a fé no coração, as estrofes do poeta:

"Ou morre o homem na lida
Feliz, coberto de gloria,
Cantando em cada ferida,
O hino de uma vitoria."

AVIAÇÃO E CAVALARIA

Pelo Cor. Newton Braga

Em 1922 escrevemos e publicamos nesta revista um trabalho pessoal sobre aviação e cavalaria: esquadrilha e D.C. em íntima cooperação na descoberta.

Eramos, naquela ocasião, aluno da Escola de Estado-Maior, fazendo o curso de revisão e, ao mesmo tempo, instrutor de observadores da Escola de Aviação Militar.

Esta situação e a de sermos, na parte de aviação, adjunto do professor de tática de cavalaria, Comandante Dalmassy, levou-nos a muito refletir sobre o assunto, amparados nas sugestões do digno mestre.

Ainda hoje conservamos as mesmas convicções e acrecido entusiasmo pela cooperação das duas armas, que se completam na exploração e fases da descoberta.

Por isso não nos furtamos á tentação de traduzir o magnífico trabalho:

L'aviation de la Division de Cavalerie, dada venia de seu autor, o Comandante De Drouas, que o inseriu no n. 9, (abril de 1930), da *Revue des Forces Aériennes*, órgão das aeronauticas militar, naval e de suas reservas, publicada com o concurso do Ministerio do Ar, de França (1)

Sobre o assunto, em França, já o Coronel Daubert, desde junho de 1923, na *Revue de Cavalerie*, mostrara, numa serie de artigos, o grau de atenção em que deve ser tomado.

Não basta, a nosso ver, a formação da mentalidade para o emprego das duas armas naquela fase das operações.

As discussões sobre vantagens e desvantagens da atuação, independente das duas armas, substituição de uma pela outra, etc., são devaneios academicos, que só produzem confusão e desviam a questão do ponto de vista das nossas necessidades imediatas e historicas para as surpresas da improvisação. Serão sempre estereis. Devemos ter visão mais ampla para bem ajustar a realidade.

Classificamos de espiritos limitados os que ainda pensam que a nossa cavalaria viverá num *pied à terre* contínuo e que a aviação não poderá cooperar com ela por falta de campos.

Se querem combater, combatam o híbrido infante montado, mas não fechem os olhos ás necessidades imprescindíveis de nossa cavalaria e aos seus companheiros alados, fieis camaradas, nestas regiões de milhares de quilometros...

Além daquela mentalidade, torna-se necessaria a criação e formação positiva, tangível, dos meios: cavalos, aviões, cavaleiros, avia-

dores, transmissões, para realizar o pensamento estrategico e tatico no terreno, desenvolvendo temas adequados.

Isso porque a doutrina de emprego de tais meios, a grande guerra não a pôde dar, pelas razões que expuzemos em nosso trabalho citado, e se quizermos fazer trabalho util e proveitoso, qualquer cousa capaz de despertar confiança, repetimos, devemos ir para o terreno fazer viver uma ou várias situações, dentro de um pensamento esboçando, com a imaginação sofreda pela realidade.

Então sim, os princípios comprovados terão força, e a doutrina prestígio.

Certo, a imaginação, trabalhando na combinação dos meios, pôde tornar-se creadora. Mas é essencial que os meios existam, para viver na realização e, não só na cabeça do realizador, o que será a continuação de um *faz de conta* em que vimos nos iludindo há tanto tempo...

...

Nesta ordem de idéas, o trabalho que traduzimos serve como indicação e é proveitoso pelas sugestões que oferece.

Os meios de que dispõe a D. C. francesa dão-lhe, favorecidos pelo sistema de estradas, uma grande rapidez de movimentos, transporte e concentração de fogos: flexibilidade nos golpes e paradas, aliada á capacidade de resistencia: manter uma linha, retardar o inimigo, precisando o seu contorno, etc.

A nossa D. C., *efetivada* a sua organização, realizará, também, com intensidade as suas missões.

As esquadrilhas são analogas.

Resta o teatro de operações. E' este o ponto de partida para um trabalho proveitoso e orientador das idéas.

A diferença entre os dois é argumento poderoso em favor de nossa cavalaria e aviação, apoucada na organização e... não tenho adjetivo para os meios.

Traduzamos, depois destas rapidas observações, o trabalho do Sr. Comandante De Drouas.

...

Tema geral e ordens.

EEem seguida a uma batalha (croquis 1), que se travou de 20 a 25 de maio, sobre o *Marne*, forças vermelhas de leste, tiveram que se dobrar sobre o curso do *Aisne*, Alto Somme de Harn a Péronne. Organizam-se e entrincheiram-se ao longo desta frente.

(1) Gauthier-Villars — Editores — Paris.

As forças azues de Oeste estão momentaneamente fixadas na frente desta linha. O exército azul da ala esquerda está parado sobre a frente Moyan, Ham, Peronne; coberto á esquerda pelo Somme, cujas passagens são mantidas por fracos destacamentos até Bray-sobre o Somme, inclusive.

O alto comando azul decidiu, a partir de 27 de maio, constituir na região Ailly-sobre Noye, Molliens-Vidame, Paix, Granvilliers, Breteuil, um novo exército (*) com quatro corpos e uma divisão de cavalaria. Os desembarques continuam e devem terminar a 1º de junho. São cobertos no Somme, entre Longueau, inclusive, e Haugest-sur-Somme, inclusive, pela 1ª D. C.

O X exército só estará em condições de operar ofensivamente, com dous ou tres corpos em 1º escalão, a 2 de junho na jornada...

Boletim de informações de 31 de maio

I — Segundo as informações fornecidas pelo exército da ala esquerda (VI e Exército), a ala direita das forças vermelhas engajadas sobre o Somme, mantém fortemente Péronne e o Mont-Saint Quentin, mas não ultrapassaria ao norte a linha Epeky, le Catilet, le Cateau.

II — Nossa aviação assinalou uma grande atividade nas vias ferreas Valenciennes-Douai e Valenciennes-Cambrai.

Os desembarques realizavam-se nas estações á leste de Douai e ao noroeste de Cambrai, a 31 de maio, cerca de 8 horas; não tinham terminado ás 17 horas.

II. Nossa aviação assinalou uma grande atividade nas vias ferreas Valenciennes-Douai e Valenciennes-Cambrai.

Os desembarques realizavam-se nas estações á leste de Douai e ao noroeste de Cambrai, a 31 de maio, cerca de 8 horas; não tinham terminado ás 17 horas.

A. Uma coluna de caminhões foi vista na estrada Valenciennes-Cambrai, na altura de Noyelles-sur-Sille.

III. Agentes serios informaram que um Q. G. funciona em Cambrai desde 31 de maio, á tarde.

Segundo informações não confrontadas, ciclistas e viaturas automoveis blindadas teriam sido vistas em Marcoing e em Marquien, a 30 de maio, á tarde.

IV. Na zona do 10º exército, a atividade da aviação inimiga manifestou-se apenas por pequeno número de reconhecimentos de dia e de noite, efetuados em particular sobre Amiens, Montdidier, Beauvais.

V. Nenhum bombardeio por aviões foi feito até o presente na zona do exército.

A aviação de caça inimiga tem estado pouco ativa ao norte da linha Canal de la Somme-Péronne-Le Cateau. Um unico reconhecimento nosso de dia foi atacado a 30 de maio, em cima de Cambrai, por uma patrulha monoplace.

Ordem particular n. 1 para a 1ª D. C.

Xe. Exército.

E. M. 3ª Secção — Q. G., 1º de junho, 9 horas.

I. — II. — III. . . .

IV. — Missão da 1ª D. C.

Depois de substituída pelas vanguardas dos corpos de 1º escalão, a 1ª D. C. lançar-se-á na direção geral de Acheux-Croiselles-Valenciennes, com missão de reconhecer as forças inimigas, assinaladas em via de reunião, na zona Cambrai-Dourai-Valenciennes e de determinar sua importância e sua atitude (ofensiva ou defensiva).

Informará a 2 de junho, antes de meio dia, sobre a presença ou ausencia de inimigo na linha Arras-Bapaume.

Esforçar-se-á em determinar se o centro de gravidade das forças inimigas encontra-se sobre o eixo Le Quesnay-Cambrai-Bapaume ou sobre o eixo Valenciennes-Douai-Arras.

Zona de ação:

Limitada ao norte pela estrada Doullens-Arras-Douai e a Scarpe. Limitada ao sul pela linha Albert-Fins-Le Pavé-Cornières-Le Quesnay (estes dois limites inclusivos).

V. Aviação:

1º. A 1ª D. C. disporá de uma esquadrilha de observação (10 aviões Potez 25; não organizada para os vôos noturnos) com secção fotografica, imediatamente disponível no terreno de Poix, que lhe servirá de terreno de base.

Um terreno de trabalho para esta esquadrilha está em via de preparação em Dury; será utilizavel a 1º de junho, ás 14 horas.

2º. A 1ª D. C. receberá comunicação das ordens de reconhecimento, dadas ao grupo de reconhecimento da aviação do exército, bem como dos reconhecimentos colhidos por esse grupo.

Os reconhecimentos de noite, julgados necessários para as necessidades da 1ª D. C., serão pedidos ao exército pelo general comandante da 1ª D. C.

3º. Zona de ação da aviação da 1ª D. C.

A esquadrilha da 1ª D. C. operará na zona atribuída á 1ª D. C. e até a linha: Saint-Amand-Valenciennes-Le Quesnay (limites validos até 2 de junho, á tarde).

VI. Um centro de informações será organizado pelo exército em Amiens, a partir de 1º de junho, ás 20 horas.

Xe Exército — Q. G., 1º de junho, 12 horas.

1ª D. C.

E. M. 3ª Secção.

Instrução para a descoberta

I —

II —

A 1ª D. C. deve atingir, a 2 de junho, pelas 5 horas, a estrada Albert-Acheux; pelas 10

horas, a estrada Bapaume-Arras; em fim de jornada, o canal do norte.

III — Descoberta terrestre.
1º. Destacamentos de descoberta:

DEST.	COMPOSIÇÃO	EIXO DE MARCHA	ZONA DE AÇÃO
Dist. A Ten. Cel X.	2 Esqs. 1 G. M. 1 Pel. A. M. C. 1 Posto E. 20 1 Caixa A.	Albert. Bapaume. Cambrai.	Como lembrança.
Dist. B Ch. Esqs. Y.	1 Esq. 1 G. M. 2 Pel. A. M. C. 1 Posto E. 13 1 Caixa A.	Hedouville. Ayetle. Croizilles. Marquion.	Como lembrança.
Dist. C Ch. de Esqs. Z.	1 Esq. 1 G. M. 1 Pel. A. M. C. 1 Posto E. 20 1 Caixa A.	Puchevillers. Pas. Beaumontz-les-Loges. Arras. Douai.	Como lembrança.

2º. Missão:

Informar sobre a presença do inimigo na sua zona respectiva.

Esforçar-se em varar a cobertura inimiga para tomar, se for possível, o contato com os grossos.

3º. Linhas sucessivas a atingir: 1º de junho, às 20 horas, Martinpuich-Héleutune-Sanastre-Gondienpré.

Os destacamentos passarão a noite de 1º para 2 de junho nesta linha.

2 de junho, às 6 horas — Sailly-Saillisel-Bapaume-Arras.

2 de junho, às 11 horas — Gouzeaucourt-Havincourt-Canal do norte até Douai e, ulteriormente, Canal do Escaut.

4º. Os destacamentos de descoberta atravessarão o Somme, a 1º de junho, às 15 horas.

IV. Descoberta aérea.

1º. Descoberta afastada (para a jornada de 1º de junho).

A descoberta afastada terá por missão:

a) reconhecer os movimentos, em direção e proveniência de: Valenciennes-Douai-Cambrai; determinar a natureza, a importância e o sentido destes movimentos; fotografar as estações da localidades indicadas acima;

b) reconhecer as reuniões assinaladas em Marcoing, Marqueau e, si estes foram levados para frente, determinar se eles tomaram a direção de Péronne, de Bapaume ou de Arras.

c) reconhecer as estradas e vias ferreas na zona limitada ao sul pela linha Peronne-Fins-Le Pavé-Le Quesnay, ao norte pela linha Doullens-Lens-Onchies-Saint-Amaud (estas duas linhas inclusas).

Em particular as estradas Péronne-Cambrai, Albert-Bapaume-Cambrai-Valenciennes; e as

vias ferreas Valenciennes-Cambrai-Péronne ou Bapaume; Valenciennes-Douai-Arras; Cambrai-Douai.

Todas as informações pedidas acima deverão chegar ao general comandante da 1ª D. C. a 1º de junho, antes das 15 horas.

2º. Descoberta aproximada: (para as jornadas de 1º e 2 de junho).

A descoberta aproximada assegurará a ligação com os destacamentos de descoberta:

Sobre as seguintes linhas:

1º de junho, 20 horas, Martinpuich-Hébuterne-Souastre-Gaudiempré.

2 de junho, 6 horas, Bapaume-Arras.

2 de junho, 11 horas, Gouzeaucourt-Havincourt-Canal do norte, até Douai e, ulteriormente, Canal do Escaut.

V. Transmissões:

Um C. I. A. será aberto em Hedouville (oito quilômetros ao noroeste de Albert), às 9 horas.

Os postos radios dos destacamentos de descoberta deverão estar em escuta:

A 1º de junho, de 21 h. a 21 h 10 m;

A 2 de junho, de 0 h a 0 h 10 m;

A 2 de junho, de 3 h a 0 h 10 m.;

Depois, nas horas impares, durante os 10 primeiros minutos da hora.

VI. O P. C. do general comandante da D. C. deslocar-se-á sobre o eixo Amiens-Hé-Bucquoy-Ervillers-Croizilles-Marquian.

* * *

Seguirá: Execução das missões de esquadrihas, no proximo número.

O PROBLEMA DO RECRUTAMENTO E DA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA RESERVA

Pelo Major Carpentier, da M. M. F.

A forma atual da guerra, guerra total onde não se enfrentam mais somente exercitos profissionais, não somente exercitos permanentes, mas, as Nações inteiras com todas as suas forças, com todos os seus recursos em homens, coloca em primeiro plano na atualidade a questão do enquadramento das unidades organizadas tanto na mobilização como no correr da guerra.

E' certo que quaisquer que fossem os sacrificios financeiros admitidos, nenhum País poderia manter, em tempo de paz, um quadro de officiaes ativos permitindo enquadrar as unidades previstas pela mobilização.

E' então necessario para assegurar este enquadramento, recorrer aos homens que pela cultura e pelos seus conhecimentos são naturalmente indicados para serem chefes, de que a nação dispõe.

Antes de 1914, a necessidade da criação de um quadro de officiaes de Reserva não havia aparecido com a mesma premencia.

Acreditava-se que a guerra seria de pequena duração e que caberia nela o papel principal aos exercitos do tempo de paz, em vista de seus efetivos e instrução.

Não se previa que a duração das hostilidades deixasse bastante tempo para organizar unidades de formação nova. Julgava-se que do ganho ou perda de uma batalha poderia depender a sorte da Nação.

Era preciso então, desde o tempo de paz, possuir o instrumento para travar a com o maximo de probabilidades de bom exito. Esse instrumento era o Exército do tempo de paz com sua constituição solida, isto é, com seu *quadro de officiaes da ativa*.

Não é que em França ninguem se interessasse pelo recrutamento dos officiaes da Reserva. Não, mas nem se suspeitava absolutamente da importancia do papel que lhes estava reservado, no decorrer de uma guerra da duração de quatro anos.

Havia officiaes de Reserva e eles eram aliás excelentes, pois eram todos voluntarios, mas eram poucos.

Em Agosto de 1914, no R. I. a que pertenci, 90º Regimento do 9º Corpo de Exército do interior, o qual só chegou ao "FRONT" a 7 de Agosto, minha companhia, a 1ª era comandada por um capitão da ativa e contava com tres tenentes da ativa, e um só 2º tenente de reserva. A proporção era a mesma em todas as companhias, e nenhuma delas era comandada por oficial de reserva.

A partir do fim de 1914, a situação mudou muito. As grandes perdas sofridas nas batalhas da *Lorena*, da *Belgica*, do *Marne*, do *Yser*, onde os officiaes levaram suas tropas ao assalto com desprezo pelo perigo, tocando as raias do sublime (jovens officiaes saídos de S. Cyr, e que gostavam de carregar á frente de

seus homens de luvas brancas e penacho ao vento); essas perdas, rapito, dizimaram os quadros do Exército. Officiaes da ativa de 2 de Agosto de 1914! Quantos cujos cadaveres balisavam os campos de batalha contribuíram com sacrificio da propria vida para deter o invasor? Dos sobreviventes, uns foram promovidos ao posto immediato, outros foram colocados nos E. M., onde seus conhecimentos encontraram uma utilização mais racional e mais adequada ao interesse geral, do que a frente de uma companhia.

De fato, quando, depois de restabelecido de um ferimento, voltei á minha companhia em 23 de Outubro de 1914, no Yser, para comandá-la, ela não dispunha, mais de um só official e estava sendo comandada por um ajudante de reserva.

A medida que a guerra se prolongava, e que as batalhas se sucediam, a situação dos quadros na Infantaria tornava-se cada vez mais inquietante.

Em 25 de Maio de 1915, pela manhã, em Artois, minha companhia contava com officiaes, mas eu era o unico da ativa.

Dos outros quatro que eram de reserva, dois haviam iniciado a campanha como sargentos de reserva, sendo promovidos no campo de batalha; o 3º pertencia á uma classe não convocada na mobilização e havia seguido um curso na zona do interior; este tinha de FRONT apenas dois meses.

A 25 de Maio á noite dois desses officiaes foram mortos, e a companhia ficou reduzida em seu quadro de officiaes, a dois somente.

Após esses acontecimentos recebi reforços, onde veio um joven aspirante instruido num pelotão especial da retaguarda não tendo sofrido ainda o batismo do fogo. Ele foi promovido a 2º tenente ao chegar ao Regimento.

A 16 de Junho pela manhã, antes do desencadeamento da offensiva francesa em Artois, minha companhia contava portanto com tres officiaes, mas eu continuava sendo o unico official da ativa.

A 16 de Junho á noite, ela estava reduzida a um só official, um tinha sido morto, e eu estava gravemente ferido.

Dêsse dia em diante, 16 de Junho, 1915, até o armistício, 11 de Novembro de 1918, isto é, durante mais de tres anos, esta Companhia não teve mais a sua frente um unico official da ativa.

No fim da guerra, a situação das armas e serviços era a seguinte:

Infantaria — Todos os regimentos eram comandados por officiaes da ativa; numerosos batalhões eram comandados por officiaes de reserva. A partir do escalão companhia para baixo, a quasi totalidade dos officiaes era, ou de reserva, ou de formados durante a guerra.

Artilharia—A artilharia não tinha sofrido perdas comparáveis às da infantaria, mas a criação de numerosas unidades de todo calibre, imposta por seu enorme desenvolvimento no decurso da guerra ia muito além das possibilidades do enquadramento desta arma, em oficiais da ativa.

De fato, em 1918, um certo número de grupos e uma grande quantidade de baterias eram comandados por oficiais de reserva.

Cavalaria—Depois de Outubro de 1914, isto é, depois da corrida para o mar, a cavalaria, na frente ocidental, não teve mais emprêgo, salvo para algumas unidades a pé, até Agosto e Setembro de 1918.

Suas perdas, em quadros, foram, portanto, pequenas, e, em fins de 1918, a quasi totalidade dos esquadrões tinha ainda á sua frente oficiais da ativa.

Engenharia—A engenharia teve relativamente poucas perdas e estava mais ou menos nas mesmas condições da cavalaria.

Aviação—Arma nova, formada mais ou menos por elementos vindos de toda parte, contava em proporções iguais oficiais da ativa e de reserva.

Nos serviços de Intendencia, saúde, a proporção de oficiais de reserva era considerável.

Em 1918, portanto, quando o pano deceu, encerrando a maior das guerras da história, o Exército Francês, representava bem a imagem da nação em armas, todas, conforme suas respectivas aptidões trabalhavam pela libertação do territorio.

Ele possuia um quadro de officiaes de Reserva excelente, formado e amadurecido em quatro anos de guerra em todos os "Fronts" e sob todos os climas.

Todavia, desde 1919 o problema do recrutamento e da formação dos officiaes de Reserva torna-se objeto da solicitude do comando.

E' que a medida que os anos forem se escoando os officiaes de Reserva feitos na guerra irão desaparecendo; e conta-se que em 1930 aqueles que pela idade estivessem ainda sujeitos ao serviço, não mais poderiam servir sinão nos serviços da retaguarda e nas unidades territoriais.

Era necessario então providenciar para sua substituição progressivamente nas unidades combatentes.

O problema a resolver decompunha-se em tres fases:

—Recrutar os candidatos a officiaes de reserva;

—Instrui-lo, e fazer deles officiaes;

—Durante todo tempo em que estiverem sujeitos ás obrigações militares, continuar sua formação, de modo a que estejam sempre aptos a desempenhar uma função relativa ao respectivo posto no momento da mobilização.

Vamos estudar sucessivamente estas tres fases do problema, e vêr como em França, chegou-se á dar-lhe uma solução satisfatoria.

Recrutamento dos candidatos a officiaes de Reserva—(C. O. R.). A primeira ideia que se apresenta ao espirito é de recorrer ao volun-

tariado. A experiencia prova, porém, que esse modo de agir dá resultados insufficientes: grande número de moços que não hesitam um instante em deixar familia e situação para correr á fronteira quando a Patria está em perigo, (a guerra 1914-1918 bem o demonstrou) não se empenham em ser officiaes de Reserva, por causa das obrigações que resultam para eles (particularmente nos periodos de instrução que tem de fazer depois do licenciamento do serviço ativo).

Precisava-se portanto, encontrar um meio de atrair esses moços oferecendo-lhes vantagens tais, que compensassem os inconvenientes que acabamos de assinalar.

Decidiu-se pois, que os jovens que seguissem com exito os cursos da Escola de Officiaes de Reserva fariam seus seis ultimos meses de serviço ativo como segundos tenentes.

Era uma recompensa interessante.

Ter durante seis meses o soldo do seu posto, viver a vida de official, entre camaradas de um mesmo nivel social, era evidentemente preferivel á vida no alojamento e ao soldo modico de um cabo. Não era aliás a unica recompensa concedida aos A. O. R. ou pelo menos a alguns, como em seguida veremos. Quanto ao que diz respeito ao recrutamento a primeira ideia que ocorreu foi a de procurá-los entre os homens que por sua instrução e educação eram naturalmente indicados para serem chefes, isto é, os alunos das Universidades e das Escolas civis.

A lei do recrutamento de 1 de Abril de 1923, que fixava a duração de 18 meses para o serviço militar, organizou em todas as faculdades e grandes escolas civis a Preparação Militar Superior. Nessas escolas os alunos recebem a instrução militar durante dois anos, sob a forma de theorias, conferências, exercicios praticos no terreno, dirigidos por officiaes da ativa especialmente escolhidos.

Classificam-se esses estabelecimentos de ensino em duas categorias.

De um lado, ficam áqueles em que a preparação militar superior é obrigatoria para todos os alunos em virtude do carater do ensino professado, da natureza dos diplomas officiaes, ou equivalentes, dados no fim do curso. Contam-se 20 estabelecimentos desse genero em França. De outro lado ficam aqueles em que a preparação militar superior tornada "facultativa", só pode ser dada a alunos preenchendo já certas condições de ensino minimas. Existem 250 deste tipo. No fim do curso os alunos aprovados nos exames escolares farão um exame de instrução militar. Reprovados neste são incluídos num regimento onde seguem então a sorte de sua classe de incorporação. Aprovados, serão reunidos num centro de educação militar onde recebem durante seis meses uma instrução intensiva, cujo resultado é julgado no fim do ano por um exame. Os aprovados neste exame serão nomeados segundos tenentes de Reserva e como tal farão seus ultimos seis meses de serviço. Os outros serão nomeados sargentos e seguirão num regimento o destino da sua classe de in-

corporação. Segundo a lei de 1 de Abril de 1923 que fixava em 18 meses a duração do serviço militar para todos os franceses, os C. O. R. saídos das grandes escolas tinham, portanto a vantagem de só passar um ano nas fileiras, do qual seis meses numa escola militar e seis como oficial; levava-se em conta com efeito o tempo relativo aos cursos de preparação superior que tivessem seguido nas faculdades e escolas fóra das horas normais de trabalho.

Esta vantagem, a contagem do tempo empregado nos Cursos de Preparação Superior, não lhes podia ser conservada sob o regime da lei de 31 de março de 1928, que reduziu a um ano a duração do serviço militar para todos os franceses. Com efeito, não se podia diminuir para os futuros O. R. a duração legal do tempo passado nas fileiras; os C. O. R. continuaram fazendo, portanto, seis meses numa Escola e seis meses como O. R. num regimento, mas os seis meses de Escola passaram a fazê-los já como segundos tenentes. Deu-se-lhes então uma recompensa material e moralmente interessante. Seja, porém, como fôr, mesmo no caso do serviço de 18 meses, este modo de recrutamento tinha o inconveniente de só interessar uma parte da mocidade do país, aquela que saía das grandes Escolas. Era uma injustiça e um erro, porque podem haver moços que, apesar de não terem diplomas das Escolas, têm entretanto uma formação pessoal e qualidades morais necessárias para serem excelentes oficiais de Reserva. Decidiu-se então que os moços do contingente incorporado que o desejassem, fossem agrupados num corpo de tropa a princípio, e em seguida num Centro de instrução por Corpo do Exército, onde receberiam durante seis meses uma instrução intensiva. Ao cabo desse tempo seriam submetidos a um concurso. Aprovados, vão frequentar durante seis meses uma Escola Militar, seguindo daí em diante a sorte de seus colegas vindos das grandes Escolas. Reprovados, são mandados para um corpo de tropa e seguem a sorte de sua classe de incorporação. Tal é o regime adotado pela lei dos 18 meses, como eu o vi funcionar em França.

A lei de 31 de março de 1928, que mudou a duração do serviço militar de 18 meses para um ano, trouxe á esse regime modificações de pormenores, conservando, porém, os mesmos princípios.

Acabamos de vêr que todos os A. O. R., quer os oriundos da Preparação Militar Superior, que os dos Pelotões dos Corpos de Exército, seguiam durante seis meses os cursos de uma Escola Militar.

Em 1919, quando este regime começou a ser aplicado, não se sabia bem onde se poderiam reunir os C. O. R., de maneira a lhes dar em seis meses a instrução intensiva necessária á sua formação. Foi então que o general TANANT, que comandava nessa época a Escola de S. Cyr, onde durante a guerra haviam se formado conjuntamente oficiais da Ativa e de Reserva, lembrou-se de propôr ao Ministro que os C. O. R. fossem agrupados numa Escola Militar de candidatos a oficiais

da ativa, S. Cyr. e S. Maixent, para a infantaria, Saumur, para a cavalaria, Poitiers, para a artilharia.

Esta idéa foi combatida por um certo número de oficiais da ativa, em nome da *tradição*. No entanto, apoiado pelo general Castelnau, antigo comandante de grupo de Exércitos durante a guerra e nessa época presidente da comissão do Exército na Camara dos Deputados, o general Tanant conseguiu fazer triunfar sua sugestão.

Vi durante quatro anos, de 1919 a 1923, funcionar este regime na Escola de S. Cyr e posso dizer que os resultados obtidos ultrapassaram as esperanças mais otimistas. *Resultados materiais e morais.*

Resultados materiais, porque em lugar nenhum, sinão nas Escolas já existentes, os C. O. R. poderiam receber com mais proveito a instrução militar intensiva correspondente á formação de um oficial da graduação de 2º tenente.

Além do mais, tais Escolas possuem já material de instrução (armamento, transmissão, ótica, telemetros, educação física, etc.), que seria difícil e dispendioso pôr á disposição de varios C. O. R. dispersos. Elas têm igualmente um nucleo de oficiais instrutores especializados (armamento, transmissão, educação física), cuidadosamente escolhidos, que dão assim a todos os alunos da Escola (candidatos a oficiais da ativa ou de reserva) uma formação comum.

A unidade de doutrina em todo o Corpo de Oficiais, sejam da ativa ou da reserva, é desse modo plenamente realizada, pela submissão ao mesmo Chefe, o Gen. Cmt. da Escola, dos alunos da ativa e da reserva.

Resultados morais — Vivendo na mesma Escola, instruídos na mesma fonte, reunidos nos mesmos cursos, nas equipes desportivas, etc., nossos futuros oficiais, quaisquer que sejam seus destinos, ativa ou reserva, aprendem a se conhecer e a se estimar, resultando daí um grande proveito para o Exército e para a Nação.

Este contato continuará mais tarde na pequena cidade do interior onde o oficial da ativa tornará a encontrar seu camarada de Escola, um antigo C. O. R., feito um importante comerciante ou um advogado notável, sob a fórma de relações pessoais muitas vezes mesmo familiares, como deve-se dar entre os membros de uma mesma grande família: o Exército.

O sistema adotado em França para o recrutamento e formação de oficiais de reserva tem encontrado seus detratores.

Entre as objeções apresentadas contra ele, a mais séria, ou pelo menos, a que parecia ser, era a seguinte:

Como, diziam eles, podeis formar em seis meses um 2º tenente de reserva, quando julgaís preciso manter por dois anos na Escola os candidatos officiaes da ativa?

A isto póde-se responder:

E' preciso considerar a instrução já dada aos C. O. R. nos cursos de Preparação Militar Superior (dois anos de estudo). Para a in-

fantaria, por exemplo, em instrução deve ter por fim dar ao futuro O. R. o conhecimento das armas de combate do infante (fuzil e armas automaticas); a instrução de cabo chefe de esquadra, e de um certo modo, a do sargento chefe do G. C., pelo menos no que se refere á conduta do fogo. E' então, só depois de uma *degrossage* bastante séria, que o futuro O. R. vai entrar para a Escola Militar, enquanto que o candidato á official da ativa aí chega apenas saído do Liceu sem a minima instrução militar.

—A instrução militar que é necessaria dar ao C. O. R. na Escola Militar, não precisa ser muito desenvolvida, deles queremos fazer 2^{os} tenentes, quer dizer, officiaes capazes de comandar uma secção de infantaria, uma secção de Mtr., uma secção de engenhos de acompanhamento.

—Ao contrário, os da ativa receberão instrução de Cmt. de Bia., de Cmt. de Cia., Mtr. Nós não fazemos dos primeiros instrutores, não será seu papel; para os segundos, sim, na Escola Militar, consagraremos á formação do *instrutor* uma boa parte do tempo dos nossos alumnos militares.

Enfim, a instrução geral será muito mais desenvolvida nos programas dos cursos dos da ativa do que nos dos C. O. R.

Queremos, com efeito, dar aos officiaes da ativa uma cultura geral, correspondente á sua situação de official. Não é o mesmo o objetivo quanto ao que diz respeito ao O. R.

Estes ultimos só nos interessam quanto ao que diz respeito á sua utilização militar. Aliás, é preciso não esquecer que os O. R. têm em regra, sobretudo aqueles que saem das grandes escolas, uma solida cultura geral e propria á sua carreira civil.

Esta cultura geral, que é acompanhada de um espirito critico bastante desenvolvido, impõe a necessidade de cuidar muito particularmente do enquadramento das unidades de C. O. R. nas Escolas. E' preciso designar para esses postos sómente officiaes da ativa tendo qualidades indiscutíveis de instrutor, aliadas ás de metodo, de tato, e á uma apresentação impecavel, como á uma cultura geral desenvolvida.

Uma experiencia de 10 anos nos provou que o sistema adotado em França para o recrutamento dos O. R. era bom, e disso tivemos confirmação pelo desenvolvimento do espirito militar nos nossos O. R. e, particularmente, pelo número de jovens officiaes de reserva desejosos de ingressar na ativa.

De facto, um certo número de jovens O. R. que antes de ingressar na Escola Militar ou no Regimento nunca tinham pensado em abraçar a carreira das armas, seduzidos durante o estagio de O. R. pelo interesse e a variedade proprios da função de official, pedem todos os anos transferencia para os quadros do Exército ativo. Para isto conseguirem, devem passar com sucesso nas provas de admissão á Escola Militar, relativas aos C. O. A., tendo sido sub-officiaes. Estes officiaes constituem uma excelente fonte de recrutamento. Em 1919, por exemplo, num total de 120 alumnos recebidos na Escola Militar de

S. Maixent, uns 30 eram 2^{os} tenentes de reserva e quasi todos foram classificados encaixando as respectivas turmas. Uma vez regulada a questão do recrutamento dos O. R., o problema consistia em manter estes officiaes, após a sua saída do regimento, sempre entusiasmados, e ao par das modificações sobrevindas no armamento e ao par da evolução das idéas em voga, relativas á tática das armas e ao funcionamento dos serviços.

A lei de fato previa um certo número de periodos de instrução, numa duração total de quatro meses, em que o O. R. deve ser reincorporado.

Isso, porém, é apenas um minimo insufficiente para garantir ao país o quadro de officiaes de reserva instruido de que ele póde vir a precisar. Creou-se, então, em cada região militar e em cada guarnição importante, um centro de instrução de officiaes de reserva de todas as armas e serviços, e em Paris, na propria Escola de Guerra, um centro para os O. R. do Serviço de E. M. Mas, era preciso atrair o maior número possivel de O. R. a estes cursos, decidi-los a sacrificarem, depois do trabalho quotidiano, depois de toda uma semana de preocupações, uma noite ou um domingo para ouvirem *conferências* ou *tomarem* parte em exercicios na carta e no terreno. Para isso era preciso oferecer-lhes certas vantagens. A atração das facilidades para a promoção, das felicitações mencionadas no Jornal Oficial, das decorações, podia interessar um certo número de fanaticos, mas é preciso reconhecer que a grande massa dos O. R. permaneceria refrataria.

Fez-se necessario, portanto, achar outra qualquer coisa que constituísse uma vantagem material, tangivel, e atraente. Foi o que se resolveu em França, com a instituição das *cartes de surclassement*. Esta carteira anualmente concedida ao official de reserva que seguir com certa assiduidade, fiscalizada, os centros de instrução, constitue um passe especial, a preços muito reduzidos nas estradas de ferro francesas. Tal medida é, aliás, um pesado encargo para o Tesouro Nacional, mas o interesse geral a justifica cabalmente. Ele produziu efeitos decisivos e os centros de instrução desde então funcionam com plena frequência. A instrução é dada por officiaes da ativa muito capazes e consiste em conferências, manobras de quadros, na carta e no terreno, visitas a fabricas, apresentação de novos materiais, passagens de *films*, viagens de história aos campos de batalha da guerra 1914/1918.

Póde-se avaliar por um fato preciso o interesse dos O. R. por estes cursos. O orçamento da Guerra, além dos creditos para os periodos de instrução obrigatorios, prevê todos os anos uma certa soma para os estagios voluntarios dos O. R. nos corpos de tropa, estagio de uma duração de duas a tres semanas. Depois da instituição da *carte de surclassement*, isto é, depois do afluxo dos O. R. aos cursos acima referidos, os creditos consagrados a tais estagios voluntarios têm sido sempre insufficientes para satisfação de todos os pedidos.

E' uma prova do interesse com que os O. R. seguem aqueles cursos, o qual os leva

ao sacrificio mesmo de uma parte de suas férias anuais, para aperfeiçoarem sua formação militar.

No Brasil o assunto é regulado pelas leis de 15 e 21 de dezembro de 1921, cujas disposições essenciais são as mesmas das leis francesas.

Nós encontramos a distinção entre C. O. R. vindos das escolas oficiais ou oficializadas de ensino superior e os vindos dos corpos de tropa.

Nós constatamos do mesmo modo a instituição de uma preparação militar superior nas escolas secundárias e profissionais, compreendendo:

1º, instrução geral do soldado, para obtenção da caderneta de reservista de segunda categoria;

2º, instrução tecnica especial militar, visando a preparação para O. R. da arma ou do serviço que se aproxime mais dos cursos da Escola.

Nós encontramos, enfim, pelotões de instrução instalados em cada Região, quer nas Escolas de sargentos, quer junto á um Corpo de tropa designado pelo Cmt. da Região. Mas, ha entre a França e o Brasil uma diferença capital. Em França, o serviço militar é obrigatorio e geral, e não é sómente uma formalidade, mas uma realidade.

No Brasil, a lei do serviço militar de 1923 especifica bem que todo brasileiro é obrigado á esse serviço, mas pelo jogo das isenções, do sorteio... é um número relativamente fraco do contingente respectivo que é chamado anualmente a prestar o serviço.

Como em tais condições recrutar oficiais de reserva, quando, segundó as leis de 1921, só se póde contar com o patriotismo e a boa vontade dos jovens?

Póde-se introduzir na legislação o princípio da obrigatoriedade para os alunos de certas escolas:

1º, de seguirem os cursos de preparação militar;

2º, de serem incorporados num Pelotão de instrução?

Isso me parece difficil; crear-se-iam assim duas classes de cidadãos: uma, a que o sorteio daria a possibilidade de escapar ao serviço militar; outra, que seria obrigatoriamente sujeita ao serviço.

E' preciso, então, modificar a lei de 1923, ou mesmo no quadro desta lei encontrar outra solução. E' preciso apelar para o sentimento do dever para com a Patria, do ideal patriótico dos jovens para os induzir a seguirem voluntariamente os cursos de preparação militar e a serem oficiais de reserva. E' uma questão de propaganda, que deve dar resuultado. Por outro lado, é necessario dar ao O. R. vantagens para compensá-los do ano de serviço militar que eles poderiam bem deixar de fazer. Podem-se dar aos O. R. vantagens analogas áquelas que existem em França, por

exemplo, um passe de circulação nas estradas de ferro e nas companhias nacionais de navegação, com direito a redução nos preços das passagens? Isto me parece inteiramente possível. Outras vantagens poderiam ainda ser concedidas aos O. R.: é uma questão a estudar. Por exemplo:

Supressão das taxas de inscrição nos exames nas faculdades, ficando entendido que os C. O. R. que não obtivessem o diploma de preparação militar superior seriam obrigados a pagar as mesmas taxas.

Isenção de taxas de tese. Isenção de certos impostos. Uma certa percentagem nos empregos publicos, reservados aos O. R., etc.

Pontos suplementares concedidos aos oficiais de Reserva em certos concursos de admissão, etc.

De acódo com a lei de 1921, os C. O. R. se reúnem em pelotões regionais. As razões invocadas em França para reunir os C. O. R. de uma mesma arma num mesmo centro de instrução são válidas no Brasil.

Será possível reunir todos os C. O. R. na Escola Militar do Realengo? Seria desejavel, mas é impossivel, por questões de aquartelamento.

Porém, deve ser possível grupá-los na Vila Militar. Lá seria um lugar ideal; localizado no meio das Escolas de Officiais da ativa de todas as armas; perto de um campo de instrução, dispondo de tropas de manobras de elite, constituídas pelo batalhão de infantaria, o regimento de cavalaria e o grupo de artilharia da Vila Militar, com efetivos reforçados. Eles poderiam tomar parte nas manobras organizadas nas diferentes escolas, podendo usufruir ainda do ensino por oficiais instrutores especialistas de certas Escolas (por exemplo, Centro de Transmissões, Carros de combate), e, assim, o *Centro de Instrução dos O. R.* daria ao Exército brasileiro oficiais de reserva de um valor militar incontestavel.

A preparação militar superior nas grandes escolas e faculdades é regida pela lei de 1921. Ela poderia comportar um programa de estudos em dois anos, de maneira que os jovens ao chegarem ao Centro de Instrução dos O. R. possuissem os conhecimentos relativos ao comando do Grupo de combate na Infantaria e Cavalaria e ao chefe de peça na Artilharia. A duração do estagio no *Centro de Instrução* poderia ser então de oito meses.

Os O. R. aprovados nos exames de fim de curso no *Centro* seriam nomeados segundos tenentes de reserva e serviriam então quatro meses num Corpo de tropa. Aliás, este total de 12 meses de serviço ativo corresponde á duração do serviço exigido ao C. O. R. pela lei de 1921.

Quanto ao que diz respeito ás armas especiais (aeronautica) e aos serviços (intendencia, saúde, serviço veterinario) os seus C. O. R. seriam grupados na Escola de candidatos a oficiais da ativa da arma ou serviço em questão.

Póde-se objeter como se deu em França: parece difficil poder formar em oito meses um segundo tenente de reserva, enquanto se exi

A PROGRESSÃO SOB O FOGO DA INFANTARIA

Cap. D'OLCE

TRADUZIDO DA REVUE "d'INFANTERIE"

Pelo 1º Ten. Augusto Sevilha

Na instrução individual do soldado, bem como na instrução do grupo para o combate, uma das partes mais importantes a ensinar, sem contestação, é a maneira de progredir sob o fogo da infantaria.

As condições gerais desta progressão são nitidamente fixadas. O deslocamento se executa de posição de tiro em posição de tiro e se faz, ora ao passo por caminhamentos, ora de coberta em coberta, por lanços ou rastejando.

Entretanto, estes movimentos por lanços ou rastejando, as duas maneiras de progressão mais frequentemente utilizadas no combate, não são, quanto às condições de execução, objeto de nenhuma regra precisa. Parece, no entanto, necessária sua existência. Desta lacuna promanam a incerteza muitas vezes verificada e os erros frequentemente revelados no comando dos grupos e respectivos deslocamentos, no decorrer dos exercícios de combate.

Se as faltas não cometidas no campo de exercício, é mistér não concluir que resultam exclusivamente do não se sentir a ação do fogo inimigo, e que, conseqüentemente, elas desapareceriam, por si mesmas, no campo de batalha. Enganar-se-ia redondamente. Não basta expô-se ao fogo para saber evitar-lhe. Tem-se dito bastante e a experiencia sempre confirmou: o homem na guerra só faz o que sabe fazer perfeitamente no campo de manobra. A progressão sob o fogo da infantaria escapa ainda menos a esta regra, porque, de todas as ações de combate, é a que reclama, não só mais coragem, sangue frio e vontade, mas também o saber fazer. Conseqüentemente, se o homem, desde o tempo de paz, não fôr colocado deante de uma situação de combate bem clara e habituado a progredir da maneira mais bem apropriada, preparam-se as maiores desilusões no campo de batalha. Aqui, linhas inteiras se deterão logo que recebam as primeiras balas por não saberem os homens e os graduados a conduta que devem manter; buscarão na sua ignorancia todas as desculpas para a maior pusilanimidade; ali, comandantes de grupo e soldados, temerarios ou precipi-

tados, sem nenhuma regra, nenhum reflexo para os guiar, farão massacrar seu pessoal e a si mesmos, inutilmente.

E' indispensavel, pois, adotarem-se, para as progressões por lanços e rastejando, sob o fogo da infantaria, regras precisas e de applicação simples e prática, ao mesmo tempo no terreno de exercício, como processo de instrução, e no campo de batalha, como norma de conduta.

Tentar determinar estas regras é o objectivo do presente estudo. Já que elas devem encontrar seu emprêgo na guerra, serão apresentadas de tal forma que correspondam às situações de facil apreciação pelo homem sob o fogo e que exijam, para ser applicadas, um esforço minimo de reflexão e compatível com as emoções do campo de batalha. Isto quer dizer que aqui só raciocinaremos no ponto de vista do combatente.

1. — A progressão por lanços sob o fogo da infantaria

O estudo da progressão por lanços deve ressaltar:

1º. As regras gerais da progressão por lanços;

2º. As regras de execução, por uma fracção (1), da progressão por lanços.

1º. Regras gerais da progressão por lanços

A progressão por lanços, encarada sob o ponto de vista geral, apresenta dupla questão: a successão dos lanços, a execução do lanço.

De inicio, que compreendemos exactamente por lanço? O lanço é um deslocamento repentino, de duração variavel, mas relativamente curto. O homem se ergue de repente, corre durante alguns instantes, depois se cola ao terreno. Assim pôde escapar ao fogo inimigo, se já estiver deitado quando as balas passa-

(1) Grupo ou por esquadras.

gem tres anos de estudos para um C. O. A. no Realengo. Os argumentos que já apresentei para o caso da França são integralmente validos para o Brasil.

Procurei neste estudo realçar a importancia do problema do recrutamento e da for-

mação de um corpo de officiaes de reserva numero e instruido. Considerando a forma da guerra moderna é um problema capital e que se impõe á todas as Nações.

Todas devem resolvê-lo inspirando-se nas proprias tradições, mas ha um principio basico e comum:

"Conciliar o interesse geral da Nação com os interesses particulares dos individuos".

rem no local em que se encontra. Tais são o mecanismo e o objetivo do lançaço.

Desta definição pôde concluir-se que a *sucessão* dos lançaços deve ser rápida. O espaço que separa duas cobertas será transposto numa sequência de lançaços, o homem só se deitando para imediatamente levantar-se. Colado ao terreno, mas, à vista do inimigo, é muito vulnerável por causa da imobilidade. Será, portanto, atingido se a parada se prolongar demasiadamente. E, mesmo que fique parado alguns momentos, dá ao inimigo o tempo de visá-lo antes do começo do lançaço e corre, por conseguinte, o risco de receber a rajada durante o movimento.

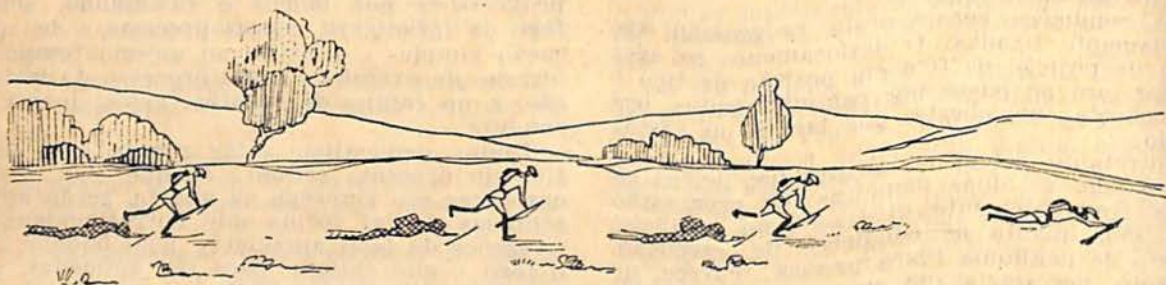


Fig. 1

A *sucessão dos lançaços*. O homem transpõe o terreno que separa duas cobertas por uma serie de lançaços. Deita-se e levanta-se imediatamente.

Ha apenas uma exceção para esta regra: o homem, quando recebido por uma chuva de balas, só tem uma cousa a fazer — enterrar-se no solo, com todas as forças, não mais se mexer, fingir-se morto e não é mais o momento de proseguir por lançaços.

As paradas nas cobertas devem ser curtas tanto quanto possível. Evite-se qualquer perda de tempo durante a progressão. Logo que o homem teve o repouso suficiente, se o fogo inimigo o permitir, retomará a progressão por lançaços, para alcançar a coberta seguinte. Mais adiante será indicada a maneira pela qual se aquilatará do valor do fogo inimigo, mas occorre assinalar, desde já, que cada acalmia, cada diminuição do fogo se aproveitam para progredir. Entretanto, quando a coberta se confundir com uma posição de tiro, será preciso, antes de partir, considerar se o apoio de fogo que fornece às unidades vizinhas pôde cessar sem inconvenientes.

O estudo da *execução do lançaço* só se referirá à *duração* e à *velocidade*. A execução prática do lançaço, a partida, a parada são bem conhecidas e regulamentadas; sobre elas é inútil insistir.

Os dois fatores, duração e velocidade, são determinados por certas condições que é preciso ressaltar imediatamente.

A *duração* é função do tempo que se escôa entre cada rajada do fogo inimigo. Isto resulta da propria definição do lançaço.

A *velocidade* deve procurar satisfazer as tres seguintes condições:

1ª, ser diretamente proporcional á efficacia do fogo inimigo. E' obvio que, á medida que

o fogo inimigo se opuzer cada vez mais á progressão, se deve ir duma coberta para outra mais depressa; tirar, pois, um proveito crescente do lançaço, ganhando, no seu decurso, cada vez mais terreno, isto é, aumentando cada vez mais a velocidade. Uma outra razão para assim ser é que todo aumento da efficacia do fogo se traduz quasi sempre pela diminuição da duração do lançaço;

2ª, poupar, ao maximo, as forças dos homens, afim de que éstos estejam, na ocasião do assalto, em condições de fornecer ainda um esforço serio;

3ª, permitir a maior utilização do fogo de apoio. Avança-se com a maxima rapidez,

dando ao lançaço a maior velocidade, desde que se desencadeou o fogo de apoio, aproveitado ao maximo. Trata-se, com efeito, de aproveitar o mais possivel a diminuição do fogo inicial da ação de apoio, vantagem que só pôde ser momentanea, e de economizar munição. Neste caso, a velocidade do lançaço deve ser aumentada além da que a efficacia do fogo inimigo exigiria realmente.

A primeira e a terceira condições não estão em opposição, pois que essa, sendo satisfeita, aquella tambem o será sempre. Mas a segunda, economia de esforço, se opõe simultaneamente á primeira e á terceira. Como realizar-se esta conciliação, que se impõe, afim de atingir-se resultado pratico?

E' mister notar, em primeiro lugar, que a economia do esforço deve ceder deante da obrigação de proporcionar-se a velocidade do lançaço á efficacia do fogo inimigo. Não se pôde tergiversar neste assunto. No combate, antes de mais nada, é preciso que se avance e o mas que se puder. Fica, pois, o separar a economia de esforço e a utilização maxima dos fogos de apoio. Isto é possivel e se acomoda, aliás, melhor do que á primeira vista se poderia acreditar.

Consoante a distância do inimigo, um dos principios deve sobrepujar o outro. Longe do inimigo, é o principio da economia do esforço que domina. Nesta parte do campo de batalha é necessario poupar, o mais possivel, as forças dos homens, se se quizer que eles se empenhem com vigor no combate aproximado. A velocidade dos lançaços será exatamente relativa á efficacia do fogo que se sofre; todas as vantagens para a economia das forças, porque nestas regiões o fogo inimigo será, em geral, pouco intenso.

Mas se se agir assim, será sacrificado o fogo de apoio? Na maioria dos casos em nada será.

Longe do inimigo, efetivamente, esse fogo será pouco numeroso ou pouco eficaz, devido à inexistência de informações sobre os objetivos a serem batidos. Haverá, portanto, raras ocasiões de utilizar-se-lhe a ação.

Perto do inimigo, ao contrário, o emprego máximo do fogo de apoio deve ser a primeira preocupação, o esforço pedido aos homens relegado para segundo plano. Graças a este fogo é que a progressão se torna possível, ele é a condição essencial de todo movimento. E' mister, pois, pela velocidade do lance, utilizar aquele fogo a fundo. Mas, ainda aqui, a contradição entre os dois princípios é mais aparente que real. As médias e pequenas distâncias, o fogo inimigo, só ele, exigirá a maior rapidez da progressão. E de tal maneira que, na realidade, a economia do esforço não será absolutamente sacrificada, mas será apenas proporcional à importância do fogo inimigo.

No que precede, fez-se referência à distância do inimigo e aos termos: "Longe" e "perto". E' necessário defini-los.

Segundo os regulamentos alemães, as grandes distâncias começam de 800 metros. Esta distância corresponde ao último alcance eficaz da metralhadora leve alemã (1). Dado que esta arma fornecerá uma muito importante parte do fogo da infantaria no campo de batalha, poderá admitir-se que a expressão "lon-

alga única, só deve ser empregado quando não houver nenhuma dúvida sobre a posição da gerba, e é, diz ele, exceção (2). Em todos os outros casos, o tiro é feito com uma ceifa de 100 metros de profundidade. Tal proceder redundará em aumentar-se muito sensivelmente a dispersão e, consequentemente, tirar ao fogo da metralhadora pesada parte da eficácia. Ora, pôde admitir-se que, a partir de mil metros, sempre será difícil determinar a posição da gerba; em resultado, é só aquem desta distância que o fogo inimigo terá todo valor.

Tem-se, pois, o direito de concluir que a expressão "longe do inimigo" se aplica às distâncias superiores a mil metros e a "perto do inimigo" às inferiores.

E' possível fixar-se agora as regras de progressão por lances em função da eficácia do fogo inimigo.

No combate dois casos podem apresentar-se:

1º, o fogo inimigo está completamente neutralizado pelo fogo de apoio;

2º, o fogo inimigo está realmente desencadeado.

No primeiro caso, devem pôr-se em ação todos os meios para aproveitar tão preciosa vantagem.

A duração do lance deve atingir o limite máximo. O espaço que separa as cobertas será transposto, sem parar, num unico lance.

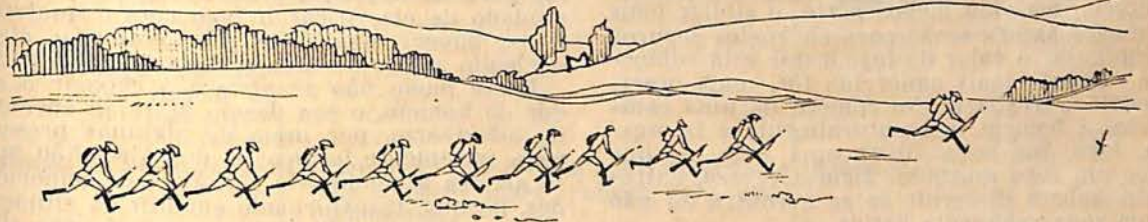


Fig. 2

ge do inimigo" se aplica às distâncias superiores a oitocentos metros. E' preciso, entretanto, contar com o tiro das metralhadoras pesadas, de ação eficaz mais longínqua. A maneira de tiro desta arma permite fixar-lhe o

Fig. 2. Longe do inimigo, os fogos completamente neutralizados pelo tiro do grupo de metralhadoras M, o grupo em coluna por um progride para a coberta num só lance e em acelerado.

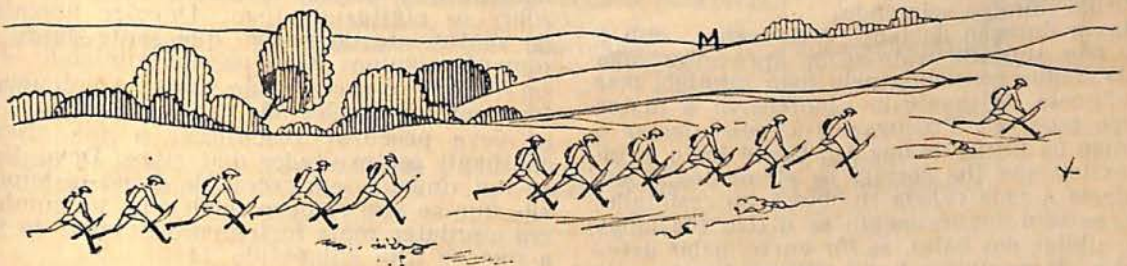


Fig. 3

limite de ação. O regulamento alemão prescreve que o tiro da metralhadora pesada, com

Fig. 3. Perto do inimigo, o fogo completamente neutralizado pelo tiro do grupo de metralhadoras M, o grupo, formado por esqua-

(1) Regulamento alemão de instrução de infantaria. Facículo II, n. 182: "A metralhadora leve não se presta aos tiros de longa duração nem aos efetuados às grandes distâncias. Atira em rajadas curtas, tres a oito tiros, obtendo o melhor rendimento nas distâncias inferiores a 800 metros.

(2) "Der Infanterist", tit. XVII-A, paragrafo 12. O tiro sem ceifa é exceção. Só será empregado quando não houver nenhuma dúvida sobre a posição da gerba.

dras, progride para a coberta num só lance e correndo.

A velocidade será função da preocupação de economisarem-se as forças dos homens. Longe do inimigo se progredirá, não a passo, como indicaria a inação inimiga, mas em acelerado; a velocidade não será mais forçada porque, aí, o princípio da economia do esforço deve ser respeitado em toda medida do possível. Perto do inimigo, pelo contrário, o princípio da utilização do fogo de apoio, se impondo em primeira plana, é correndo que se avançará de coberta em coberta.

No segundo caso, sob fogo efetivamente desencadeado, a progressão se procede levando em conta sua eficácia. Esta é função da precisão e da densidade do fogo. Por densidade, compreende-se, aqui, a rapidez das rajadas mais que a quantidade de balas, chegando em um dado tempo.

Sob o ponto de vista da progressão, é evidentemente a precisão quem determina, em primeiro lugar, o valor da eficácia do fogo. Só se levará em consideração a densidade se já se contar com a precisão. Em consequência, dois casos devem, de início, ser considerados: a progressão se efetua sob o fogo ajustado ou não.

O homem, no combate, pôde reconhecer se o tiro do inimigo é ajustado. As balas, tocando o terreno mais ou menos perto, o sibilar mais ou menos agudo, serão para ele meios seguros de aquilatar o valor do fogo a que está submetido. Quanto mais aguerrido fôr, mais precisamente o avaliará. No começo de uma campanha, o homem terá naturalmente a impressão, logo que ouça silvar uma bala, de que sofre um fogo ajustado. Bem depressa, entretanto, saberá discernir se se encontra ou não numa zona realmente batida.

O lance sob *fogo não ajustado* é, não há necessidade de dizer, sempre possível. Sob a consideração da vulnerabilidade, as condições são as mesmas que quando o adversário está reduzido ao silêncio, pelo fogo de apoio. A velocidade do lance é idêntica. Aqui também, longe do inimigo, o lance se fará em acelerado, perto do inimigo, correndo.

Mas a duração do lance é diferente. Sob o fogo não ajustado trata-se de aproveitar, não só da tregua concedida pelo fogo inimigo, mas igualmente de mantê-lo inofensivo o maior tempo possível. Procurar-se-á, pois, deixar o inimigo na ilusão de que seu tiro é justo, afim de evitar que lhe corrija os elementos. Deitando-se a cada rajada se obterá tal resultado; dela se terá conhecimento se o tiro fôr longo pelo sibilar das balas, se fôr curto, pelas detonações da partida. Nesta última hipótese, o fato de deitar-se poderá pôr ao abrigo, numa certa medida, dos ricochetes que alcançassem a região em que se progride.

A progressão sob *fogo ajustado* é ainda possível, com a ressalva de que este fogo não ultrapassa certa densidade.

A determinação exata da densidade do fogo é praticamente impossível pelo combatente. Já seria difícil avaliá-lo de modo preciso por meio de considerações puramente objetivas; com mais forte razão, deve reconhecer-se que o problema é insolúvel se notarmos que ele é

função dum importante fator psicológico. Com efeito, segundo seu temperamento, os homens calcularão diversamente a densidade do fogo a que estão submetidos. Um homem bravo avaliará pouco denso o fogo que um outro, menos corajoso, achará denso e que um terceiro muito ousado, considera, ao contrário, como muito pouco denso.

Contudo, dada a impossibilidade de se poder caracterizá-los exatamente, é permitido reconhecer que há diferentes densidades de fogo e dar-lhes denominações particulares, e, segundo os casos assim encarados, indicar o que é possível fazer em vista da progressão. Esta classificação, por assim dizer virtual, em nada falsêa a avaliação do fogo pelo combatente. Oferece-lhe simplesmente o meio de catalogar a impressão que lhe causa o fogo inimigo e, pelo nome atribuído a esta impressão, saber imediatamente e sem outra reflexão, o que deve fazer.

Distinguem-se, pois, duas espécies de fogo: *fogo denso* e *fogo fraco*, e apresentam-se as seguintes regras:

- 1ª. Sob fogo denso, não se progride;
- 2ª. Sob fogo fraco, pôde progredir-se por lances.

Assim, definindo-se o fogo por estes termos muito gerais: denso, fraco, e sem dar nenhuma precisão objetiva, deixa-se ao executante o cuidado de classificar o fogo com o qual tem de se haver. Mas, feita esta avaliação, ele é obrigado a agir de uma maneira determinada.

Deste modo não se arrisca a cercear o ardor do homem, o seu desejo de ir ao encontro do adversário, por meio de algumas prescrições, puramente teóricas e abstratas. Não mais se arrisca a conduzi-lo á prática de temeridades, porque, transformado em juiz da situação, nada o obriga a não moldar sua ação aos efeitos do fogo que ela verifica. Arrisca-se, ao contrário, a ver o homem atribuir ao fogo que sofre uma importância superior ao valor real. Mas, se assim suceder, não será culpa das regras apresentadas. Tal fato dependerá exclusivamente da falta de preparação moral do homem, que não foi instruído suficientemente sobre os efeitos do fogo. Deve-se precatá-lo do sentimento do perigo que sente desde que somente algumas balas passem sibilando, e dizer-lhe que é preciso não julgar a potencia do fogo por impressões não racionadas, mas que se deve procurar reconhecer a sua eficácia consoante os resultados materiais. Deve dizer-se-lhe ainda, e sem receio de torná-lo temerário, que se tem sempre tendência, no combate, em aquilatar mais fortemente o valor do fogo a que se está submetido (1).

(1) Em 1914, não foram os homens, espontaneamente ou arrastados pelos graduados, que partiram para o assalto a 500 metros e mais do inimigo. Eles somente, leal e bravamente, seguiram seus oficiais, entre os quais, inúmeras vezes, se encontrava o coronel. Este proceder não deve, pois, fazer temer que se desenvolva demasiadamente o espírito ofensivo do homem. Nunca o será demais. O fogo é um moderador soberano. E' preciso não confundir o espírito ofensivo do homem e o espírito ofensivo

Como executar-se o lança sob fogo ajustado e fraco?

Sabe-se que, progredindo por lanços, se procura estar colado ao solo no instante em que passam as balas inimigas. Desde que o homem se ergue, o inimigo o visa, ou mais frequentemente modifica ou retifica a pontaria da arma, arma quasi sempre automatica, de pontaria normalmente bastante estavel, e a bala atinge o homem após um lapso de tempo que é a soma dos momentos empregados em fazer a visada e da duração do percurso do projétil. Nas melhores condições, uma visada cuidadosa exige pelo menos dois segundos (2). Por outro lado, a duração do trajeto da bala, tomando para as diferentes distâncias consideradas o algarismo mais baixo, pôde ser igual a:

Zero segundo abaixo de seiscentos metros;

Um segundo entre seiscentos e mil metros;

Dois segundos acima de mil metros;

o que dá, em cada uma destas distâncias, respectivamente, uma duração total de dois, tres e quatro segundos para o lança. O tempo necessario para o homem deitar-se, podendo, entretanto, ser avaliado, no maximo, em um segundo, sobram, para progredir efetivamente durante o lança, um, dois ou tres segundos, conforme o caso.

O lança será executado com a maxima velocidade e viu-se que a velocidade do lança era diretamente proporcional á efficacia do fogo.

Assim, admitindo-se que o homem em uniforme de campanha percorra cem metros em vinte segundos, velocidade que parece normal a amplitude do lança será, segundo a distancia do inimigo, de cinco, dez ou quinze metros (3).

QUADRO DANDO A DURAÇÃO E A VELOCIDADE DO LANÇO EM FUNÇÃO DO VALOR DO FOGO INIMIGO

	FOGO NÃO AJUSTADO	FOGO NEUTRALIZADO PELO FOCO DE APOIO	FOGO AJUSTADO		
			Fogo fraco	Fogo denso	
1º — Longe do inimigo (acima de 1.000 metros):					
Duração do lança. . . .	Deitar-se a cada rajada e partir imediatamente.	Um unico lança duma coberta para outra.	15 metros. . . .	E' impossivel qualquer progressão.	
Velocidade do lança. . . .	Acelerado.	Acelerado.	Toda velocidade		
2º — Perto do inimigo (entre 600 e 1.000 metros):					
Duração do lança. . . .	Deitar-se a cada rajada e partir imediatamente.	Um unico lança duma coberta para outra.	10 metros. . . .		
Velocidade do lança. . . .	Correndo.	Correndo.	Toda velocidade		
Abaixo de 600 metros:					
Duração do lança. . . .	Como acima	Como acima	5 metros. . . .		
Velocidade do lança. . . .	Como acima	Como acima	Toda velocidade		

do chefe. O chefe deve, e tanto mais quanto menos diretamente estiver exposto aos efeitos do fogo, esferçar-se por aliar o sentimento do possivel ao espirito ofensivo que deve animar todos.

(2) Não se leva em conta, aqui, o tempo preciso para apontar porque, na maioria dos casos, as armas empregadas serão armas automaticas de pontaria suficientemente estavel para que a direção dêste movimento seja negligenciada. Trata-se de determinar, para a duração do lança, dos tempos minima, unicos válidos em qualquer situação.

(3) Estas conclusões devem comparar-se com a seguinte passagem do: "Der Infanterist", t. XII, paragrafo 7º-A, n. 161: "Um inimigo atento espelha o momento em que o homem se vai lançar para frente. Seu movimento só pôde consistir numa sequencia de lanços muito curtos, executados com a rapidez do relampago. Nas pequenas distâncias os lanços têm uma amplitude de 10 a 15 metros e em certas circunstancias de cinco a oito metros. Assim, o inimigo tem, sem dúbida, o tempo de assestar a arma e, talvez mesmo, de visar; mas, quando fizer partir o tiro, o objetivo já desapareceu".

2°. Regras de execução, por uma fração (1), da progressão por lanços.

As regras gerais precedentes se aplicam naturalmente á progressão duma fração. Esta progressão comporta, entretanto, outros processos particulares de execução, cujo emprêgo deve ser determinado.

Uma fração pôde progredir por lanços executados, quer por todos os homens ao mesmo tempo, quer homem a homem.

E' desnecessario indicar o que se compreende por "lanços executados por todos os homens ao mesmo tempo". E' movimento bem conhecido. Ao contrário, é preciso caracterizar em que consiste a progressão por lanços "homem a homem".

Neste movimento, os homens partem sucessivamente da cobertura distanciados de 10 a 15 metros, depois progridem por lanços, pela propria iniciativa e sem ligar o movimento ao dos vizinhos, até a cobertura seguinte. A fração dispersada numa certa profundidade se desloca por assim dizer, em bloco, não dum só e mesmo movimento, mas por movimentos elementares. Esta maneira de progressão não consiste, pois, em se conduzir, um homem após outro, homem por homem sucessivamente duma cobertura para outra, como se o acredita algumas vezes. Tal maneira de progredir não deve ser empregada, em princípio, porque conduzirá, sob pretexto de não oferecer um obje-

tas, seja muitas vezes sôbre uma muiço grande profundidade. Resultará, pois, que a fração escapará mui depressa a qualquer ação do comando e se arriscará a não mais poder reagrupar-se. Além disso, os homens que partem primeiro estão em breve fóra de qualquer proteção e á discreção da mais simples surpresa. Contudo, quando a distância entre as duas cobertas é insignificante, cêrca de 30 a 40 metros, a fração pôde transpô-la, evidentemente, por "homens sucessivos", visto não resultar nenhuma consequencia desagradavel nem para o comando e o reagrupamento da fração, nem para a segurança dos homens.

Todas as ações de fogo inimigo, sendo iguais, os dois modos de progredir apresentam vantagens e inconvenientes justamente opostos. Progredindo por lanços, todos os homens simultaneamente, a fração tem a vantagem de sempre estar efetivamente comandada. O chefe está permanentemente em condições de arrastá-la para frente e de conservá-la em boa direção. A velocidade da progressão também é aumentada sensivelmente. Todos os homens chegam á cobertura na mesma ocasião, repousam no mesmo tempo e a duração da parada não é prolongada além do periodo indispensavel ao repouso. Esta maneira de progredir tem, entretanto, o inconveniente de oferecer ao adversario um grande objetivo que, forçosamente lhe atrairá a atenção e lhe será facil visar.



Fig. 4

Longe do inimigo, se o fogo deste fôr curto e não ajustado, o grupo avança de coberta em coberta, por esquadras em coluna por um. O lanço é feito por todos os homens ao mesmo tempo e em acelerado, deitando-se a cada rajada e partindo imediatamente

tivo importante ao inimigo, á dispersão da fração em todo trecho que separa as duas cober-

(1) Grupo ou esquadras. Os casos em que convém fazer a progressão, seja o grupo ao mesmo tempo, seja por esquadras, não são tratados aqui. Esta questão é, com efeito, de especie puramente e sãe, por consequencia, do quadro de estudo, que ob-

Na progressão "homem a homem" não se realiza o comando da fração durante o lanço,

jetiva estabelecer somente regras gerais. Trata-se de determinar, uma vez fixado o efetivo da fração que deve avançar, as regras de execução do avanço por lanços para esta fração.

momento em que ele se impõe. Em cada cobertura a fração se deve reagrupar e permanecer até que o último homem chegado tenha normalizado a respiração, o que prorroga o tempo de parada e tanto retarda a progressão. A fração, entretanto, reduzida durante a travessia do terreno, que separa as cobertas, a poeira de homens, escapa, num certo limite, a observação e, principalmente, constitui não um único e enorme objetivo, mas diversos bem distintos, contra os quais o inimigo só pôde agir dispersando o fogo.

Das características destes dois modos de progressão decorrem as respectivas condições de emprego. O fogo, grande senhor do campo de batalha, é quem impõe a escolha da maneira de progredir-se, antes de qualquer consideração de comando e de velocidade. Estas considerações devem, entretanto, retomar seus direitos desde que a ação do fogo o permita.

O fogo inimigo tem ação nula quando *neutralizada* pelo fogo de apoio ou quando não ajustado. Nestes dois casos os lanços serão executados por todos os homens ao mesmo tempo, porque, assim, o comando da fração é mais bem assegurado e a progressão mais rápida.



Fig. 5

Longe do inimigo, sob fogo fraco e ajustado, a esquadra em coluna avança numa coberta para a seguinte por lanços de 15 metros, executados homem a homem e a toda velocidade. Observar que os homens progridem consoante a própria iniciativa, ficando sensivelmente na esteira uns dos outros, mas sem nenhuma simultaneidade nos movimentos

Sob fogo ajustado e fraco, os lanços homem a homem são sempre possíveis. É a própria consequência das regras gerais precedentemente estabelecidas. O lanço pôde ser executado por todos os homens ao mesmo tempo sob fogo ajustado, com a condição de que este fogo seja extremamente pouco denso ou antes *muito fraco*.

Fig. 6 — A 400 metros do inimigo, sob fogo ajustado e fraco, a esquadra em linha progride para a coberta seguinte por lanços de cinco metros, executados homem a homem e a toda *velocidade*. Notar que os homens progridem segundo iniciativa própria, sem preo-

cupação de alinhamento nem de simultaneidade nos movimentos.

Como já se chamou atenção, não há regras precisas que permitam avaliar a densidade do fogo.

Fig. 7 — A 400 metros do inimigo sob fogo muito fraco e ajustado, a esquadra em linha progride para a coberta seguinte por lanços de 5 metros executados por todos os homens ao mesmo tempo e á toda velocidade. Os homens que partiram de (1) se deitam em (2) e partem após para um novo lanço de 5 metros.

É impossível dar definição categorica do fogo muito fraco. Deve admitir-se, entretanto, que nunca é muito fraco: o fogo da metralhadora pesada aquém de 1.000 metros, pois o tiro, a partir desta distância, embora de frente, se torna muito eficaz; o fogo da metralhadora leve abaixo de 600 metros, distância a partir da qual a arma tem bom rendimento; enfim, o fusil a menos de 400 metros, distância fixada para alça de combate. Contudo, uma observação se impõe. Contrariamente ao que se disse mais acima, para avaliação do fogo, aqui, em caso de dúvidas sobre a densidade, é preciso aquilatar com prudência sempre, preferentemente, além do valor que aquém. É preferível,

com efeito, em caso de incerteza, executar-se o lanço homem a homem, que cometer uma imprudência, que poderá sair cara, fazendo executar o lanço por todos os homens simultaneamente.

II — A progressão rastejante

Tem-se a tendência de considerar a progressão rastejante utilizável em qualquer terreno, como o último meio, mas seguro, de avançar sob qualquer fogo. É um erro.

Que se reflita um instante na situação dum homem rastejando num terreno em que, na posição deitada, não está desenhado nem ás

vistas nem ao fogo inimigos. Não se póde duvidar que, muito depressa, não seja prêsa de um tiro que, contra um objetivo bem visível e deslocando-se muito lentamente, tem toda facilidade em ser atingido.

Por ocasião dos ataques da Champagne, em 1918, quando a zona organizada foi ultrapassada, necessitou-se progredir nos campos, cobertos somente de vegetação baixa, que apresentam extensas e suaves ondulações argilosas próprias desta região. Nenhuma vegetação, nenhum buraco de granada, nenhum aterro oferecia o menor desenfiamiento ao tiro rastejante das metralhadoras alemãs. Em breve se viu que os homens hesitavam em deitar-se, preferiam ser derrubados por ferimentos nas pernas, após o qual esperavam não ser mais visados pelo inimigo, que colar-se ao terreno pela própria iniciativa, devido ao temor de permanecer sob um fogo que, só os abandonando depois de os pôr fóra de combate, os mataria com uma bala na cabeça.

As diferentes regras estabelecidas no decorrer dêste estudo são sintetizadas no quadro junto, que contém tudo quanto deve ser ensinado aos graduados e aos homens para a progressão sob o fogo da infantaria.

Para concluir, convém insistir sobre a natureza destas regras. Constituem, em primeiro lugar um processo didático; fornecem um meio simples de bem ensinar aos homens as diversas maneiras de progressão sob o fogo da infantaria, colocando-os precisamente numa situação de combate.

Permitem, durante os exercícios, colocar os executantes, por uma simples indicação, por exemplo: "Está-se sob o fogo ajustado e muito fraco", numa situação bem nítida sob o ponto de vista do fogo que se supõe eles recebam e fiscalizar, sem discussão possível, se a progressão se executa como convém.

Enfim, e principalmente, têm a vantagem de encontrar aplicação no campo de batalha; se reflexas nos graduados e nos homens, estas regras os levarão, sob o fogo, a refletir sobre a situação, lhes permitirão decidir sobre o que fazer para progredir e os premunirão, eis o ponto capital de uma pusilanimidade que, na maioria das vezes, se origina, não na falta de coragem, mas na ignorância.

REGRAS PARA A PROGRESSÃO SOB O FOGO DA INFANTARIA

I — MEIOS

Progride-se sob o fogo da infantaria:
Utilizando o terreno;

Deslocando-se rapidamente e por surpresa (lanço);

Impedindo que o inimigo atire, porque se o mantém sob fogo.

II — EXECUÇÃO

Progressão de posição de tiro em posição de tiro

De uma posição para outra se progride:

Pelos caminhamentos;

De coberta (abrigo) em coberta (abrigo);

Pelos caminhamentos;

Marchando ao passo e numa formação que dê o maximo desenfiamiento.

De coberta (abrigo) em coberta (abrigo):

Rastejando;

Por lanços.

A — Progressão rastejando

Este modo de progredir permite deslocar-se com grande segurança nos terrenos em que o homem deitado fique completamente desenviado ás vistas inimigas. Se esta condição não fôr satisfeita, a marcha rastejante é impossível.

B — Progressão por lanços

1º. Sucessão dos lanços:

O espaço existente entre duas cobertas é transposto por uma sequencia de lanços ininterruptos, apenas com as paradas indispensáveis — no fim de cada lanço — para deitar-se e levantar-se imediatamente. Com mais razão, os lanços são interrompidos quando o fogo inimigo atinge, subitamente, tal violencia que todo movimento se torna imediatamente impossível; os homens se colam ao terreno o mais que podem.

As paradas nas cobertas são tão curtas quanto possível; têm apenas a duração indispensavel para retomar a respiração.

Quando se é detido numa posição de tiro, a progressão só é reencetada se o apoio de fogo, que presta ás unidades vizinhas, puder cessar sem inconvenientes.

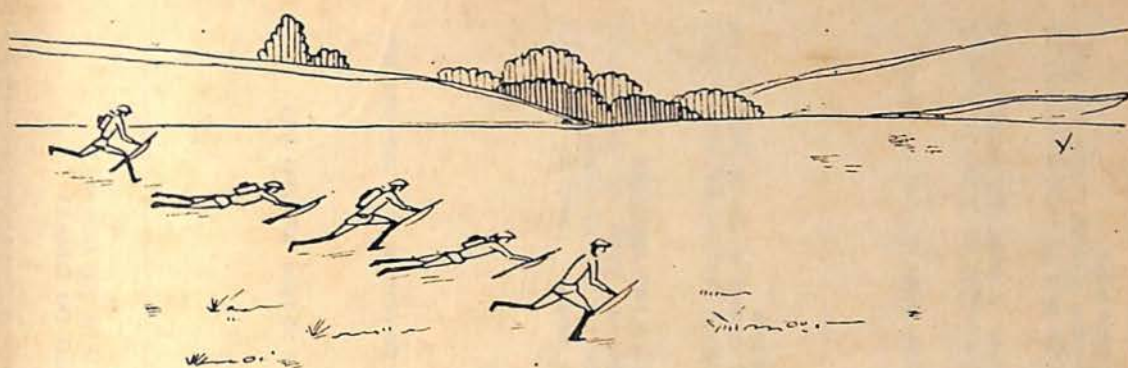


Fig. 6

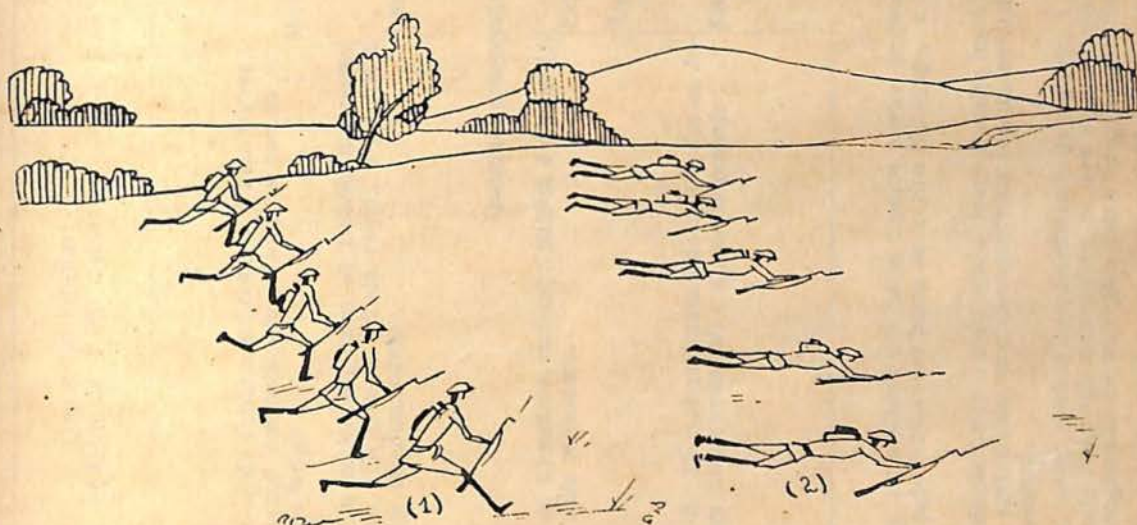


Fig. 7

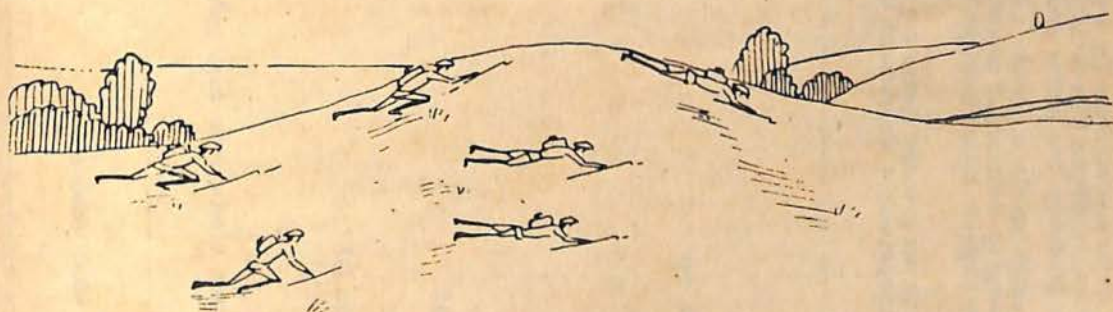


Fig. 8

Os homens avançam para uma crista, primeiro de gatinhas e, depois, rastejando, á medida que o desenfiamento em relação á posição ocupada pelo inimigo (0) diminue. Escapam assim ás vistas e aos tiros do inimigo. Mas o homem que ultrapassou a crista faz mal em se colar no terreno, pois visto de 0, sua progressão lenta vae faze-lo um presa facil das balas inimigas

2º — EXECUÇÃO DO LANÇO

FOGO INIMIGO	LONGE DO INIMIGO (Além de 1.000 metros)	PERTO DO INIMIGO (Aquem de 100 metros)
Fogo completamente neutralizado pelo fogo de apoio.	Progride-se de cobertura em cobertura d'uma só vez, por lanço em <i>acelerado e todos os homens ao mesmo tempo</i>	Movimento identico ao lado, <i>mas correndo</i> .
Fogo não ajustado (1)	<i>Lanço em acelerado, todos os homens ao mesmo tempo</i> . Deitam-se a cada rajada e tornam a partir imediatamente	Lanço analogo ao do caso ao lado, <i>mas correndo</i> .
Fogo ajustado (2)	Qualquer progressão é impossivel.	
Fogo denso		
Fogo fraco.	Lanço de 15 metros, realizado <i>homem a homem (3) e a toda velocidade</i>	Entre 1.000 e 600 metros: Lanço de 10 metros, <i>homem a homem e a toda velocidade</i> . Aquem de 600 metros: Lanço de cinco metros, <i>homem a homem a toda velocidade</i> .
Fogo muito fraco (4).	Lanço de 15 metros, executado por <i>todos os homens simultaneamente e a toda velocidade</i>	Identico ao resultado para o fogo fraco, <i>entretanto todos os homens ao mesmo tempo em vez de homem a homem</i> .

(1) — Reconhece-se o ajustamento do fogo inimigo pelo sibilar das balas e pelos pontos de chegada.

A rajada de um tiro não ajustado é caracterizada pelo sibilar das balas se o tiro fôr longo, e aproximadamente pelas detonações da partida se curto.

(2) — Não existem meios precisos para fazer distinção entre o fogo denso, fraco e muito fraco. O homem deve avaliar os efeitos do fogo que sofre, não segundo as impressões nervosas e falhas de raciocismo, mas consoante os resultados materiais verificados, e fazer esta avaliação sem temor. Deve desejar atingir o inimigo o mais rapido possivel.

(3) — Ao progredir por lanços homem a homem, estes partem sucessivamente da cobertura, a uma distancia de 10 a 15 metros, depois progridem por lanços realizados pela propria iniciativa e sem ligar seu movimento ao dos vizinhos até á cobertura seguinte. Exceto o caso em que as cobertas estão muito aproximadas (30 a 40 metros) a progressão de uma para outra nunca se deve fazer *um homem após outro*.

(4) — Nunca devem ser considerados como muito fracos: os fogos da metralhadora pesada aquem de 1.000 metros, o fogo da metralhadora leve aquem de 600 metros, o fogo do fuzil e mosquetão aquem de 400 metros.

DA GUERRA

Pelo Gen. Carl von Clausewitz

(Extrato que oferece aos leitores d' "A Defesa Nacional" um camarada que leu o livro de lapis em punho)

III

O combate é a verdadeira atividade guerreira, tudo o mais é apenas preparatório.

Combate é luta, e nesta o objeto é aniquilar ou suplantar o inimigo; e o inimigo no combate é a força combatente que se nos opõe.

Que é suplantar o inimigo? E' sempre aniquilar suas forças combatentes, quer matando ou ferindo ou de todo outro modo, totalmente ou só, em tal medida que ele não mais queira sustentar a luta. Portanto, deixando de lado os objetivos especiais dos combates, podemos considerar como seu unico fim o aniquilamento total ou parcial do adversario.

Quem lêr a história, sem idéas preconcebidas, não poderá resistir á convicção de que de todas as virtudes guerreiras sempre a energia do impulso dado pelo comando foi o que mais contribuiu para a glória e o bom exito das armas.

Que se entende por aniquilar a força combatente do inimigo? Uma redução da mesma, relativamente maior do que a nossa propria. Si temos grande superioridade numerica sobre o inimigo, naturalmente a mesma grandeza absoluta de perdas será para nós relativamente menor e já isso poderá ser considerado como uma vantagem.

Si por meio de nossas habeis disposições metemos o inimigo em situação tão desvantajosa que ele não possa sem risco prolongar o combate e por isso se retira após pequena resistencia, podemos dizer que nesse ponto o suplantamos; si, porém, para isso perdemos forças exatamente na mesma proporção que ele, pouco restará dessa vitória, si tal se pôde chamar, quando no fim da campanha se fizer a conta final.

... Ora, é sabido que as perdas fisicas no decurso do combate raro apresentam grande differença entre vencedor e vencido, ás vezes nenhuma, ás vezes são maiores da parte daquelle, e que as perdas mais graves para o vencido vão apparecer na retirada, quando justamente o vencedor não as tem. Os fracos restos de batalhões abalados são massacrados pela cavalaria; os estropiados juncam os caminhos; canhões e carros de munição ficam paralizados; outros não podem marchar com a necessaria presteza pelos máus caminhos e são capturados pela cavalaria inimiga; á noite varios grupos de tropas erram o caminho e caem sem resistencia ás mãos do inimigo; e só então é que a vitória ganha corpo, depois de já ter sido decidida. Aí haveria um para-

doxo si não se encontrasse a solução. E' que ás perdas fisicas de forças combatentes que ambas as partes sofrem no combate, juntam-se os abalos, as québras e a morte das forças morais. Não é só a perda em homens, cavalos, canhões, mas em ordem, coragem, confiança, coesão e plano, que intervem na questão de resolver si o combate pôde ou não ser sustentado. São preponderantemente as forças morais as que aí decidem e sempre foram só elas em todos os casos em que o vencedor tinha tantas perdas materiais quanto o vencido.

A relatividade das perdas materiais é difficil de aquilatar no combate; não assim a das morais. Ha duas coisas que notoriamente as revelam. A primeira é a perda do terreno em que se combateu, a segunda é a preponderancia das reservas. Quanto mais as nossas reservas vão fundindo em relação ás do inimigo, tanto mais forças temos gastado para manter o equilibrio; já nisso se manifesta uma prova palpavel da superioridade moral do inimigo, a qual raro deixa de repercutir no ánimo do chefe, produzindo certa amargura, certo menospreço pelas suas proprias tropas. Mas o principal é que todas as tropas que já combateram demoradamente se apresentam mais ou menos como uma fogueira meio consumida: gastaram as munições, tiveram baixas, sua energia fisica e moral está esgotada, talvez tambem sua coragem esteja abatida. Semelhante tropa, independente da baixa numerica, considerada em conjunto, está, portanto, longe de ser o que era antes do combate e daí vem que a perda de forças morais se méde, como numa bitola, pelo consumo das reservas.

Terreno perdido e falta de reservas frescas são, pois, ordinariamente as duas causas principais que induzem á retirada...

Todo combate é, pois, o nivelamento sangrento e destrutivo das forças fisicas e morais. Quem, no fim das contas, conservar a maior soma de ambas, é o vencedor.

... As perdas na batalha constam mais de mortos e feridos; depois dela mais de peças e prisioneiros.

As da primeira especie atingem mais ou menos igualmente vencido e vencedor, as outras não, em geral só se encontram de um lado, ou pelo menos em muito maior escala. Por isso, de todos os tempos, canhões e prisioneiros foram considerados os verdadeiros troféus da vitória e ao mesmo tempo sua medida, porque por eles se manifesta indubitavelmente a extensão da vitória.

... O efeito moral duma vitória não só aumenta na proporção do efetivo das forças combatentes, mas em razão mais forte, isto é, não só em extensão como ainda em intensidade. Numa Divisão batida facilmente se restabelece a ordem; como um membro enregelado que logo se reaquece ao contato do resto do corpo, assim o ânimo duma divisão batida prontamente se reergue com o ânimo do exército, desde que volte ao seio d'este. Assim, si não desaparecem de todo os efeitos de uma pequena vitória, contudo o inimigo torna a perdê-los em parte. Não é assim quando o proprio exército sucumbe numa batalha malograda; então, tudo se esborôa solidariamente. Um grande incendio desenvolve um grau de calor muito superior ao de uma porção de pequenas fogueiras.

... Se os prisioneiros e os canhões capturados são as coisas em que, principalmente, a vitória ganha corpo, se cristaliza, a disposição do combate ha de tê-las de preferencia em vista; a danificação do inimigo, em mortos e feridos, assim aparece simplesmente como meio. ... A montagem do combate tem relação com isso, quer na segurança da propria retaguarda, quer na ameaça á do inimigo. Disso depende em alto grau o número de prisioneiros e de canhões capturados, e em muitos casos a tática sósinha pôde não bastar, notadamente quando as condições estrategicas são muito desfavoraveis.

O perigo de ter que bater-se por dois lados e o ainda maior de ficar sem retirada entibiam os movimentos e a força da resistencia e repercutem na alternativa de vitória ou derrota, além de que neste caso elevam as perdas muitas vezes ao seu extremo limite, isto é, ao aniquilamento. Isto é, a retaguarda ameaçada torna a derrota mais provavel e mais decisiva.

Dai nasce, assim, um verdadeiro instinto para o comando, especialmente nos combates grandes e pequenos: a segurança da retaguarda e a ameaça á do inimigo; ele resulta da noção da vitória, a qual, como vimos, compreende alguma coisa mais do que simples matança.

Nessa tendencia vem assim o primeiro objetivo immediato do combate, que é inteiramente geral. Não se concebe combate em que não domine esse instinto, em sua forma simples ou dupla, ao lado da simples idéa do choque violento. Por menor que seja a força combatente, ela não se lançará ao seu adversario, sem ter pensado na sua retirada e na maior parte das vezes procurando a do inimigo.

... Si lançarmos um olhar sobre a noção total da vitória nela veremos tres elementos:

1º, a maior perda do inimigo em forças fisicas;

2º, em forças morais, e

3º, o reconhecimento público, traduzido pelo abandono da intenção.

Quanto ás perdas em mortos e feridos, os relatorios de ambas as partes nunca são exatos, raramente veridicos e na maioria dos casos

eivados de deturpações propositadas. Mesmo a quantidade de troféus é raramente declarada com fidelidade e, portanto, quando não aparecerem importantes pôde-se até duvidar da vitória. A não ser pelos troféus, nenhum juizo se pôde fazer sobre a extensão das perdas morais; portanto, em muitos casos o abandono da luta é a unica prova verdadeira da vitória. ... E é esta parte sómente a que atua sobre a opinião pública fóra do exército, sobre o povo e o governo em ambos os estados beligerantes e em todos os demais interessados.

Acontece, porém, que o abandono da intenção não é sempre identico com a retirada do campo de batalha, mesmo onde tenha havido combate tenaz e prolongado; ... em muitos casos é difficil distinguir uma coisa da outra, mas não se pôde desprezar a impressão que tal abandono causa no exército e fóra dele.

... E' culpa de nossa terminologia que só saibamos no caso da derrota associar-lhe a idéa da vitória e no caso duma simples vitória a do correspondente desbarato do inimigo.

Além da destruição das forças combatentes inimigas, pôde um combate ter por objetivo especial a posse de um ponto ou de um objeto, ou de varios, neste caso geralmente um deles sendo o principal. As duas formas principais da guerra — defesa e ataque — não são modificadas por esses objetivos e poderíamos assim distinguir:

Combate ofensivo:

1. Aniquilamento das forças inimigas.
2. Conquista de um ponto.
3. Conquista de um objeto.

Combate defensivo:

1. Aniquilamento das forças inimigas.
2. Defesa de um ponto.
3. Defesa de um objeto.

... Teremos que admitir uma quarta classe. Bem examinadas as coisas, nos reconhecimentos ofensivos, em que o inimigo quer que nos mostremos, nos alarmes, em que ele quer nos fatigar, nas demonstrações, em que ele não quer que abandonemos um ponto ou quer voltar-se para outro, todos esses fins são baseados mediatamente e com a simulação duma das tres acima especificadas atitudes, geralmente a segunda; pois o inimigo que quer reconhecer simula que quer devéras nos atacar, e bater ou repelir, etc. Mas esta simulação não é o verdadeiro objetivo e é só por este que indagamos; portanto, precisamos completar aqueles tres objetivos do atacante esse de induzir o inimigo em erro, ou em outras palavras, a simulação dum ataque. E' da natureza da coisa que semelhante objetivo só se pôde buscar ofensivamente.

Do outro lado precisamos notar que a defesa de um ponto pôde ter dois aspectos: ou é absoluta, quando se deve sustentá-lo a todo transe, ou relativa, quando baste conservá-lo por determinado tempo. Esse segundo caso é

frequente nos combates de vanguardas e retaguardas.

E' claro que a natureza dêsses diversos objetivos do combate exerce influência decisiva sobre as disposições do mesmo.

... A importancia dos objetivos do combate obedece aproximadamente á ordem decrescente em que acima os enumeramos; o primeiro deles é o que predomina sempre na batalha principal; os dois ultimos no combate defensivo são os que não dão juro, são totalmente negativos, só mediatamente podem ser uteis, desde que facilitem alguma outra coisa, positiva. Por isso é um máu sinal para a situação estratégica quando se tornam demasiadamente frequentes os combates defensivos.

A duração do combate póde ser a considerada como um segundo êxito, subordinado. Para o vencedor nunca o combate se decide assás depressa, para o vencido nunca ele dura bastante. A vitória rápida é uma potencia mais alta da vitória, a decisão retardada na derrota é uma compensação da perda.

Essa verdade é geral, mas assume maior importancia quando aplicada a combate com intenção de defesa relativa. Aí muitas vezes todo o êxito reside puramente na duração do combate.

... o efetivo numerico, a proporção entre as armas, e a distribuição devem ser levadas em conta sempre que o combate deva realizar uma intenção pela sua duração.

Nenhuma decisão de combate se produz num só momento, si bem que em todo combate haja momentos de grande importancia, dos quais principalmente resulta a decisão.

A perda de um combate é, portanto, uma queda gradual do prato da balança. Porém ha em cada combate uma ocasião em que se póde considerá-lo decidido, de modo que o seu prosseguimento equivale a um novo combate e não uma continuação. E' muito importante ajuisar claramente dessa ocasião, para poder resolver si ainda haverá utilidade em retomar o combate com o socorro de novas forças.

Muitas vezes, em combates que não é possível restabelecer, sacrificam-se inutilmente forças novas; muitas vezes se perde a ocasião de arrebatá-la a decisão quando ainda era possível.

A esse respeito temos dois exemplos que não podem ser mais concludentes.

Quando em 1806 em Jena o principe de Hohenlohe com seus 35.000 homens aceitou a batalha contra os 60 a 70.000 de Bonaparte e a perdeu, mas tão perdida que se podiam considerar como esmagados os 35.000 homens, empreendeu o general "Rüchel" de renovar a batalha, com cerca de 12.000 homens; o resultado foi que num apice tambem ele se viu esmagado.

E, ao contrario, no mesmo dia, em Austerlitz cerca de 25.000 homens haviam-se batido até

o meio dia contra os 28.000 de Davout, sem sorte, mas sem ficarem desbaratados, sem mais perdas que os inimigos, totalmente desprovido de cavalaria — e deixou-se de empregar a reserva de 18.000 homens do general Kalkreuth, que teria visado a sorte da batalha, que em tal caso era impossivel perder.

Todo combate é um conjunto, em que os recantos parciais se totalizam num resultado de conjunto. Nesse é que reside a decisão do combate. Nem sempre ela será uma vitória, pois ás vezes seu traçado não terá visado esse objetivo; outras vezes escapa a ocasião por se subtrair o inimigo; e na maioria dos casos, mesmo quando tenha havido renhida luta, a decisão se produz mais cedo do que aquele resultado que principalmente corporifica a noção da vitória.

Pergunta-se pois: qual é de ordinario o momento da decisão, isto é, aquele em que uma força nova naturalmente não desproporcionada, não póde mais mudar a face a um combate desfavoravel?

Deixando de lado os combates simulados, que por sua natureza não têm decisão:

1º, quando o objetivo é a posse dum objeto movel, a perda dêste importa sempre na decisão;

2º, quando o objetivo do combate é a posse duma região, geralmente tambem a decisão está na perda da mesma, mas não sempre; notadamente só o está quando essa região é sobremaneira forte; uma região facilmente acessivel, embora por al muito importante, póde ser retomada sem perigo;

3º, em todos os demais casos, em que o combate já não esteja decidido por uma dessas duas circunstancias, portanto, especialmente no caso em que o objetivo principal é o aniquilamento da força combatente inimiga, a decisão incide naquele momento em que o vencedor cessa de se achar em estado de câos e, portanto, duma certa incapacidade, em que, assim, cessa o emprêgo vantajoso do dispendio sucessivo de esforços.

Póde-se, pois, dizer que quanto menor é a fração das forças que efetivamente cobateram, quanto maior aquela que como reserva pela sua simples presença contribuiu para a decisão, tanto menos póde uma nova força do inimigo nos arrebatá-la a vitória e desta maneira o mais seguro caminho para a vitória é o daquele chefe, daquele exército, que mais se apuram nesse sentido, que realizam o combate com a maxima economia de forças e em toda parte dão realce ao efeito moral de fortes reservas.

... Acrece que quanto menor o efetivo, tanto mais prontamente chegará o momento em que da parte do vencedor cessa o estado de crise de combate e se restabelece a primitiva capacidade de combate. Um trôço de cavaleiro que perseguê seu adversario na cóla retomarâ em poucos minutos a primitiva ordem e mais

não durará a crise; já num regimento inteiro de cavalaria será maior o tempo necessario a esse restabelecimento da ordem; mais ainda ele custará na infantaria que entrou em fogo, e ainda mais nas unidades mixtas, quando uma parte tomou esta direção, outra parte aquela, e portanto o combate causou uma perturbação da ordem que em geral se agrava porque uma parte não sabe bem onde está a outra. Enfim, este momento em que o vencedor reempunha os instrumentos empregados e que ficaram misturados e um tanto em desordem, os levou de novo aos lugares convenientes e poz em ordem a ofensiva da batalha, este momento, repetimos, tarda tanto mais quanto maior o efetivo.

Esse momento tambem tarda mais quando sobreveem a noite na crise, e quando o terreno é cortado e coberto... Mas tambem essas circunstancias dificultam a retomada do combate.

Se o socorro que acode pela retaguarda a um partido a pique de perder-se é um simples aumento de efetivo, o que é o caso mais comum, o aspeto muda inteiramente quando esse reforço incide no flanco ou na retaguarda do adversario... Essa direção pôde aumentar muito o efeito dessa força, mas não o faz necessariamente sempre, pôde mesmo diminuir-lo consideravelmente. Tudo depende das circunstancias. Ha, entretanto, aí dois fatos importantes: primeiro — que os ataques de flanco ou de retaguarda em regra atuam mais favoravelmente sobre o êxito após a decisão, do que mesmo sobre esta; segundo — que é grande a força moral da surpresa que em geral traz consigo um socorro superveniente num combate. ...? Quem não sente que um ataque de flanco ou de retaguarda pronunciado no começo do combate, quando as forças estão reunidas e sempre ha previsões para semelhante incidente pôde surtir pouco efeito, ao passo que muito outro se torna o efeito quando semelhante ataque se produz no último momento do combate?!...

Decidido um combate ele não pôde ser motivo para se resolver a travar outro; essa resolução para novo combate deve resultar das demais circunstancias.

A esse raciocinio se opõe um fato moral: o sentimento da vingança e do revide... E' da natureza das coisas que esse segundo combate provocado pelo vencido ha de ser um ataque por ele feito... Foi evidentemente um sentimento dessa ordem que a 14 de fevereiro de 1814, levou o nobre Blücher, depois de batidos tres dias antes dois de seus corpos, a levar o terceiro corpo ao campo de batalha de *Montnûrail*. Si ele tivesse sabido que aí tambem havia de topar com Napoleão, teria tido razões preponderantes para adiar a satisfação de sua sede de vingança; mas ele contava vingar-se em Marmont, e em vês de colher as vantagens de seu nobre sentimento, sucumbiu aos azares de um erro de cálculo.

O êxito final do combate resulta da soma dos exitos de todos os combates parciais que o compõem; e estes êxitos parciais se finam em tres objetos distintos.

Primeiro — na força moral que forra a conciencia dos chefes... Segundo — na rapidez da baixa dos efetivos combatentes... Terceiro — no terreno perdido.

Todos esses objetos servem de bussola ao olho do chefe, para reconhecer a direção que toma o navio da sua batalha. Se ele perdeu baterias e não tomou nenhuma — se batalhões seus foram dispersos pela cavalaria inimiga, ao passo que a infantaria inimiga constitue massas impenetraveis — e se a sua linha de fogo vai cedendo terreno involuntariamente — si são baldados os esforços para a conquista de certos pontos e os batalhões de reforço são dizimados por bem apontada artilharia — si a artilharia começa a arrefecer o seu fogo contra a do inimigo — se os batalhões engajados fundem rapidamente e com os feridos refluem não feridos — si até pela perturbação do plano de batalha certas frações estão cortadas ou aprisionadas — se a retirada começa a estar ameaçada: então certamente por todas essas coisas o chefe ha de reconhecer qual a direção que está tomando a sua batalha. Quanto mais persiste essa direção, quanto mais ela se torna decisiva, tanto mais difficil se torna alterá-la, tanto mais se aproxima o momento em que o chefe deve desistir da batalha.

A batalha principal deve ser considerada como a guerra concentrada, o centro de gravidade de toda a guerra ou campanha. Como os raios do sol refletidos num espelho concavo se concentram no seu fóco formando a sua imagem e condensando-se no maximo de calor, assim na guerra as forças e as circunstancias se concentram na batalha principal, para efeito condensado, maximo.

O mais difficil, que é o mais possivel preparar a vitoria, é silencioso merecimento da estrategia, que raramente lhe rende louvor. Ela se torna brilhante e gloriosa pelo aproveitamento da vitoria alcançada.

...em quaisquer circunstancias imaginaveis, a verdade é que sem perseguição nenhuma vitoria pôde ter grande efeito, e por menor que seja a trajetoria vitoriosa, sempre ela deve ultrapassar os primeiros lances da perseguição.

... A energia com que se realiza a perseguição é que determina principalmente o valor da vitoria; ela é um segundo ato da mesma, em muitos casos até mais importante que o primeiro, e a estrategia, aproximando-se aqui da tatica para receber dela a obra rematada, revela em primeiro grau a sua autoridade em exigir esse remate da vitoria.

VERDUNIZAÇÃO

Pelo engenheiro civil João Fulgencio de Paula

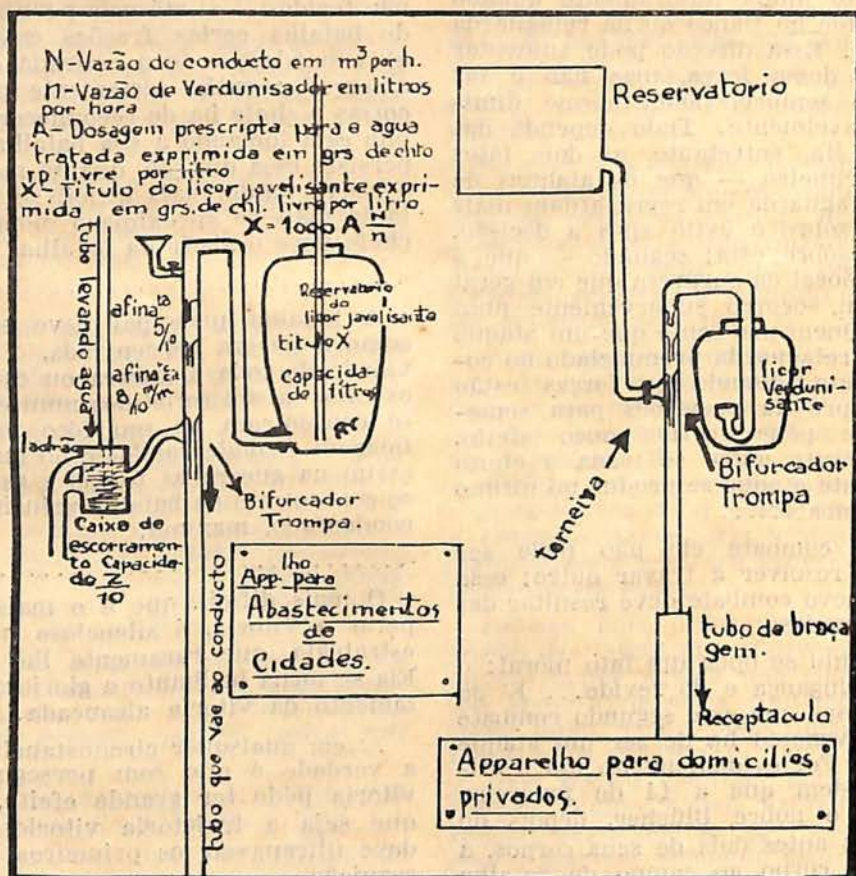
A Verdunização é um novo e importantíssimo processo para purificação das águas, hoje bastante conhecido nos círculos civis e militares da Europa. Foi creado durante a batalha de Verdun, em 1916, pelo coronel Philippe Bunau-Varilla, então chefe de batalhão de engenharia e diretor do serviço de águas do segundo exército, o qual teve a honra de travar, sob as ordens de Petain, Nivelle e Guillaumat, a maior batalha que registrou a história.

O mau gosto característico das águas tratadas pelo cloro é, não somente para o meio civil, uma de suas grandes inconveniências, mas acresce ainda mais, para o meio militar, visto a quasi impossibilidade de se fazer uma deschlorinação da agua. Assim é que, já ha longos annos, se vem, em experiencias suces-

ocasião, seus grandes estudiosos, dentre eles Schüder, Pfuhl e Schumburg.

Modernamente adota-se somente o cloro, visto a sua grande eficiencia na esterilização das aguas. Eis as instruções do Serviço de Saude, formuladas, definitivamente, em 25 de setembro de 1915, para o emprego do hipoclorito de sodio, no saneamento das aguas potaveis. Essas instruções, insertas em uma ordem do G. Q. G. de 14 de fevereiro de 1916, enunciavam que:

1º, deve-se empregar uma dose de um miligrama de cloro livre, por litro, em aguas claras; dois miligramas para aguas turvas, enfim, quatro miligramas para agua poluida;
2º, como justificação do emprego da dose conveniente deve existir a presença de um a dous decimigramas de cloro livre, na agua,



Schemas dos aparelhos para o abastecimento de cidades e de residências particulares

sivas, procurando um meio mais rapido, barato e eficaz de se tratar as aguas abastecedoras das tropas em campanha.

Engel, em 1901, já fazia e preconizava o tratamento das aguas no exército alemão, por meio do bromo. Este processo teve, por esta

após uma meia hora de contacto com a solução antisética.

Essas doses, assim prescritas, eram empregadas em pequenos depositos d'agua, formados por toneis e estabelecidos nos acantonamentos á retarguada do front. Ora, o sabor desta agua

tornou o seu uso extremamente impopular; ninguém vinha se dessedentar nos depósitos assim constituídos.

Assim, constatou-se, em Verdun, a impossibilidade material do emprego do extrato de Javel nessas condições. Com efeito, os soldados se abstinham de tomar semelhante água, procurando mais as águas poluídas e estagnadas, porque não lhes ofereciam um tão nauseante gosto. Afinal, as reclamações eram inúmeras, visto não somente pela água, como também porque era essa água que cosinhava os seus legumes e fazia o café. Os resultados estavam tendo consequências gravíssimas, pois as tropas combatiam mal e por outro lado, o tifo, a amebiana e a bacilar rondavam, projetando as suas mortíferas sombras sobre um exército, constituído até por tropas indianas.

Não era somente esta questão do excesso de cloro na água, mas também havia a questão do aparelho. Esse aparelho era excelente, mas exigia sempre a presença de um homem, e qualquer omissão tinha consequências fatais; eis a descrição do aparelho:

Um pequeno reservatório analogo ao de uma Water-Closet, recebia por um tubo afunilado uma solução titulada de extrato de Javel. Um condutor de saída ligava o fundo do reservatório ao tubo de aspiração de uma bomba que sugava a água que se propunha esterilizar. Ao mesmo tempo que esta água, a bomba sugava a água no reservatório, carregada de licor antiséptico; um tubo ligado ao condutor de recalque levava a água para o reservatório.

A vazão deste tubo era maior que a do tubo de aspiração; a água teria pois tendência a subir e transbordar se uma boia não fechasse o condutor a partir de um certo nível.

Tinha-se assim um meio prático e simples de fazer passar a dose esterilizante na água elevada pela bomba.

Se o encarregado esquecesse de fechar a torneira parando o fluxo da solução esterilizante, quando a bomba parasse, a solução se acumulava, fosse no poço, fosse no reservatório, tornando assim na próxima mise-en-marche da bomba, a água perigosa pelo seu excesso de cloro.

Se ao contrário, esquecesse de abrí-la, esta água seria entregue infetada áqueles que estavam convencidos de sua esterilização.

Bunau-Varilla resolveu estes grandes inconvenientes de uma maneira verdadeiramente maravilhosa. Ao invés de empregar doses maciças de cloro, como a técnica até então mandava, ele empregou a dose de um decimilgrama de cloro livre por litro d'água, ou seja uma grama de cloro para dez mil litros d'água!

Ao mesmo tempo, inventou este engenhoso e simples aparelho, cujo primeiro emprego foi em Verdun.

A caixa de escorvamento recebe a água de um tubo que vem do conduto de recalque da bomba. A razão deste tubo é calculada de modo que seja igual á soma das vazões da água que vai pelo cano do bifurcador-trompa e da que se escoa pelo orifício de desescor-

vamento. Este tubo é aberto ou fechado, quando a bomba funciona ou para.

Para isso, é suficiente ligar mecanicamente a torneira que o abra ou feche, com um órgão de "mise-en-marche" da bomba. Desde que a bomba comece a funcionar, a torneira se abre e a água começará a encher a caixa de escorvamento. Ao mesmo tempo, no tubo de aspiração da bomba, o ar é aspirado juntamente com a água que está na caixa de escorvamento. Esta água passando pelo bifurcador-trompa produz o efeito de uma verdadeira trompa hidráulica e o licor do reservatório começará então a cair em gotas, indo deste modo se misturar á água sugada pela bomba.

Desde que a bomba pare, a água deixará de cair na caixa de escorvamento e esta se esvaziará então pelo orifício de desescorvamento pelo bifurcador trompa e o consequente desescorvamento do aparelho. Pode-se usar como licor ou o hipoclorito de sodio ou a cloramina, também chamada clonazona e que se vende em pastilhas no comércio.

A dose a se empregar é de um decimilgrama de cloro livre para as águas claras; um e meio a dois para as águas turvas. Hoje pode-se perfeitamente afirmar que a ação esterilizante desta dose é maravilhosa e que não só produz o efeito esterilizante instantaneo, como dota a água de um chamado poder químico remanente, o qual tem a propriedade de muitas horas após a sua esterilização ficar ainda dotada de uma faculdade bactericida incontestável! Assim, é que, pelos dados oficiais, quer do exército francês, quer do poder civil, em todos os lugares que se aplica este tratamento, desapareceram por completo o tifo, a amebiana e a bacilar!

Hoje temos na Europa cidades como Carcassonne, Reims, Nice, Lyon, Marselha, Lisboa, Sevilha, etc., cujo índice de mortalidade por tais molestias, está reduzido a zero, desde a sua primeira aplicação. Nos acantonamentos militares das tropas coloniais da República Francesa, este processo é obrigatório. Como se pode compreender a ação tão maravilhosa de uma tão irrisória dose de cloro?

Sabia-se, até então, que o efeito antiséptico do hipoclorito era atribuído á combustão ou oxidação da matéria orgânica viva ou não pelo oxigênio que desprende a molécula de hipoclorito quando ela se destrói em contato com a matéria orgânica. Afinal, é o seguinte: o cloro, possuindo uma grande afinidade pelo hidrogenio, decompõe a água fixando o seu hidrogenio e livrando o oxigênio. Este exerce, então, uma ação oxidante sobre as matérias orgânicas.

Assim sendo, é preciso duas vezes 35,5 de cloro, em peso, para livrar 16 de oxigênio. Para as águas contendo um miligrama de matéria orgânica por litro, a teoria da oxidação exige dois miligramas de cloro por litro.

Com o processo Bunau-Varilla, conseguem-se resultados com um decimo de miligrama de cloro livre ou seja um vigesimo do que a teoria marca como limite mínimo! Como explicar então, semelhante resultado? Jean Perrin fez em uma notável memória intitua-

lada "Materia e Luz", uma admirável hipótese, segundo a qual todas as reações químicas (junções ou rupturas de valência) e, de um modo geral as mudanças de estado dos corpos se acompanhariam de emissões ou captações de um radiamento particular.

Mallet a princípio e após os esposos Magrou juntamente com Reiss, demonstraram a emissão de raios ultra violetas nos fenômenos de oxidação.

Bunau-Varilla e o Dr. Techoneyres demonstraram, á saciedade, que a esterilização se dava pela emissão de raios da especie ultra-violeta, e nesta experiencia demonstraram ainda a existencia do que eles chamam poder remanente. Em uma agua verdunizada, após horas, imergiram um provete de quartzo com agua poluida e verificaram que a agua dentro do provete se achava esterilizada!

Ora, só os raios da especie ultra violeta é que têm a propriedade de atravessar o quartzo. O Dr. Blane, chefe do Laboratorio Microbiologico do Aude, e ex-monitor do Instituto Pasteur, escrevia em outubro de 1926: "As novas noções sobre os ions e as vitaminas têm revolucionado nossos conhecimentos biologicos. Os espantosos resultados da verdunização são de natureza a revolucionar igualmente as concepções atuais sobre os modos de destruição da vida microbiana." Que beneficio inestimavel não se traria com a adoção de tal processo em abastecimentos suspeitos? Simples, barato, pois é aproximadamente o custo de um franco por cada milhão de litros de agua tratada enfim, reúne em si todo o ideal que o higienista procura.

A sua utilização e emprêgo não é privilegio de ninguém.

O aparelho pode ser construido por quem o desejar, existindo somente uma clausula, que é mais uma homenagem aos valentes soldados da França, isto é, deve-se colocar uma placa

com os dizeres que o autor pede em seus livros.

Existe somente uns accessorios que são brevetados, mas mesmo assim o autor não estende os seus *brevets* aos governos. São:

Um filtro pequeno de areia afim de não deixar acumular o carbonato de calcio, quando a agua é carregada de sais deste corpo e um medidor instantaneo de vazão do licor esterilizante.

Para o viajante que queira purificar sua bebida, eis uma regra: Tome de uma pastilha de clonazona que corresponda a 625 decimigramas de cloro; esmague-a em um vidro seco e junte trinta grama dagua, dissolva, em seguida o pó. Uma gota deste liquido é suficiente para purificar um litro de agua, visto a pastilha ser suficiente para purificar 600 litros e as 30 grammas corresponderem a 600 gotas. E' necessario agitar-se bastante.

Para applicação deste processo é necessario que a agua *sofra* uma braçagem violenta, sem o que a esterilização não se faz completa.

Quantas vezes temos ouvido falar na decadencia do genio latino, ao lado das outras raças! Ai temos, contrastando com a opulencia e suntuosidade dos carissimos processos norte-americanos, na sua maravilhosa simplicidade, a descoberta de um latino, que mais uma vez grita ao mundo o famoso lema de Verdun: *on ne passe pas*.

Bibliografia: Rapyolise chimique, Verdunisation des Eaux, L'Atojavellisation Imperceptible, Guide Theorique et Pratique de la verdunisation (todos por Bunau-Varilla, 1926, 1928 e 1930). Matière e Lumière (Jean Perrin, 1919). Das Schumburgsche Verfahren der Trinkwasserreinigung mittels Brom (Schumburg, 1902). Centralblatt fur Bakter (Engel, 1902). Revue d'Hygienie (1904). Notas do Congresso de Hygiene, França, 1924. Paris Medical, 1926 e 1928.

As paixões politicas e o exercito

A sensibilidade peculiar, a noção de honra e os melindres das classes armadas pairam absolutamente além da compreensão média do homem da rua.

Além do que, nunca silenciaram em face do inimigo as contendas partidarias e as concorrencias e os apetites.

Exercitos, baixas, mortos, moribundos e feridos, hospitais e epidemias, consideravam-se como coisas distantes, assuntos para discursos de opposição ou de criticas a govêrnos, ocasiões para paralelos entre liberais e conservadores no corpo de oficiais. Entrementes o sangue brasileiro corria em regatos e ondas.

(Calogeras — Formação Historica do Brasil.)

CORRIGENDAS

No artigo "*Clama, ne cesses*", á pag. 170 do número de Abril, 2ª columna, 13ª linha, em vez de *politica militar*, deve lêr-se *politica de guerra*.

—No artigo *Contabilidade administrativa*, do número de abril, á página 204, na *Obs.* que se acha no fim da 2ª columna, leia-se:

Obs. — Devemos salientar que em todos esses exemplos não apresentamos os modelos dos livros com o número exato de columnas que devem ter, mas somente as necessarias á compreensão do assunto exposto.

O R. I. S. G. 1930 e o Regulamento n. 58

Pelo Ten. medico Dr. Erwin Wolfenbuttel.

PROEMIO

Conhecer é comparar. A definição psicológica de *conhecer* é dizer que só se chega a conhecer, comparando.

Nada que não seja contraste fere os nossos sentidos ou a nossa intelligencia e mesmo o nosso sentimento. Um individuo eternamente feliz seria um individuo inteiramente desgraçado, porque não teria consciencia da sua felicidade, mesmo no dia em que a perdeu.

O *confronto* é, pois, o melhor meio de *conhecer*.

E' o que nos exige este tema: confrontar. Isto é, obriga-nos a um trabalho para *melhor* conhecer as partes indicadas dos regulamentos indicados.

Afim de evitar, tanto quanto possivel, qualquer erro na interpretação das teses, comecemos por *definir*.

Definir é distinguir as coisas entre si, sabendo o que cada qual é.

Definições.

Confrontar: "Examinar simultaneamente para conhecer as semelhanças, as diferenças ou as relações" (Aulete).

Apreciação: "Estimação do valor de uma cousa." (Aulete).

Generico: "Geral" (Aulete).

Ajustar: "Inteirar, completar" (Aulete).

Correspondencia: "Correlação, conformidade, relação entre as cousas: ha perfeita *correspondencia* entre as partes do edificio." (Aulete).

Sugerir: "Lembrar, trazer ao espirito alguma idéa" (Aulete).

Perfazer: "Completar o numero de, completar" (Aulete).

Corrigir: "Emendar, reformar" (Aulete).

Subsidiario: "Que dá ou presta auxilio" (Aulete).

Providência: "Disposição prévia dos meios necessarios para a consecução de um fim, para evitar um mal ou para remediar alguma necessidade" (Aulete).

Entender: "Ter idéa clara de, julgar, interpretar" (Aulete).

Julgar: "Decidir como juiz ou como árbitro" (Aulete).

Interpretar: "Traduzir, verter de lingua estrangeira ou antiga; aclarar o sentido de" (Aulete).

Estatuir: "Ordenar" (Aulete).

Começar por definir, — dissemos acima — e, agora, acrescentamos: em seguida ler os regulamentos e as instruções a que se refere o tema.

Ler é pensar com um pouco de auxilio.

Finalmente, produzir, transformar em palavras o pensamento.

1º tema: *apreciação generica sobre o capítulo II do título 3º do R. I. S. G. e o capítulo V do título 2º do Regulamento n. 58.*

Não é possivel fazer uma "apreciação generica", isto é, *geral*, sem ter confrontado artigo por artigo, linha por linha, palavra por palavra, dos trechos referidos dos dois regulamentos. Este trabalho fizemo-lo, pacientemente, por escrito, e o seu remate é a "apreciação generica", que já então podia estar calcada em dados seguros, irrefutaveis, claramente dispostos pelo confronto, saltando aos olhos na primeira consulta.

Temos por certo que é este o melhor meio de estudar regulamentos e damo-nos por satisfeitos com o mourejamento, não pequeno, que nos foi imposto, porque com o mesmo lucrarmos mais do que teria sido possivel, ainda através de numerosas leituras *sem a aproximação das partes condizentes*.

Falhas e erros que o nosso trabalho encerre não foram cometidos por desleixo, antes trafulhos, então, a memória e a intelligencia, apoucadas ambas.

Não obstante, — digamo-lo com franqueza — trabalhamos com entusiasmo e com a convicção de que procediamos a uma obra util a nós mesmos e aos outros indiretamente.

O serviço de saúde nos corpos de tropa está, de um modo geral, bem previsto pelos dispositivos regulamentares do 58 e R. I. S. G., mas desordenadamente disposto.

A sucessão que em ambos os regulamentos poderia ser a mesma, para facilidade de consulta, não foi conservada.

A indicação pelo R. I. S. G. (último publicado), dos artigos correspondentes do regulamento 58, não foi feita, o que teria sido util.

A redação de artigos que dizem em essencia a mesma coisa, foi sem necessidade alterada no R. I. S. G. Dado que a linguagem humana nunca é *precisa*, porque *nunca pôde ser absolutamente precisa* (excluindo a simples negação e afirmativa), e isso porque toda palavra já é uma traição das nossas idéas, ela nem mesmo formando frases pôde representá-las fielmente, fotograficamente — seria de toda utilidade que a redação, onde não pretendesse alterar o sentido, não fosse alterada na forma; pois, do contrário, cream-se confusões (em virtude da mesma impossibilidade da representação *exata* das idéas) que poderiam ser evitadas.

O R. I. S. G. apresenta repetições desnecessarias de dispositivos do Regulamento 58, que, segundo a redação do seu proprio artigo

210, pretende apenas completar: "o funcionamento do serviço de saúde é regido pelas disposições do R. S. S. E. em tempo de paz, no capítulo referente ao serviço de saúde nos corpos de tropa E pelas do presente R. I. S. G.)"

Não corrigiu disposições já revogadas, dando-as como válidas, resuscitando-as até, o que se depreende daquele E do próprio 210, acima transcrito (por exemplo: os anseçadas).

O R. I. S. G., que dá por válido todo o regulamento 58, o que se depreende da redação do art. 210, não previu que ha *discordâncias* entre os seus dispositivos e os do regulamento 58 (por exemplo, a discordância entre o parágrafo 3º do art. 140 do regulamento 58, que manda iniciar a instrução técnica do pessoal da F. S. *após* a instrução individual, e o n. 5 do art. 211, que manda iniciar a instrução técnica *juntamente* com a de fileira, tomando como sinónimos *individual* e de *fileira*; discordância grave: entre o § 3º do art. 163, que manda dar ciência *posteriormente* ao comandante da correspondência do médico com seus chefes técnicos em caso de urgência, e o n. 1 do art. 212 do R. I. S. G., que ordena dê o médico ciência *prévia* disso ao comandante; o § 5º do art. 170 do regulamento 58, diz que o cabo enfermeiro mantém (isto é, faz) o asseio da E. R., contrariamente ao que dispõe o n. 4 do 219 do R. I. S. G., que manda o cabo enfermeiro apenas *velar* pela limpeza, isto é, fiscalizá-la; o mesmo regulamento 58 contradiz-se a si próprio, porque a letra e do art. 171 diz que a limpeza é feita pelos soldados padioleiros e *dirigida* pelo cabo (discordância do § 5º do art. 170, que manda o cabo *fazer* limpeza); o regulamento 58 contradiz-se a si próprio novamente quando diz que as prescrições médicas são *executadas* pelo sargento enfermeiro (letra b, 171) contrariando o § 4º do art. 170, que manda o cabo enfermeiro *executar*.

O médico-chefe tem autoridade para distribuir o serviço entre ela e os médicos que lhe são subordinados, dizem o art. 164 e § 2º do art. 170 do regulamento 58, e o n. 2 do art. 212, mais o § 1º do art. 235 do R. I. S. G.; ha, porém, esparços pelo R. I. S. G. e pelo regulamento numerosas atribuições que, como são redigidas, fazem crer, sem dar certeza, que o são *especificadamente* do médico-chefe. Conviria elucidar o assunto. Esses artigos são: n. 8.212 (R. I. S. G.), conferências sobre S. S. em campanha; 155 (regulamento 58), fiscalização higienica do quartel; idem, relatório anual ao comandante do corpo; conferências de hygiene aos oficiais e sargentos e homens de tropa; P. 5, 156, fiscalização da agua e dos filtros, pedido de análise da agua mensalmente; providências sobre a colocação de carcazes nos lugares onde a agua não é potavel; 157 (regulamento 58) menção das epidemias no livro de aquartelamento; P. 3, 155, fiscalização de roupa de cama, dependências do quartel, fardamento e outros objetos; 158 (regulamento 58), provocar medidas contra a insolação; P. 1, 158 (regulamento 58), solicitar anualmente as melhorias necessarias para evitar epidemias e colaborar no estudo das condições higienicas do quartel, linhas de tiro, campos de instrução e manobra; 161 (re-

gulamento 58), a visita médica cabe ao médico-chefe; P. 7, 161 (regulamento 58), é a ele que devem apresentar-se as praças *obrigatoriamente* comparecem á revista médica; P. 1, 162 (regulamento 58), a parte diaria sobre o serviço é enviada pelo médico-chefe; P. 2, 162 (regulamento 58), parte sobre execução das prescrições higienicas nas dependências do quartel; certificado de origem (haja vistas para o inquerito sanitario); P. 1, 163 (regulamento 59), parte quinzenal pelo médico-chefe; mapa zoologico mensal; P. 2, 163 (regulamento 58), relatorios excepcionais; 165 e letra f, 171 (regulamento 58), direito de punição; 170 (regulamento 58), regimento interno redigido pelo médico-chefe; 170 (regulamento 58), responsavel por todo o material; letra b, 171 (regulamento 58), médico-chefe assiste á administração dos medicamentos que apresentam algum perigo; etc.

Ora, entre estes dispositivos os ha que o médico-chefe precisa executar ele proprio, e outros que póde distribuir por seus auxiliares medicos subordinados e outros, mas o regulamento não estatue quais são da primeira, quais da segunda categoria, e é essa a dúvida que precisa ser removida.

Encontram-se em ambos os regulamentos assuntos da mesma natureza esparços por artigos distantes do mesmo regulamento, quer se trate de repetições desnecessarias, quer de complementos utilissimos, que escapam muita vez, ao consulente, porque julgou mui logicamente, esgotado o assunto, quando dele não se trata mais sob a epigrafe que lhe compete. Exemplo: da policia de E. R. tratam, e de sua disciplina, 165 e letra f, 171 (regulamento 58), repelindo-se no que se refere á autoridade do chefe, completando-se no que diz respeito á autoridade do sargento-enfermeiro e ao momento da efetivação das punições impostas (só após alta) e esquecendo-se de dar autoridade ao cabo enfermeiro e aos medicos subordinados.

Um dos maiores vicios dos nossos regulamentos é o lão repetido: "*proceda-se de acôrdo com as disposições em vigor*" (por exemplo; alinea 12ª, da letra h do art. 171 do regulamento 58: "Nos casos de morte violenta, procede-se de acôrdo com as disposições em vigor"). Uma das atribuições do legislador é justamente reunir disposições, pondo-as ao alcance de facil consulta e isso principalmente no exército, tem um grande valor, porque vão ao infinito das possibilidades praticas do consulente essas "disposições em vigor", esparças pelos meses, pelos anos e até pelos decessos. Seria obra de grande merito pratico dizer sempre quais são as disposições em vigor, no minimo indicar precisamente a fonte, quando essa é de facil consulta, e transcrevê-las quando se acham em literatura vedada a muitos, porque esgotada.

Um regulamento que puzesse em ordem de *facil consulta* os dispositivos do regulamento 58 e do R. I. S. G., sem repetições, eliminando as discordancias entre dispositivos de um e outro regulamento e as que existem entre os dispositivos de um mesmo regulamento (R. I. S. G., regulamento 58), indicando precisamente as fontes de dispositivos em vigor

a que se refere, ou transcrevendo-os, e prevê-se ainda a necessidade do constante progresso clínico dos médicos militares, em benefício dos próprios militares e de suas famílias e do bom renome do corpo de saúde do Exército Nacional, seria de desejar ardentemente, e é mais do que um desejo, é uma *necessidade* este último ponto, para o progresso do corpo de saúde.

Porque afirmamos: repetição, discordância, não expurgamento de dispositivos revogados, desordem na disposição dos artigos dos nossos regulamentos (R. I. S. G. e 58, nas partes de que trata este tema), necessidade de considerar o médico também como *clínico* e não só como colaborador de instrutor na educação física, do comandante na questão higiénica, etc., está justificado:

1º, no confronto que fizemos entre o regulamento 58 e R. I. S. G.;

2º, nas considerações, quando tratamos do modo de entender a colaboração do médico com o instrutor.

Não ha fugir: o R. I. S. G. é discordante entre os seus dispositivos (n. 3 e 6, 227).

O regulamento 58 é discordante entre os seus dispositivos;

Contradizem-se os dois regulamentos.

E os dois regulamentos, si não obtiverem um aditivo, continuarão responsáveis pela ignorância relativa, em questões de clínica, dos médicos militares de tropa.

2º tema: *Sugestões de providencias para fazer o ajustamento entre o Capítulo II do Título III do R. I. S. G. e o Capítulo V do Título II do Regulamento ER, si fôr o caso, ou corrigir um dos regulamentos, ou ambos*

Como já vimos na "apreciação generica" sobre o ajustamento dos dois regulamentos, são muitas as discordancias entre os dois regulamentos e ha discordancias entre os dispositivos do regulamento 58, além de uma entre dois dispositivos quasi contiguos do R. I. S. G. (ns. 3 e 6 do art. 227).

O melhor a fazer para um perfeito ajustamento entre o que manda um e outro regulamento, seria (usando de linguagem metaforica), fundi-los como se foram metal, e vasar o que têm de bom, em nova fôrma.

As impurezas, isto é, discordancias, redações duvidosas e repetições, viriam assim á tona como as impurezas de um xarope simples, e poderiam, destarte, ser facilmente retiradas.

Em todo caso fazemos aqui uma aproximação de ajuste, aproximação porque o ajuste perfeito, só, como dissemos, é possível, usando tudo que ambos os regulamentos têm de realmente bom, em nova fôrma.

1º. Não devem subsistir duvidas sobre a extensão das obrigações do médico militar de tropa: realmente os deveres dêste precisam ser, por equidade com o que acontece com outras funções de tropa, limitados *ao seu corpo*. O art. 139 C, do regulamento n. 58, precisa, pois, para evitar discordancias com o art. 159 do mesmo regulamento e o 233,

n. 3, e 235 do R. I. S. G., ser assim redigido: "O serviço de saúde nos corpos de tropa compreende.....; a assistencia em domicilio aos militares do corpo *em que serve o médico e suas famílias*". O sublinhado é o que sugerimos acrescentar, ou, melhor, intercalar.

2º. E' mistér, por ser mais prático e mais lucrativo para a instrução tecnica, que vogue o art. 211, 5º, do R. I. S. G., em detrimento do art. 140, p. 3, do regulamento 58, iniciando-se, pois, a instrução tecnica *juntamente* com a da fileira. (Tomando *fileira* como denominação generica para a instrução individual e coletiva, isto é, no caso, para toda aquela que não é de saúde).

3º. O § 2º do art. 162 do regulamento 58, deve ser privado da parte que manda o médico chefe dar certificado de origem, porque este foi substituido pelo inquerito sanitario.

4º. Quanto á correspondencia direta do médico com os seus chefes tecnicos, deveria ser conservada a redação do regulamento 58, p. 3, do art. 163, revogando o n. 1 do art. 212 do R. I. S. G., pois si ha urgencia, deve ser compreendida a necessidade de um entendimento direto entre o médico e seus chefes tecnicos, mesmo sem ciencia do comando, bastando que o médico, *posteriormente*, lhe dê ciencia disso. A necessidade de um entendimento *prévio* com o comandante já tira á comunicação o seu carater de absoluta urgencia.

5º. Pelo R. I. S. G. e pelo regulamento 58, as atribuições do médico chefe são maiores do que as de seus médicos auxiliares, aos quais não resta quasi nada a fazer; é verdade que o art. 164 do regulamento 58 e o n. 2 do art. 212 e § 1º do R. I. S. G. dão ao médico chefe toda a autoridade para distribuir o serviço entre ele mesmo e os médicos subordinados. E nada mais justo. Mas os mesmos regulamentos, como já vimos, *especificam*, ao que parece, quais são as atribuições do médico *chefe*, quasi todas do serviço de saúde em corpo de tropa. Os artigos mencionados deveriam dizer claramente quais as atribuições que o médico chefe póde e quais não póde distribuir pelos seus auxiliares.

6º. Quanto ao art. 170, p. 4, do regulamento 58 e n. 5, 214 do R. I. S. G., sou de opinião que a escrituração deve ser feita *sómente* pelo sargento enfermeiro (regulamento 58) e não também pelos cabos enfermeiros (R. I. S. G.), porque si "os sargentos nem sempre são..... sargentos, mas apenas porta-divisas", isto é, não estão na altura de fazer uma escrituração sem falhas, muito menos aos cabos póde caber tal incumbencia. Demais, ha um momento psicologico a observar: "*responsabilidade dividida é responsabilidade nula*".

Si sómente ao sargento enfermeiro cabe a escrituração, sabemos a cada momento de quem foi o desleixo ou erro, si tal houve, mas uma vez distribuido o serviço, dirá o sargento que mandou, o cabo que não recebeu ordem, e o médico chefe ver-se-á embaraçado para decidir com justiça, não só com justiça regulamentar, que faria recair a culpabilidade sobre o cabo, mas com justiça de fato. Para

evitar, pois, sempre possíveis iniquidades, apesar da maior boa fé do julgador, deve-se, e não sómente aqui, tanto quanto possível, dar a cada individuo uma responsabilidade inteira e não dividida com outro individuo. As considerações são válidas quanto á discordancia regulamentar sobre a limpeza da F. S., coerentemente. Estatuinto que: os padioleiros *fazem* a limpeza, o cabo enfermeiro *dirige* a limpeza e o sargento enfermeiro a *fiscaliza*, levando ao conhecimento do médico as deficiencias, temos tanto quanto possível evitado a divisão de uma mesma responsabilidade (veja arts. 170, p. 5 e letra *c*, 171 do regulamento 58 e n. 4, 219 do R. S. I. G.).

7°. Quanto á administração de medicamentos, deve ella caber ao cabo enfermeiro, presidido pelo sargento enfermeiro (p. 4, 170, regulamento 58) e sendo as demais medidas divididas entre cabo e sargento enfermeiro, segundo regimento interno que cada médico-chefe estatuir para a sua enfermaria, independente da intervenção do comando; o médico-chefe, assim, poderá proceder de acôrdo com a competencia de seus auxiliares (cabo e enfermeiro). As responsabilidades tocam assim inteiras para cada individuo: a tal cabe tal especie de serviço, a tal outro, tal outra especie.

8°. O p. 1 do art. 161, do regulamento 58, manda fazer a *visita* médica na E. R., e só aos doentes impossibilitados de deixar o leito, nos alojamentos. O R. I. S. G., em seu artigo 226, diz tambem que só excepcionalmente a visita será passada nos alojamentos, dando como razão a mesma que o regulamento 58, isto é, a impossibilidade de locomoção dos doentes.

Ora, o médico só *visita* quanto vai aos alojamentos, quando sai da E. R., quando, ao contrário, é procurado na E. R., ele passa, antes, uma *revista* médica, como muito bem exprime o R. I. S. G. Seria útil usar da propriedade de termos, chamando de *revista* o exame médico na E. R. e de *visita* aquele feito fóra da E. R., quando o médico vai á procura do doente.

9°. O número de leitos de uma E. R. é fixado segundo o art. 168, do regulamento 58, em princípio (quer para os doentes, quer para os convalescentes), em dois por cento do efetivo normal da tropa a que a enfermaria é destinada. Essa fixação só pôde ser modificada pelo Ministro da Guerra, mediante proposta do comandante do corpo, devidamente informada.

Ora, a prática diuturna mostra que não é sufficiente a percentagem indicada: só-lo-ia sómente para os doentes *baixados*, e assim mesmo nem sempre, mas incluindo convalescentes e praças de repôso ou observação, é evidente a sua insuficiencia. Basta dizer que na E. R. deve haver uma repartição para os doentes em observação, chamada "quarto de isolamento" (art. 169, letra *b*, do regulamento 58), outra para os doentes comuns e outra para os sargentos. E' uma questão de *matematica*: a minha companhia (C. C. C.) não atinge a um efetivo de 150 praças, não tem, pois, direito a tres leitos. Como dividir dois

leitos entre as tres dependencias? Ainda admitindo que o efetivo real da companhia seja de 150 praças, é muito insufficiente a dotação de apenas dois por cento de leitos. Deve ser *no minimo* de quatro por cento, numa companhia. Uma dotação inferior obriga a baixar ao hospital.

10. Diz o art. 172 do regulamento 58, em vigor:

"Nenhuma despesa, normal ou accidental, pôde ser determinada pelo médico-chefe do serviço, o qual não dispõe, para isso, de fundos. As despesas normais e extraordinarias são determinadas pelo Conselho Administrativo no corpo e pelo S. S. (Lab. Ch. Pharm. Mil. e Depósito de M. Sanitario)".

Isso é um mal e um grande mal. E' a morte ao estímulo do médico-chefe que, com recursos proprios, quizera atender, pelo menos, ás pequenas despesas uteis de sua E. R. O médico luta com difficuldades para provêr certas necessidades da E. R., em virtude dos entaves burocraticos e do desinteresse do Conselho Administrativo, muitas vezes (apreciação em tese)!

Seria facil dar ao médico uma verba pelo seguinte modo: assim como cabe ao hospital a differença da etapa para o custo real da alimentação, quando as praças estão baixadas, poderia caber á E. R. o mesmo, quanto aos seus herdeiros. E, em caso de dieta hidrica, isto é, constante só de agua, a E. R. receberia a etapa por inteiro. Assim teria o médico-chefe sempre uma pequena soma á sua disposição, para atender, a seu criterio, a pequenas despesas necessarias para a melhoria do serviço. "Não ha coisa mais dura do que *pedir*" — dizia o grande Vieira — "e depois de ter pedido, receber um *não*". Isso é inteiramente verdadeiro, tambem no Serviço Militar. Quem pediu uma vez, duas, tres, e não foi atendido, deixa muitas vezes de pedir, quando talvez o fosse, — e ficam assim prejudicados os interesses do serviço, que maior carinho merece: isto é, o de manter e melhorar a saúde dos homens.

Naturalmente essa verba que lembramos não excluiria o auxílio do Conselho Administrativo e do S. S. (L. C. P. M. e D. M. S.).

Outra sugestão:

11. Dividir, regulamentarmente, as manhãs do médico de tropa, entre a colaboração com o instrutor e comandante, no que concerne á educação fisica, e a frequencia hospitalar. Esta última poderá ocupar alguns dias da semana (2-3, por ex.) uma vez obtida a adaptação inicial dos recrutas, a criterio do médico.

12. Si os regulamentos não são integralmente cumpridos, é isto, em parte, devido á sua difficil consulta eficiente, e essa por sua vez devida á sua disposição desordenada, e á falta de um memento cronologico (a exemplo do que fez Bertholdo Klinger em seu "um ano de instrução") e indice alfabetico completo. Seria obra de grande paciencia, de muito amor, mas não de pequena utilidade.

As qualidades do chefe — JOFRE

A calma—“Apesar da serie de más noticias sobrevindas desde 20 de agosto, principalmente, á séde do comando em chefe, não se percebia aí nenhum traço de agitação, de perturbação, ainda menos de “affolement”. A ordem, o sangue frio, a decisão aí recuavam de um modo absoluto.”

“A situação era certamente agonizante, ainda de perigo e pêlo menos de incertesa. O comandante em chefe guardava felizmente uma admirável impassibilidade” (*Memórias do Marechal Foch*).

A firmeza — Em principios de 1915, havia surgido a idéa vitoriosa na Inglaterra e quasi outro tanto na França, de procurar obter a decisão da guerra no teatro do Mediterraneo. Wilson, na Inglaterra, e Joffre, na França, se opõem a esse erro que seria fatal com tenacidade. A esse proposito conta Wilson (*Marechal*) em seu diário:

“Joffre descreveu primeiro seu encontro com os ministros no Elisée e disse como lhes expôs a situação geral, da qual eles duvidaram, mostrando-se inclinados a adotar o ponto de vista inglês preferente de uma operação nos Dardanelos ou no Adriatico. Nesse momento ele, Joffre, declarou, dirigindo-se ao Presidente: “si vós retirais um só homem utilizavel de meu front, eu me demitirei.”

Ao que Poincaré replicou:

“—Ao contrario, vós obedecereis ás ordens que vos serão dadas.”

Respondendo então Joffre:

“— Sr. Presidente, se vós me ordenais ir para a trincheira, e aí morrer, eu vos obede-

cerei; mas si vós me ordenais descobrir o coração da França, eu desobedecerei”. (*Memórias do Marechal Wilson*).

O golpe de vista, o saber, a intelligencia, e o espirito de decisão — E' sabido que a França entrou em guerra em 1914, com uma doutrina imperfeita, *assentada somente* sobre as forças morais. *Offensiva à outrance*, sempre, por toda parte. Daí as decepções da batalha das fronteiras! Assim sendo, embora, conquistou a victoria do Marne, principalmente ás qualidades de seu General em Chefe.

Foch sintetiza:

“A batalha do Marne terminava; era bem uma grande victoria. Era a obra daquele que a tinha preparado desde o 24 de Agosto e levado sua realização até o fim, obra do General Joffre. Logo após os reveses da fronteira, ele compreendeu claramente que a partida tinha sido mal engajada e rompeu o combate para recomencá-lo depois de corrigidos os erros iniciais. Em face das intenções do inimigo, então reveladas, de sua poderosa manobra através da Belgica, como também deante das insufficiencias de certos chefes, ele não hesitou em fazer nova repartição de suas forças, em formar a Oeste um exército de manobra, em reorganizar o comando, em prolongar a retirada até que viesse um momento favoravel; e, esse momento vindo, em combinar judiciosamente a offensiva e a defensiva, após uma meia volta energicamente comandada. Com uma parada magnifica ele deu um golpe mortal na invasão.”

Finalmente, um ponto que tem dado motivo a pedidos inuteis por parte dos medicos de tropa ao L. C. P. M.:

13. A' alinea 8ª da letra b, do art. 171, do regulamento 58, lê-se:

“Quando houver doentes que necessitem de medicação especial que não possa ser feita com os recursos da tabela em vigor, o médico fará as receitas respectivas em uma mesma folha de papel, as quais serão aviadas na farmacia militar da respectiva guarnição”.

O “Boletim do Exército” n. 480, de 30 de setembro de 1928 revogou esse dispositivo e o L. C. Ph. M. não mais fornece tais medicamentos, quando o médico os receita. Mas, dado que o R. I. S. G. (1930) é posterior ao “Boletim do Exército” que revogou o citado dispositivo, e que esse R. I. S. G. torna válidos todos os dispositivos do regulamento 58, ficou por sua vez revogado o que diz o “Boletim do Exército” citado, no que estiver em discordancia com o regulamento 58, e, parece-me deveriam ser fornecidos os medicamentos pedidos dentro do dispositivo citado do regulamento 58.

O que quero frizar aqui, com esses comentarios, é que esse dispositivo é um dos mais sábios do regulamento 58 e que a sua revogação importa na baixa ao hospital de doentes

leves, por falta de medicamentos adequados, com evidentes prejuizos para as finanças da tropa e, sobretudo, para a instrução, da qual são tais praças afastadas, quando uma vez bem medicadas, tal não seria myster.

Todo receituário dentro da tabela em vigor será aviada na propria E. R. e somente aquele que está fóra dos recursos da tabela será enviado á farmacia da guarnição, — dizem as alineas 9 e 14 da letra b do art. 171, do regulamento n. 58, e o boletim do Exército acima citado.

E' o caso de perguntar: quem deve aviar esse receituário: o medico que não é farmacêutico ou o sargento enfermeiro ou o cabo enfermeiro, ou os padroleiros que também não são?

Uma simples mistura é de facil execução, mas: pilulas, supositorios, certas emulsões, etc., só podem ser feitas “segundo a arte”, como escreve o medico abaixo do seu receituário: F. S. A. (faça segundo a arte).

Seria mais util que as E. R. tivessem somente os medicamentos de maior urgencia (a criterio de cada medico) artigos de penso e formulas officiais, isto é, medicamentos já pronto para o uso, dispensando qualquer manipulação. As dotações dos demais medicamentos seriam transferidas para a farmacia da guarnição (onde houver), para a qual, então, os corpos enviariam o seu receituário.

LIVROS À VENDA

ASSUNTOS	Autores	Pelo cor- Preço reio mais
<i>Manobras da circunscrição Militar</i> (Setembro 1931) sob a direção do gen. Klinger....	No prélo	4\$000
<i>Noções de topografia de campanha</i>	Coronel Paes de Andrade..	7\$000 \$700
<i>Adestramento para o combate</i>	3\$000 \$500
<i>Ensinamentos táticos sobre a D. I. na ofensiva</i>	Tenente-coronel Gentil Fal- cão	1\$500 \$500
<i>A Defesa Nacional</i> (Propaganda e regula- mento do sorteio)	3\$000 \$700
<i>Operações de uma D. I. durante a Grande Guerra</i> . Comandante Petibon, tradução do <i>Assuntos Militares</i> (Conferencias do gen. Ga- mein). Tradução do	8\$000 \$900
<i>O que deve a Infantaria conhecer sobre a Artilharia</i> (Coronel Triguier). Tradu- ção do	10\$000 1\$000
<i>Telemetros</i>	Tenente-coronel Francisco José Pinto.....	4\$500 \$600
<i>Orientação em campanha</i>	Major Dermeval.....	3\$000 \$500
<i>O que é preciso saber a Infantaria</i> (Coronel Abadie). Tradução do	3\$000 \$500
<i>Impressões de estágio no Exército francês</i>	5\$000 \$800
<i>Resumo da Guerra do Paraguai</i> (2ª edição) ..	Major J. B. Magalhães....	2\$000 \$500
<i>Notas á margem dos exercícios táticos</i>	Capitão Danton Garrastazu.	7\$000 1\$000
<i>Infantaria-Notas de estudos sobre os novos regulamentos</i>	Capitão Travassos.....	6\$000 \$700
<i>Manual de licenças</i>	5\$000 \$600
<i>Brasil-Alemanha</i>	Capitão Silva Barros.....	7\$000 1\$000
<i>Guia para a instrução militar</i>	Capitão Salgado dos Santos	6\$000 1\$000
<i>Curso de educação física</i> (1º vol.).....	Tenente Ruy Santiago.....	10\$000 1\$000
<i>Curso de educação física</i> (2º vol.).....	Tenente O. Rangel Sobrinho	7\$000 \$700
<i>Educação física — Idéas fundamentais</i>	10\$000 1\$000
<i>O Estado Independente do Acre e J. Placido de Castro</i>	2\$000 \$500
<i>Notas sobre o comando do batalhão no ter- reno</i> (Tradução)	Genesco de Castro.....	8\$000 1\$000
<i>L'Artillerie au Combat</i> . (2º p.).....	Comandante Audet.....	3\$000 \$700
<i>Règlement du Genie</i> (1ª p., 1º vol.).....	5\$500 \$700
	6\$000 1\$000

A Gerencia de "A DEFESA NACIONAL" incumbe-se da venda de livros militares, mediante condições a combinar com os autores interessados.

Facilitaremos aos nossos assinantes a obtenção de livros militares á venda nas livrarias do Rio de Janeiro, mediante a taxa de 1\$500 ou 2\$ para o registro e expediente. A quantia correspondente deverá ser remetida *adiantadamente*, em vale postal.

A Gerencia não se responsabiliza pelos extravios no Correio.

Dirigir os pedidos ao Bibliotecario d'"A DEFESA NACIONAL", Caixa Postal 1602, Rio.

Séde provisoria da Gerencia: QUARTEL GENERAL DO EXERCITO, FACE DOS FUNDOS.